

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Adriano Emmel

MOBILIDADE E TERRITORIALIDADE: ANÁLISE DOS DESLOCAMENTOS
PENDULARES NO ARRANJO POPULACIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL (RS)

Santa Cruz do Sul

2016

Adriano Emmel

**MOBILIDADE E TERRITORIALIDADE: ANÁLISE DOS DESLOCAMENTOS
PENDULARES NO ARRANJO POPULACIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL (RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional –Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Grazielle Brandt

Santa Cruz do Sul

2016

Adriano Emmel

**MOBILIDADE E TERRITORIALIDADE: ANÁLISE DOS DESLOCAMENTOS
PENDULARES NO ARRANJO POPULACIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL (RS)**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr^a. Grazielle Brandt

PPGDR UNISC – Orientadora

Dr^a. Heleniza Ávila Campos

PROPUR UFRGS

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

PPGDR UNISC

(...)
Todos os dias é um vai-e-vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai para nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim, chegar e partir
São só dois lados da mesma viagem
(...)

Encontros e Despedidas
(Milton Nascimento e Fernando Brant, 1985.)

AGRADECIMENTOS

Com a conclusão desse estudo gostaria de realizar importantes agradecimentos, pois ao longo dessa jornada muitas pessoas contribuíram para realização deste trabalho.

Primeiramente gostaria de agradecer minha família pelo apoio, a minha querida avó Flora (*inmemoriam*) pelo incentivo em estudar, sempre me motivando a buscar qualificação e valorizar o estudo. A minha mãe Eva e pai Sirilo, meus irmãos e sobrinhos, obrigado pela ajuda que me proporcionaram nessa caminhada.

A professora Dr^a Grazielle Brandt pelas valiosas contribuições ao longo desta trajetória, generosamente compartilhando seus conhecimentos e por acreditar na concretização deste trabalho. Eu realmente sou muito grato pelo seu apoio e auxílio.

A coordenação do PPG em Desenvolvimento Regional, especialmente aos professores Dr^a Virgínia Etges e Dr. Marco Cadoná, pelo apoio na elaboração do projeto de pesquisa, contribuindo para a concretização do presente estudo. As secretárias do PPG em Desenvolvimento Regional, todas muito atenciosas e eficientes.

Aos meus queridos colegas do mestrado, companheiros desta caminhada, foi muito bom conhecer vocês e compartilhar distintos momentos e sentimentos. Em especial a querida Claudia pela grande amizade e apoio em todos os momentos dessa caminhada, por estar presente para esclarecer dúvidas e trocar ideias. Um agradecimento pelas várias vezes que estudamos juntos na biblioteca, das conversas que serviam para além do estudo e nos permitiram, sobretudo, trocar angústias e alegrias dessa jornada “solitária” do mestrado. Eu só tenho a agradecer pela atenção e carinho e dizer que é uma amizade para vida toda. A colega Elisângela que se transformou em uma grande amiga de todas as horas e momentos, obrigado pelos lanches que dividia durante as aulas no primeiro ano, pelas caronas, pelos conselhos, você é uma pessoa muito especial e que nutro muito carinho, gratidão e admiração! Sei que a nossa amizade é para sempre. Um agradecimento ainda para Alice, minha amiga, valeu pela parceria na alegria e na tristeza, saiba que você é uma pessoa muito especial e foi muito bom estarmos lado a lado nessa jornada.

Por fim, gostaria de agradecer as pessoas que participaram desta pesquisa nos municípios de Vera Cruz e de Santa Cruz do Sul, que gentilmente responderam ao formulário e a entrevista e contribuíram com informações relevantes para dar vida, voz e relevância ao presente estudo. Meu muito obrigado!

RESUMO

A mobilidade pendular está intrinsecamente relacionada a distribuição espacial da população no território. Nesse contexto, analisar as relações entre urbanização e mobilidade pendular podem auxiliar na compreensão dos territórios dinâmicos e funcionais, como os arranjos populacionais. Esta pesquisa analisou as territorialidades constituídas a partir dos movimentos pendulares, decorrentes do processo de expansão e reestruturação urbana do arranjo populacional de Santa Cruz do Sul (RS). A pesquisa pautou-se pelos seguintes objetivos: buscar uma breve caracterização histórica, demográfica e econômica dos municípios Santa Cruz do Sul e Vera Cruz que compõem o arranjo populacional, avaliar qual o perfil da população que realiza deslocamento para estudo e trabalho, através de dados estatísticos secundários, além de identificar os processos seletivos de uso e apropriação do território a partir do deslocamento pendular. Por fim, buscou estabelecer com base nos dados empíricos, as principais características dos municípios de origem e de destino, bem como identificar as dinâmicas territoriais que se estabelecem em função da mobilidade pendular. O presente trabalho utilizou uma abordagem qualitativa, sendo que para a construção das análises sobre o objeto empírico utilizou-se o pressuposto teórico-metodológico do materialismo histórico dialético. Foram sistematizados e analisados dados secundários referente a pendularidade presentes nos censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010, e também foram aplicados formulários e realizadas entrevistas com 22 pessoas que se deslocam pendularmente para trabalho e/ou estudo no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul. A partir dos resultados foi possível traçar o perfil da população que se desloca pendularmente, verificando os condicionantes para efetivação do deslocamento, bem como se dá a apropriação e interação dos pendulares com o território urbano do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul. Quanto aos resultados da pesquisa, inicialmente, são apresentados dados estatísticos secundários referentes aos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. Estes dados indicam o aumento da população urbana dos municípios, aumento do nível de escolarização, bem como a diminuição da pobreza e do desemprego. Os dados evidenciam que houve um aumento do deslocamento pendular no arranjo populacional, principalmente no sentido Vera Cruz/Santa Cruz do Sul e constatou-se a centralidade do município de Santa Cruz do Sul, sendo esta reflexo das oportunidades de trabalho e dos serviços especializados (educação e saúde), impulsionando os fluxos de pendularidade entre os dois municípios. Os dados primários foram apresentados e analisados a partir da percepção de sujeitos que se deslocam pendularmente para trabalho e/ou estudo no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul. Sendo assim, constatou-se que os pendulares de Vera Cruz se deslocam em busca de oportunidades de trabalho no município de Santa Cruz do Sul. Em relação ao estudo o deslocamento ocorre, sobretudo, para cursar o ensino superior, sendo que estes sujeitos buscam por qualificação. Os pendulares de Santa Cruz do Sul se deslocam principalmente devido ao trabalho. Estes possuem maior escolaridade e buscam por trabalhos qualificados no município de destino (Vera Cruz). A interação com o arranjo populacional, ocorre com maior intensidade pelos pendulares de Vera Cruz, pois além do trabalho e estudo no município de Santa Cruz do Sul, estes utilizam serviços de saúde, comércio, lazer e entretenimento. Os trabalhadores e estudantes que realizam deslocamento pendular, atuam diretamente no território de origem e destino, construindo e mantendo diferentes territorialidades no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.

Palavras Chaves: Deslocamento Pendular; Arranjos Populacionais; Pendulares; Territorialidades.

ABSTRACT

Commuting is intrinsically related to the spatial distribution of population within a territory. In this context, to analyse the relations between urbanization and commuting can help to understand the dynamics and functions of territories, including the spatial arrangements of population. This research analysed changes in the territory as a result of the commuting originating from the process of urban expansion and restructuring of the population spatial arrangements in the municipality of Santa Cruz do Sul, in the State of Rio Grande do Sul - Brazil. The research is based on the following objectives: to seek a brief historical, demographic and economic characteristics of the municipalities of Santa Cruz do Sul and Vera Cruz, where the population spatial arrangements take place; to assess, through statistical data, the profile of the commuters who both study and work, and also identify the selection processes of the use and appropriation of territory due to commuting. Finally, based on empirical data, this work sought to establish the main characteristics of the municipalities of origin and destination, as well as identify the territorial dynamics that are established because of commuting. This study used a qualitative approach, and to analyse the empirical object, the dialectical materialism was the theoretical and methodological approach used. Secondary data were systematised and analysed in relation to commuting according to 2000 and 2010 IBGE (The Brazilian Institute of Geography and Statistics) demographic censuses, and forms were completed together with interviews conducted with 22 commuters, who work and/or study, in the Population Spatial Arrangement of Santa Cruz do Sul. From the results it was possible to set the profile of the commuters by checking their reasons for commuting and how they interact and use the urban territory in the Population Spatial Arrangement of Santa Cruz do Sul. As for the results, the secondary statistical data of the municipalities of Santa Cruz do Sul and Vera Cruz are initially shown. These data show an increase of urban population in the municipalities, an improvement of schooling, as well as a reduction of poverty and unemployment. The data show that there has been an increase in commuting, mainly from Vera Cruz to Santa Cruz do Sul making the municipality of Santa Cruz do Sul an important place for job opportunities and specialized services (education and health), boosting the commuting flows between the two municipalities. Primary data are presented and analysed starting from the perception of the commuters who work and/ or study in the Population Spatial Arrangement of Santa Cruz do Sul. Results show that the commuters from Vera Cruz are in search of job opportunities in the city of Santa Cruz do Sul. In relation to studying, the commuting occurs mainly to pursue higher education, looking for qualification. The commuters of Santa Cruz do Sul travel mainly because of work opportunity reasons. They have better qualification and look for skilled jobs in Vera Cruz. The commuters from Vera Cruz, besides working and studying in the city of Santa Cruz do Sul, have greater interaction in its population spatial arrangement because they also use health services, trade, leisure and entertainment. Workers and students, who commute, have direct influence on the territory of origin and destination, building and maintaining different territorialities in the Population Spatial Arrangement of Santa Cruz do Sul.

Keywords: Commuting; Population Spatial Arrangement; Commuters; Territorialities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 - Localização do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul – RS.....	16
Quadro 01 - Formas de Migração no Território	27
Quadro 02 - Tipos “ideais” de Territórios	39
Mapa 02 – Localização dos municípios de Santa Cruz e Vera Cruz.....	46
Figura 01 – Localização das vias rodoviárias de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul	49
Figura 02 – Foto área da área central da cidade de Vera Cruz, ao fundo área central de Santa Cruz do Sul (2010).....	50
Figura 03 – População Residente de Santa Cruz do Sul por sexo (1970 até 2010).....	53
Figura 04 – População Residente de Santa Cruz do Sul por situação do domicílio(1970 até 2010).....	55
Figura 05 – Pirâmide Etária do município de Santa Cruz do Sul (2000)	56
Figura 06 – Pirâmide Etária do município de Santa Cruz do Sul (2010)	57
Figura 07 – Estimativa Populacional de Santa Cruz do Sul (2010 – 2014)	58
Figura 08 – Número de Estabelecimentos em Santa Cruz do Sul – RS.....	61
Figura 09 - População Residente de Vera Cruz por situação do domicílio (1970 até 2010).....	66
Figura 10 – Pirâmide Etária do município de Vera Cruz (2000).....	66
Figura 11 – Pirâmide Etária do município de Vera Cruz (2010).....	66
Quadro 03 - Número de registros de empresas no município de Vera Cruz (2013).....	69
Figura 12 – Local de destino e origem das pessoas que realizaram deslocamento pendular – 2000.....	78
Figura 13 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de rício do trabalho - 2010.....	80
Figura 14 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho - 2010.....	80
Figura 15 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal e sexo, no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.....	81
Figura 16 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por e cor ou a, no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul (2010).....	81
Figura 17 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal e por idades.....	82
Figura 18 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal e escolaridade - 2010.....	83
Figura 19 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de	

exercício do trabalho principal e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita – 2010.....	84
Quadro 04 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal e a seção de atividade do trabalho principal – 2010.....	85
Quadro 05 – População dos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz que se desloca para trabalho ou estudo (2000 – 2010).....	86
Quadro 06 – Perfil dos Entrevistados que realizam Deslocamento Pendular entre os municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz (2015).....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Características do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.....	42
Tabela 02 - Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes – Santa Cruz do Sul – RS.....	59
Tabela 03 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Santa Cruz do Sul.....	59
Tabela 04 – Ocupação da população de 18 anos ou mais de Santa Cruz do Sul – RS....	59
Tabela 05 - Número de empregos ativos em Santa Cruz do Sul – RS.....	61
Tabela 06 – Movimentação de empregos em Santa Cruz do Sul (admissões e desligamentos).....	62
Tabela 07 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Vera Cruz.....	67
Tabela 08 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Vera Cruz – RS.....	68
Tabela 09 - Ocupação da população de 18 anos ou mais - Vera Cruz	68
Tabela 10 – Número de Empregos ativos em Vera Cruz por setor	69
Tabela 11 – Movimentação de empregos em Vera Cruz (admissões e desligamentos).....	71
Tabela 12 – População Total segundo o trabalho ou estudo – 2010.....	76
Tabela 13 – Deslocamento pendular segundo a saída para estudo, trabalho e estudo e trabalho – 2000.....	77
Tabela 14 – Deslocamento pendular segundo a entrada para estudo, trabalho e estudo e trabalho – 2000.....	78
Tabela 15 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, frequência à escola e local da escola	79
Tabela 16 – Percentual de habitantes que se desloca para estudo ou trabalho, por faixas etárias.....	88
Tabela 17 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que, no trabalho principal, trabalhavam fora do domicílio e retornavam diariamente do trabalho para o domicílio, exclusive as pessoas que, no trabalho principal, trabalhavam em mais de um município ou país.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

FEE – Fundação de Economia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INPE -Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

NEPO - Núcleo de Pesquisas Populacionais

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUD – Programadas Nações Unidas para o Desenvolvimento

RS – Rio Grande do Sul

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	URBANIZAÇÃO , MIGRAÇÃO E OS ARRANJOS POPULACIONAIS	21
2.1	As migrações internas no Brasil e a urbanização	22
2.2	Reflexões sobre Mobilidade pendular e os Arranjos Populacionais	29
2.3	Mobilidade e territorialidade no espaço urbano	34
3	DINÂMICAS E TRANSFORMAÇÕES DO ARRANJO POPULACIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL/ RS	43
3.1	Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul: breve contextualização das dinâmicas histórica, econômica, social e demográfica	44
3.1.1	Caracterização do município de Santa Cruz do Sul	50
3.1.2	Caracterização do município de Vera Cruz	63
3.2	Um olhar sobre o deslocamento pendular no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul a partir de dados censitários do IBGE.....	71
3.2.1	Os Censos Demográficos do IBGE e a variável pendularidade	72
3.2.2	Análise do deslocamento pendular no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul a partir dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.....	77
4	TERRITÓRIOS DO COTIDIANO: ANÁLISE SOBRE MOBILIDADE PENDULAR E TERRITORIALIDADES URBANAS NO ARRANJO POPULACIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL - RS	92
4.1	Procedimentos metodológicos , coleta e interpretação dos dados	93
4.2	Perfil dos pendulares entrevistados no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul	99
4.3	Mobilidade e territorialidades no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul: um olhar entre os fatores contextuais e individuais na experiência da pendularidade	103
4.3.1	Relação dos pendulares com o município de residência (Origem)	106
4.3.2	Relação dos pendulares com o município de trabalho e/ou estudo (Destino)	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	126
	ANEXO A – Roteiro de Entrevista Semi – Estruturado	132
	ANEXO B – Formulário de Pesquisa.....	133
	ANEXO C – Termo Livre e esclarecido de consentimento da entrevista	135

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas ocorreram grandes mudanças no espaço urbano brasileiro, decorrentes de condições econômicas, sociais e demográficas diversas, que resultaram em processos de mobilidade espacial distintos nos territórios. No decorrer destas décadas, foram implementadas novas formas de moradia em diversas regiões do país, tendo em vista que a estrutura e a composição familiar foram alteradas, o mercado de trabalho ficou mais dinâmico e os deslocamentos pendulares¹ se intensificaram.

O deslocamento diário da população entre cidades, principalmente ocasionado pela procura de trabalho e serviços como educação e saúde, proporcionou distintas transformações no espaço urbano brasileiro, sendo esses deslocamentos analisados a partir de diferentes pesquisas recentes. A mobilidade espacial e, sobretudo, o deslocamento pendular se traduz, dessa forma, enquanto fenômeno importante da sociedade contemporânea e se insere enquanto questão a ser considerada na análise da dinâmica sócioespacial recente de diferentes regiões no Brasil, pois congrega fenômenos imprescindíveis para compreender as transformações territoriais e que atualmente estão em curso.

Nesse sentido a mobilidade urbana e intra-urbana é percebida como o movimento diário da população que, devido à separação geográfica entre os locais de atividade e locais de residência se desloca, pois necessita se locomover com constância para suprir suas demandas, sobretudo relacionadas ao trabalho e ao estudo, entre outras.

Quando o município de residência é diferente daquele no qual a pessoa informa como local de trabalho ou estudo, tem-se aí o deslocamento pendular, ao considerar que esse movimento da população possui uma regularidade cotidiana. Assim, usualmente chamada de pendularidade por pesquisadores, é equivalente ao conceito de “*commuting*”, termo internacional em inglês para definição do fenômeno, referindo-se aos deslocamentos populacionais entre o local de residência e os locais de realização de atividades rotineiras diárias, fundamentalmente para trabalho e estudo (ARANHA, 2005).

A mobilidade pendular é capaz de modificar, por determinado período de tempo, o volume populacional de um município, sendo que pode ocasionar o aumento ou diminuição

¹ A partir da tradução do termo em inglês “*commuting*”, onde foi originalmente estabelecido, os termos mais adequados em português que serão utilizados no presente estudo são: “deslocamento pendular” ou “pendularidade”. Assim para designar o fenômeno em questão, no transcurso do trabalho foram eleitos os seguintes termos: “deslocamento pendular”, “mobilidade pendular” e “movimento pendular”. Para a designação das pessoas que realizam a pendularidade para trabalho e/ou estudo será utilizado o termo “pendulares”.

da população. É interessante notar que a partir da pendularidade pode ainda ocorrer um aumento ou diminuição da demanda por bens ou serviços. (ARANHA, 2005).

Os deslocamentos pendulares podem ser estudados sob várias perspectivas, enfatizando elementos de ordem econômica, social, geográfica, histórica e demográfica, e que, estando associados, permitem uma melhor compreensão da dinâmica territorial urbana e de seu entorno. Jardim (2011) evidencia que para estudar a mobilidade pendular na atualidade, é necessários estudos que abordem o deslocamento de pessoas em suas vidas cotidianas, levando em consideração elementos como: distância, frequência, duração, retenção, situação político-administrativa, redes sociais e urbanas, condições e formas de deslocamento e as motivações para as pessoas se deslocarem.

Nessa perspectiva, os dados dos censos demográficos permitem melhor captar esses movimentos e identificar algumas peculiaridades, tais como informações relacionadas ao local de residência de cada indivíduo e o respectivo local de trabalho e/ou estudo, ou seja, sobre a origem e o destino dos movimentos das pessoas no espaço.

Ao mesmo tempo a intensidade do movimento pendular constitui-se enquanto forma reveladora que apresenta a extensão da população presente nos territórios, possibilitando uma melhor compreensão de áreas de expansão urbana, de seu processo de regionalização e, conseqüentemente, das dinâmicas que perpassam o desenvolvimento regional.

A pendularidade, nesse sentido, não é um fenômeno restrito aos grandes centros urbanos, ocorrendo igualmente em cidades médias e em menor escala em pequenas cidades. A mobilidade pendular passou a ser uma realidade observada nas cidades médias, sobretudo devido ao dinamismo econômico que essas cidades exercem em seu entorno, e conseqüentemente em suas regiões funcionais. As cidades médias tem uma capacidade de atração de uma populacional regional, que buscam, nessas mesmas cidades, além de ocasiões de trabalho, por diversificados serviços como saúde e educação. É nesse sentido que o presente trabalho se justifica à medida que tem o interesse de realizar uma pesquisa sobre a mobilidade pendular no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul (RS).

Com a intensificação do processo de urbanização ocorrido no Brasil a partir da década de 1960, pesquisadores tem se interessado desde então por identificar e compreender as formas das aglomerações urbanas no país. Assim, com o interesse de fornecer conhecimento atualizado sobre o processo de expansão urbana no país, o IBGE apresentou um estudo sobre os arranjos populacionais, sendo estes definidos enquanto um agrupamento de um ou mais municípios que possuem integração populacional devido, entre outras variáveis, aos

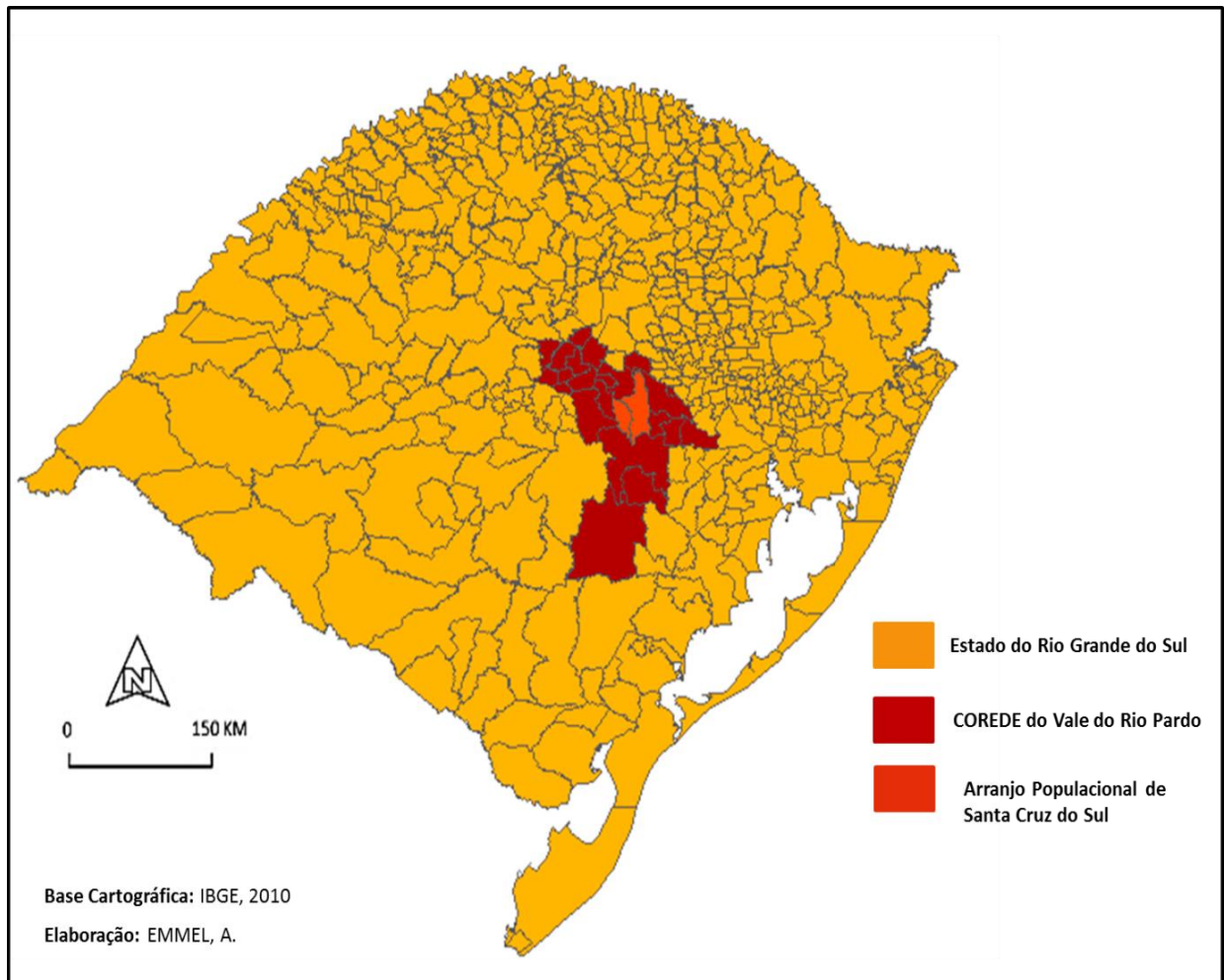
movimentos pendulares realizados para trabalho e estudo e ao processo de conurbação urbana (continuidade entre as manchas urbanizadas). Como critérios estabelecidos para formação dos arranjos populacionais, o IBGE (2015) definiu a existência de relacionamento (interação) cotidiana por uma grande parte da população entre dois ou mais municípios.

A existência desses “relacionamentos” decore de fatores diversos, podendo ocorrer a partir do crescimento de uma cidade, da emancipação de um município, do histórico de formação, da localização de indústrias, entre outros fatores. Para o presente estudo tem-se como objeto empírico o Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul², que compreende os municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz e que juntos somam 142.000 habitantes, se enquadrando no arranjo populacional acima de 100.000 habitantes. De acordo com o IBGE (2014) foram identificadas 158 médias concentrações urbanas no Brasil, acima de 100 000 habitantes e até 750 000 habitantes, e que atuam como centros intermediários na articulação do sistema urbano nacional.

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as territorialidades constituídas a partir dos movimentos pendulares, decorrentes do processo de expansão e reestruturação do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul (RS). A mobilidade pendular é um dos aspectos que incrementa o movimento populacional no território, sendo que acontece a partir de variáveis determinadas e socialmente constituídas no tempo e espaço e, dependendo da organização social e econômica desses territórios, ganha novas formas e especificidades. Assim o problema da pesquisa é verificar quais as territorialidades constituídas pelos pendulares que se deslocam para trabalho e/ou estudo no município de origem e no município de destino.

² O Arranjo Populacional leva o nome do município que possui a maior população, mas somente quando essa população for representada pelo dobro do segundo maior município (IBGE, 2010). Aplica –se nesse caso, este critério, pois Santa Cruz do Sul possui 118.374 habitantes e Vera Cruz 23.983 habitantes.

Mapa 01 - Localização do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul – RS



Fonte: Elaborado pelo autor com informações cartográficas do IBGE.

A interação espacial estabelecida entre os diferentes municípios que formam uma região tem intensificado os deslocamentos nos território, ocasionando um fluxo muitas vezes com características específicas e revelando as relações e práticas cotidianas da população nesses espaços (JARDIM, 2011).

A temática desta pesquisa surgiu da necessidade de um estudo atual sobre a dinâmica espacial e populacional desse arranjo, formado por cidades contíguas localizadas na região do Vale do Rio Pardo, na área central do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, os municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz historicamente se destacam na economia regional do Vale do Rio Pardo através da produção e beneficiamento do tabaco. Os dois municípios concentram juntos uma população com mais de 140.000 habitantes, sendo a maior parte urbana. Ambos os municípios tem apresentado nos últimos vinte anos um intenso processo de urbanização, superior a taxa de urbanização regional que no período de 1991 a

2010 foi de 3,25 %. Nesse mesmo período, Santa Cruz do Sul ampliou sua população urbana em 11.904 novos habitantes, evidenciando um crescimento de 1,72%, sendo que Vera Cruz apresentou um crescimento da ordem de 3.419 novos habitantes, representando 9,06 % de aumento em sua população urbana.

Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, segundo dados sociodemográficos do IBGE divulgados nos últimos censos de 2000 e 2010 apresentaram um crescimento da população urbana nas últimas décadas e que têm igualmente sido acompanhado pela expansão do perímetro urbano, através da produção de novos loteamentos, sobretudo em áreas antes rurais e que passaram a serem incorporadas no movimento de expansão urbana. Essa crescente urbanização, também tem se caracterizado por uma maior complexificação da economia urbana desses municípios, sobretudo a de Santa Cruz do Sul, através do desenvolvimento e expansão de atividades do setor de serviços, como o a educação superior, a saúde, e o comércio especializado.

Assim, além da tradicional importância do setor industrial, a expansão de novas atividades econômicas terciárias tem contribuído para ampliar os movimentos diários de pessoas entre as cidades de Vera Cruz e de Santa Cruz do Sul, motivados, sobretudo pelo trabalho e estudo. (IBGE, 2010).

A proximidade espacial entre os municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz tem levado o setor imobiliário a produzi inúmeros empreendimentos imobiliários em ambos os municípios, em função da crescente demanda por novas habitações, mas também por novos estilos de morar, como são os casos de loteamentos fechados e dos condomínios horizontais. A expansão e aproximação crescente das malhas urbanas desses municípios, aliadas a maior articulação econômica e espacial entre elas, têm contribuído para o aumento dos fluxos pendulares e de capital imobiliário, apresentando um intenso e complexo processo de (re)estruturação urbana no âmbito desse arranjo populacional.

No desenvolvimento da presente pesquisa utilizou-se o materialismo histórico-dialético como pressuposto teórico-metodológico. (TRIVIÑOS, 1987). Assim, buscou-se uma compreensão desse arranjo populacional enfatizando a categoria de contradição do método, com ênfase para uma compreensão de como se constituem as territorialidades e suas contradições.

A utilização do materialismo histórico-dialético enquanto método de investigação busca a transformação da realidade, tendo em vista que a reflexão implicará no movimento, na mudança e não apenas limitar-se à análise crítica.

A necessidade de explicitar as territorialidades constituídas por meio da mobilidade pendular no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul – RS, fez com que se optasse por uma abordagem qualitativa, para uma melhor compreensão e entendimento do contexto do fenômeno da mobilidade pendular na região do Vale do Rio Pardo. Nesse sentido, como observa Minayo (1996, p. 112) “preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação”.

A amostra da pesquisa é não probabilística, ou seja, é uma amostra subjetiva ou por julgamento, pois a escolha deliberada dos sujeitos que integram a pesquisa, não garante a representatividade da população desse arranjo populacional. Assim, para realização da pesquisa, utilizou-se a amostra não probabilística por acessibilidade ou conveniência.

Para construção do referencial teórico da dissertação, partiu-se de uma revisão de literatura a respeito da temática e dos fatores que envolvem as migrações e, sobretudo, os deslocamentos populacionais. Foram consultados livros, e-books, artigos científicos, dissertações e teses, além de relatórios de atividades de pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), NEPO (Núcleo de Pesquisas Populacionais) e INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Entre as técnicas de pesquisa utilizadas, foi realizado um levantamento de dados estatísticos secundários para os períodos dos Censos de 2000 e 2010, permitindo uma caracterização do deslocamento pendular na área de estudo. Os dados foram levantados a partir do SIDRA (Sistema IBGE de recuperação automática), definido enquanto um sistema de agrupamento de dados estatísticos provenientes dos Censos Demográficos do IBGE. Foram ainda aplicados formulários com 22 trabalhadores e estudantes que realizam deslocamento pendular e na sequência realizadas entrevistas semiestruturadas com seis eixos temáticos.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo são apresentados o problema e os objetivos da pesquisa, bem como a justificativa de escolha do tema e a metodologia utilizada na realização do presente estudo.

O segundo capítulo apresenta a base conceitual que norteia a pesquisa, ao discorrer sobre pontos centrados na questão das migrações internas, com ênfase na mobilidade pendular e suas influências no processo de urbanização. A urbanização e as transformações urbanas no Brasil tem relevância na compreensão do fenômeno da migração interna. A partir da expansão e reestruturação territorial urbana, as formas de deslocamento foram ganhando contornos diferenciados nas cidades. Assim, nesse capítulo é privilegiada uma discussão sobre migração e mobilidade pendular, conceituando e analisando esses movimentos da população no território, bem como propõem uma reflexão sobre as territorialidades constituídas decorrentes desses movimentos.

No terceiro capítulo é apresentada a caracterização da região de abrangência da pesquisa, no caso o Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul, que abrange os municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul, sendo que essa regionalização levou em consideração a interação entre os municípios, principalmente por meio da variável deslocamento pendular. Nesse capítulo discorre-se sobre a variável pendularidade nos censos demográficos do IBGE e também sobre uma análise de dados secundários dos censos demográficos de 2000 e 2010, caracterizando o perfil populacional daqueles que realizam o deslocamento pendular para trabalho e estudo no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.

O quarto capítulo inicialmente apresenta os procedimentos metodológicos que norteiam a pesquisa e auxiliam a analisar os deslocamentos pendulares no sentido Vera Cruz / Santa Cruz do Sul e Santa Cruz do Sul / Vera Cruz. A coleta e procedimentos para análise dos dados qualitativos é descrita, evidenciando como ocorreram a aplicação dos formulários e a realização de entrevistas semiestruturada com os sujeitos pendulares nesse Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul. Na sequência são apresentados os dados decorrentes dessa pesquisa, enfatizando um olhar entre os fatores contextuais e individuais na experiência da pendularidade. São observadas ainda as percepções dos pendulares em relação aos municípios de origem e destino, sendo essas percepções analisadas no sentido Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul e Santa Cruz do Sul/Vera Cruz.

Por último são apresentadas as considerações finais do estudo, tendo a discussão final e análise dos resultados obtidos na presente pesquisa e sendo estes confrontados com os objetivos do estudo. A relevância do estudo da mobilidade pendular no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul surge devido ao significativo aumento no número de deslocamentos para trabalho e/ou estudo entre as cidades de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul. Sendo que pesquisas referentes ao deslocamento pendular são necessárias para o levantamento de

informações pertinentes referentes às pessoas que a praticam e suas interações com o território cotidiano, o que deve auxiliar no ordenamento da dinâmica territorial e no planejamento urbano regional.

2 URBANIZAÇÃO, MIGRAÇÕES E OS ARRANJOS POPULACIONAIS

Neste capítulo, buscou-se estabelecer, inicialmente e de forma abrangente, uma discussão acerca dos processos da migração interna no Brasil, priorizando um breve entendimento de como e onde ocorreram essas migrações, enfatizando a relação entre as migrações e o processo de urbanização do espaço urbano brasileiro. A migração é um fenômeno relevante a ser estudado na atualidade e vem, no decorrer dos anos, despertando interesse de estudos nas diversas escalas (local, regional, nacional ou internacional).

Referente à migração é importante salientar que a maior ou menor atratividade migratória dos municípios brasileiros influencia diretamente sua taxa de crescimento, sendo que desde 1991 o fenômeno da migração interna representa metade do crescimento da população em nível regional no Brasil. A reestruturação socioespacial dos municípios brasileiros tem relação com os fluxos migratórios, principalmente os que se estabelecem em nível local (CUNHA, 1994; MATOS, 2005). Assim, a elevação ou diminuição dos fluxos migratórios dos municípios não podem ser percebidas somente de acordo com as especificidades individuais do município e necessita levar em consideração as condicionantes em nível regional (DOTA e CAMARGO, 2015).

Tendo em vista que a migração no Brasil está ligada com os processos de urbanização e de transformações urbanas e territoriais, observa-se que a expansão urbana nos municípios brasileiros ganham novos contornos, sendo que estes podem estar vinculados às mudanças na vida cotidiana das pessoas, principalmente devido aos movimentos populacionais diários, ou seja, a mobilidade pendular (OJIMA, 2011).

Deste modo, a mobilidade pendular ganha destaque no processo de expansão urbana, que se intensifica pela desconcentração produtiva e a readequação nos modos de produzir e consumir (OJIMA e MARANDOLA JÚNIOR, 2012). Para Frey e Dota (2013), a mobilidade pendular é resultado da regionalização do espaço de vida cotidiano das pessoas, gerando territorialidades distintas.

Justamente devido a essas transformações territoriais recentes nos municípios brasileiros, o IBGE (2015) propõe uma nova regionalização com foco na dinâmica territorial atual do Brasil, enfatizando processos socioespaciais decorrentes da reestruturação territorial. Assim, o IBGE possibilitou uma reflexão territorial mais aprofundada para os municípios

brasileiros, com base nas relações sociais e econômicas, intrínsecas ao processo de urbanização, sendo esta identificada a partir dos Arranjos Populacionais.

Com o intuito de aprofundar as discussões no presente capítulo, buscou-se inicialmente estabelecer uma discussão sobre as migrações internas no Brasil e a urbanização. Na sequência apresenta-se uma discussão que enfatize a pendularidade e a formação de territorialidades no espaço urbano. Melchior (2008) destaca que na pendularidade, o tempo do deslocamento corresponderá ao tempo de estudo e/ou trabalho, sendo que somente nesse momento o sujeito que se desloca estabelecerá relação com o local de destino. Para estabelecer sua territorialidade, terá que reconhecer seu local de origem, suas relações diárias, sociais, econômicas, familiares, afetivas que acontecem nesse local. E, nessa perspectiva, a intensidade relativa ou absoluta do deslocamento pendular para trabalho e estudo entre dois ou mais municípios é um dos elementos para definição dos Arranjos Populacionais, que juntamente com o espaço urbano construído (conurbação urbana) delimita espaços urbanos coesos e integrados.

2.1 As Migrações internas no Brasil e a urbanização

As migrações internas definem-se como o deslocamento de pessoas que se processa dentro de um mesmo país, podendo apresentar diferentes modalidades, como a migração inter-regional (deslocamento de migrantes entre regiões), migração intra-regional (deslocamento de migrantes dentro de uma região), êxodo rural (também denominado migração campo - cidade) e os deslocamentos pendulares (mobilidade diária de pessoas entre municípios).

Nos últimas décadas, mais precisamente a partir de 1950, os movimentos migratórios no Brasil estavam diretamente relacionados com os processos de urbanização e redistribuição espacial da população em distintas regiões do país. Este período é igualmente marcado por uma intensa mobilidade populacional. (BAENINGER, 2011).

Estudos clássicos acerca dos processos migratórios internos no Brasil destacam reflexões teóricas que estão relacionadas aos fenômenos de migração e industrialização (Singer, 1973), migração e fronteira agrícola (Martine e Camargo, 1984), migração e desconcentração industrial (Matos, 2000; Baeninger, 1999), migração e emprego e migração e mobilidade social (Faria 1983).

A reorganização da população no território brasileiro tem relação com os fluxos migratórios internos, sendo que a partir da década de 50 surgem diferentes estudos sobre a migração interna no Brasil, que repercutem na compreensão da organização dos sujeitos migrantes no território brasileiro (Baeninger, 1999).

Os principais eixos propulsores das dinâmicas populacionais no Brasil foram à industrialização e a expansão das fronteiras agrícolas. Os estudos na década de 1970 até 1980 apontavam a crescente urbanização do Brasil, evidenciando um grande aumento percentual de pessoas migrando para áreas urbanas, principalmente para a região sudeste, intensificando o processo de metropolização no país. (MARTINE, 1994).

Nesse sentido, segundo Matos (2002), os dados demográficos da década de 60 já mostravam claramente os migrantes como protagonistas do processo de expansão urbana brasileiro, principalmente considerando a redução progressiva da fecundidade impulsionada pelos avanços técnico-científicos e pelo estilo de vida urbano. Ainda, em meados dos anos 60, iniciou-se uma progressiva desruralização e conseqüentemente desenvolvimento de concentrações urbanas em muitas regiões brasileiras, decorrentes das transformações nos campos. Transformações essas decorrentes da tecnificação, restrição do acesso ao crédito, concentração e especulação imobiliária, diminuição e restrição do acesso à terra aos pequenos agricultores, reduzindo a necessidade de mão de obra, o que gerou um intenso êxodo rural no país. (MARTINE, 1990).

Martine e Camargo (1984) destacam em seu estudo que, nas décadas de 60 e 70, o Brasil registrou uma grande perda de população rural. De acordo com os autores no primeiro período aproximadamente 13,5 milhões de pessoas deixaram o campo, número que aumentou para 15,6 milhões nos anos 70. Sendo que nas décadas de 70/80, ocorreu uma diminuição absoluta da população rural.

A partir dos anos 70 as migrações internas começaram a deixar de ser predominantemente de tipo rural/urbano e os movimentos urbano/urbano aumentam até se tornarem predominantes em quase todo o território. Essa alteração no padrão dos movimentos alterou também o perfil dos imigrantes, que, em função da sua origem urbana, exibiu um avanço em termos da qualificação, o que significou um peso menor para o mercado de trabalho e os sistemas educacionais das áreas de destino. Sendo que:

Esse acelerado processo de urbanização era parte das profundas transformações estruturais pelas quais passavam a sociedade e a economia brasileiras. De fato, era a própria sociedade brasileira que se transformava cada vez mais em urbana, tornando irreversível a hegemonia das cidades, não só como o lócus privilegiado das atividades econômicas e da residência da

população, mas, também, como centro de difusão dos novos padrões de relações sociais – inclusive as relações de produção – e de estilos de vida. (BRITO, F. 2007, p. 11)

Já nos anos de 1970, o processo migratório teve mudanças em seu direcionamento, apesar da centralidade migratória se manter para o Sudeste, principalmente para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. (BAENINGER, 2011). Cabe ainda mencionar que a década de 1970 é marcada por políticas de dispersão urbana, sendo criada uma política de planejamento no território, com o intuito de reorganizar o espaço urbano brasileiro. Nesse período as políticas do governo são direcionadas para as cidades médias, objetivando conter os fluxos populacionais, que majoritariamente direcionavam-se para as metrópoles brasileiras. Amorim Filho e Serra (2001, p 13) observam que:

A intensidade do crescimento demográfico das metrópoles nacionais, absorvendo, principalmente a partir da década de 50. Grande parte do contingente populacional que emigrava da zona rural das diversas regiões do país, impôs outra função imaginada para as cidades médias: a de absorver parte dos fluxos migratórios com destino às metrópoles, evitando-se uma ampliação dos graves problemas sociais existentes nesses grandes centros urbanos nacionais.

Outro ponto a considerar é que a partir dos anos 70, as cidades médias começaram a se inserir no direcionamento dos fluxos migratórios, mudando as direções dos fluxos migratórios que antes eram direcionados para os grandes centros urbanos. Um fator relevante desse novo direcionamento é a importante dinâmica econômica que os municípios de porte médio exercem nas regiões onde estão inseridos (ANDRADE, SANTOS e SERRA 2001).

Em relação aos destinos das migrações interestaduais na década de 1970, é relevante notar que se apresentavam mais estados “expulsores” de população do que estados “receptores”. Já em 1980 das vinte e duas Unidades Federativas existentes, 11 delas apresentaram saldos migratórios positivos, evidenciando que no decorrer da década de 1980 houve, entre os estados brasileiros, um aumento de “espaços ganhadores” de população. Na década de 1990, quatorze estados apresentavam trocas migratórias positivas, principalmente do sudeste e centro-oeste. (BAENINGER, 2011)

No entanto, entre uma década e outra, ocorreram mudanças econômicas significativas e que refletiram diretamente sobre os movimentos migratórios. A partir da década de 1990 implementou-se certo “esgotamento” da fronteira agrícola e iniciou-se um processo de desconcentração industrial no Brasil, gerando uma redistribuição das atividades econômicas em muitas regiões. (PACHECO, 1998).

Singer (1980) em seu estudo sobre migrações internas no Brasil evidencia que a industrialização exerce historicamente grande influência nos fluxos migratórios. Devido à industrialização capitalista e a formação de aglomerações econômicas, as migrações internas se tornaram necessárias para o avanço e o desenvolvimento da dinâmica capitalista. Para este autor a população é redistribuída de acordo com os processos de industrialização, assim os migrantes são necessários para o desenvolvimento da economia capitalista (SINGER, 1980).

Essa influência econômica no processo das migrações internas no Brasil vai gerar desigualdades regionais, que se intensificam de acordo com o aumento do processo de industrialização. Assim, Singer (1980) procura evidenciar que as mudanças nos processos produtivos, vão influenciar diretamente as migrações internas no Brasil.

Contudo, a partir dos anos de 1980, há igualmente uma expansão dos espaços de migração interna, sendo essa expansão confirmada na década seguinte, principalmente pela intensificação dos migrantes intra-regionais e os inter-regionais, que podiam ser analisadas separadamente (BAENINGER, 1999).

Na década de 1990 o movimento de retorno dos migrantes aos estados de nascimento, obteve uma grande importância nos estudos sobre migração interna. No período de 1971 - 1981, o movimento de retorno aos Estados de nascimento representava 11% do total da migração brasileira, já no período de 1981 - 1991, o percentual dobrou e passou a ser de 24,5%. Nos anos de 1980 ocorreu uma ampliação dos espaços de migração (BAENINGER, 1999). O crescimento do volume da migração de retorno chamou a atenção nas análises dos dados dos Censos Demográfico de 1991 e 2000:

[...] o volume de migração de retorno incrementou-se enormemente no país nos últimos 30 anos; na década de 90 houve incremento relativo da ordem de 221% em relação aos volumes dessa migração comparado com a década de 70. Este elevadíssimo incremento contribuiu para que o número de pessoas retornadas a seus estados de nascimento passasse de 1,1 milhão, nos anos 70, para quase 3,8 milhões, nos 90; estes volumes indicam a importância que, nos anos mais recentes, este tipo de mobilidade - sempre presente, porém em menor intensidade - passou a adquirir no cenário das migrações nacionais (CUNHA; BAENINGER, 2005, p.83).

Durante as décadas de 70, 80 e 90, ao mesmo tempo em que surgem novas localidades entre os mais importantes centros urbanos nacionais, ocorre um contínuo processo de metropolização, dado pela expansão da conurbação e das ligações funcionais diretas entre as maiores cidades do país e os municípios periféricos (BAENINGER, 2000). Referente ao papel das migrações internas no processo de urbanização:

Vale a pena refletir sobre o papel das migrações internas dentro do processo de urbanização. Elas foram decisivas para alinhar e integrar territorialmente a sociedade brasileira, na segunda metade do século XX. Com a expansão dos sistemas de transporte e de comunicação, os migrantes fluíram aceleradamente, contribuindo para a estruturação de um sistema de cidades de dimensão nacional, comandado pelos grandes aglomerados metropolitanos. (BRITO, F. 2007, p. 11)

A partir de uma retrospectiva, que privilegia um olhar sobre os anos 90 é que Baeninger (2011) nos propõe algumas compreensões sobre pontos específicos e que colocam em evidência o fenômeno da migração interna no Brasil:

Ocorreu uma redução dos fluxos migratórios de longa distância, principalmente os direcionados às fronteiras agrícolas; Para os fluxos de longa distância que se mantiveram, as principais áreas de absorção eram os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal; Os estados nordestinos tiveram uma recuperação migratória no âmbito intra – regional; Ocorreu o início e consolidação de constituição polos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, majoritariamente os Estados tornam-se “ganhadores” de população (BAENINGER, 2011, p. 10).

Ao chamar a atenção para a redução dos fluxos de longa distância, da migração de retorno e de novos polos de absorção migratória no país, Baeninger (2012), da mesma forma, rediscute a importância e o papel da pesquisa sobre a temática da migração interna atual no Brasil:

Assim, o tema das migrações internas no Brasil adquire importância crescente nos estudos de população no século 21. De um lado, as migrações de longa distância redesenham seus trajetos e seus significados; de outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbano-urbanas. Analiso, portanto, que o deslançar dos processos migratórios recentes tem suas raízes de transformações desde os anos 1980, quando as clássicas interpretações da migração ancorada somente no desempenho econômico das áreas alcançaram seus limites. Os processos migratórios nacionais, imersos em um novo contexto socioeconômico e urbanos nacionais e globais, imprimem espaços da migração marcados por diferentes “condição migratória”: áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória (BAENINGER, 2012, p. 11).

Com a recente reestruturação produtiva e o contexto econômico atual, as migrações internas no Brasil ganham novos contornos. Os fluxos migratórios, mais volumosos são os de idas e vindas, marcadas pela reemigração e o refluxo, sendo que, nesse sentido, a migração assume características reversíveis. Essas características reversíveis, dizem respeito ao local de origem, com o aumento de idas e vindas, com o local de destino, ocorrendo o incremento da migração de retorno (BAENINGER, 2011). Referente ao processo migratório atual Baeninger (2011) ainda discorre que:

Duas dimensões estão particularmente presentes na redefinição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade dos diferentes fluxos

migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades; em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas. (BAENINGER, 2011. p. 06).

A partir de um olhar sobre o fenômeno da migração interna no Brasil nas últimas décadas, pode-se perceber que o fenômeno da migração estão conectados aos processos de reestruturação econômica e urbana de grande parte dos municípios brasileiros. Nessa perspectiva Singer (1980) afirma que o entendimento do fenômeno migratório como processo histórico social, constitui o cerne do entendimento também para os processos migratórios urbanos atuais.

Em relação ao processo migratório é oportuno mencionar que existem diferentes formas de deslocamento populacional no território. No quadro abaixo Matos (1993) classifica as diferentes formas de migração, e, entre elas, está o deslocamento pendular.

Quadro 01 - Formas de Migração no Território

1. Segundo as Fronteiras atravessadas	2. Segundo a Duração e/ou periodicidade	3. Segundo a Voluntariedade	4. Segundo o Motivo invocado
1.1 Nacional	2.1 Movimento Pendulares: diários ou semanais.	3.1 Migrações Voluntárias: individuais, núcleos familiares e grupos	4.1 Trabalho
	2.2 Migrações Periódicas: sazonais ou de duração variável		4.2 Saúde
	2.3 Migrações de breve duração (até um ano)		4.3 Familiar
1.2 Internacional	2.4 Migrações de duração média (1 – 5 anos)	3.2 Migrações Forçadas: deportação, causas bélicas, catástrofes naturais, catástrofes ecológicas e razões políticas.	4.5 Estudo
	2.5 Migrações definitivas ou de longa duração (mais de 5 anos)		4.6 Político. Étnico ou religioso

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Matos (1993)

De acordo com Stamm (2007), os deslocamentos populacionais estão se espalhando pelo território nacional e relacionam-se a várias determinações da vida social, entre as quais o aspecto econômico passou a ser peça fundamental, porém não a única, dos movimentos populacionais. Jardim (2011), por sua vez relaciona a mobilidade da população com as condições socioeconômicas. A atual reestruturação produtiva gera novas formas de trabalho, bem como uma compreensão sobre processos que envolvem percepções em torno da mobilidade e ou imobilidade da população. Assim, entre essas novas formas de mobilidade identifica-se a pendularidade.

Dessa forma, vários são os pesquisadores que apontam uma interseção entre migração e mobilidade pendular (CUNHA, 1994; 2014; MATOS, 2005; MORAES, 2010; PEREIRA, 2008; OJIMA; MARANDOLA JÚNIOR, 2012; FREY; DOTA 2013).

Tal relação não é linear, já que o processo de produção do espaço urbano, com papel relevante na atração de migrantes, apresenta múltiplas dimensões. Fatores como custos diferenciados de acesso a terra, de aluguéis, acessibilidade, entre outros, destacam-se e impactam a análise de possíveis localidades para fixar residência e, adicionados à concentração espacial das oportunidades de emprego, culminam em variações dos volumes da mobilidade pendular (DOTA; CAMARGO, 2015, p135).

No decorrer dos processos de reestruturação socioespacial e econômica, a mobilidade pendular é um objeto de análise que anseia por compreensões, que, sobretudo, qualifiquem as particularidades e especificidades dessa relação dialética entre local de moradia e local de trabalho e/ou estudo (DOTA; CAMARGO, 2015).

Assim, a dinâmica econômica populacional das diferentes regiões do Brasil, em especial as concentrações urbanas interioranas, apresentam modalidades de deslocamento, como a pendularidade, que anteriormente era uma temática de abordagem exclusiva de grandes centros urbanos brasileiros (BAENINGER, 1996). Para o IPEA. (1999, p.399) essas novas áreas no interior do país “(...) têm sido privilegiadas pela localização industrial, em geral inserida em região de agricultura moderna, integradas em complexos agroindustriais”. Assim segundo Stamm (2005) os movimentos intraregionais se destacam com ênfase nos deslocamento pendulares, que estão se intensificando e ocasionando mudanças na redistribuição da população sobre o território.

A urbanização recente dos municípios brasileiros intensificou a mobilidade pendular. Nesse sentido é importante perceber que as várias verticalidades influenciam no processo de urbanização, ou seja, há impulsos e estímulos exteriores aos territórios que determinam a forma, produção e estrutura da formação socioespacial (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

Para Ojima (2007) a urbanização, cada vez mais dispersa, está relacionada com a mobilidade pendular, sendo a mobilidade pendular um fenômeno atuante da produção do espaço urbano. Assim a análise dessa relação entre urbanização e mobilidade pendular pode nos auxiliar na compreensão dos processos demográficos das regiões brasileiras, essencialmente em áreas urbanas mais dinâmicas e funcionais.

Desde a década de 1960 o IBGE estuda o fenômeno de urbanização brasileiro, identificando e delimitando aglomerações de população pelo país. Porém com a intensificação dos processos de expansão urbana nas últimas décadas, foram sendo criadas formas urbanas cada vez mais complexas no conjunto das cidades brasileiras (IBGE, 2015).

Segundo Dota e Camargo (2015) atualmente vários pesquisadores buscam representar olhares sobre as novas dimensões que a urbanização vem ganhando no Brasil, buscando apresentar propostas metodológicas que priorizem a compreensão da organização socioespacial das aglomerações urbanas em contextos recentes. Assim foram sendo realizadas pesquisas que busquem uma compreensão mais detalhada sobre os conceitos de cidade-região (SCOTT ET al., 2001; LENCIONI, 2013), de arranjo urbano-regional (MOURA, 2012), de urbanização-regional (SOJA, 2013) e dos arranjos populacionais (IBGE, 2015).

Com o intuito de auxiliar na compreensão sobre o processo de urbanização e expansão urbana para além das regiões metropolitanas, levando em consideração municípios de diferentes tamanhos, procurando diferenciar as formas espaciais e fornecer um modelo territorial das relações econômicas e sociais, o IBGE (2015) apresentou um estudo dos arranjos populacionais no Brasil (IBGE, 2015).

No próximo item desse capítulo serão analisadas as interfaces da mobilidade pendular com as novas formas de organização territorial urbana, no caso específico dessa análise, os arranjos populacionais.

2.2 Reflexões sobre Mobilidade pendular e os Arranjos Populacionais

Na atualidade, com globalização, as formas de mobilidade espacial da população assumem contornos diferenciados, como o deslocamento pendular. Nessa perspectiva, o conceito de mobilidade pendular ganha destaque em estudos e pesquisas no Brasil e no mundo (DOTA e CAMARGO, 2015).

Para um maior entendimento sobre os deslocamentos pendulares na atualidade há a necessidade de investigar os deslocamentos de pessoas em sua vida cotidiana, colocando em destaque elementos como distância, duração, frequência, retenção, situação político-administrativa, redes sociais e urbanas, condições e formas de deslocamento, além das motivações. Assim, o estudo da mobilidade populacional é fundamental para uma melhor compreensão das transformações territoriais que estão em curso no mundo atual. Ao se referir à mobilidade pendular, George (1983, p. 190) salienta:

É o movimento diário da população, que “tem como causa a crescente separação geográfica entre os diversos lugares de atividade e os lugares de residência nas grandes cidades contemporâneas”. Resulta de uma simultaneidade de movimentos de mesma natureza e da distribuição horária contígua, mas de componentes geográficos diferentes. (GEORGE. 1983 p. 190)

Assim, a mobilidade pendular pode ser entendida como os movimentos cotidianos regulares, realizados por motivos de trabalho e/ou estudo em direção a um município distinto daquele de residência (OJIMA, 2007). Segundo o Instituto Nacional de Estatística - INE (2003a, p. 11) a expressão conota que:

“deslocamentos pendulares” são habitualmente utilizados para designar os movimentos cotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. O conceito de movimento pendular encerra, na sua forma mais simples, duas deslocações de uma pessoa entre dois pontos do espaço geográfico: uma de ida para o local de trabalho ou estudo e outra de retorno ao local de residência. Deste modo, antes de mais, o movimento pendular é uma questão funcional que resulta da organização do território e da não coincidência entre o local de residência e os locais de trabalho ou estudo. INE (2003a, p. 11)

Referente à pendularidade Beaujeu-Garnier (1980), afirmam ainda que sua feição característica é o movimento de vai e vem que é semelhante à oscilação de um pêndulo, e devido a isso esse fenômeno é denominado de deslocamento pendular. A autora aponta outros requisitos para definição dos deslocamentos pendulares, devendo este apresentar: periodicidade, uma extensão considerável, o uso de algum meio de transporte mecânico, e os fluxos devem ter certo grau de convergência.

O deslocamento pendular é definido segundo o IBGE como o deslocamento que uma pessoa realiza entre seu local de residência e o seu local de trabalho ou estudo, sendo que estes devem estar localizados em municípios distintos (2001). Nesse sentido, a mobilidade populacional urbana traz a moradia como uma característica que gera deslocamento da

população, evidenciando, sobretudo a busca por habitações com preços mais acessíveis e ou habitações em bairros com melhor infraestrutura. Assim constatam-se dois tipos de busca por moradias, as de padrões mais elevados onde a qualidade de vida é considerada, e aquela voltada à baixa renda, que procura moradias de baixo custo, muitas vezes em bairros periféricos. Para Cunha (2013) a mobilidade pendular está diretamente ligada aos custos de residir e trabalhar ou estudar em municípios distintos e assim ocorre o deslocamento entre a localidade de residência e aquelas que concentram as oportunidades de trabalho e estudo.

A melhoria na área de transportes (melhoria nos acessos viários, transporte público, e valor de passagens) permitiu a acessibilidade a cidades do entorno e esse fato contribuiu para que "[.] a proximidade do local de trabalho tivesse sua importância relativizada na decisão pelo local de moradia." (SOBREIRA, 2007, p.21).

Os movimentos pendulares populacionais apresentam uma expressiva representatividade na dinâmica da economia e demografia de uma cidade e de sua região. Porém, esse processo de movimentação é condicionado por diferentes variáveis, como o sistema de transportes, os custos de transporte, o tempo de deslocamento, a acessibilidade de serviços públicos de transporte, entre outros (STAMM, 2005).

A amplitude e caracterização da mobilidade pendular modificaram-se em função de mudanças geradas a partir do rápido avanço tecnológico e sua acelerada difusão, que resultou na alteração dos meios de comunicação e transporte, produção e organização, ocasionando grandes transformações nos padrões demográficos e na vida social. Assim, na atualidade ocorre uma diversidade de configurações físicas para as atividades cotidianas da população (CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI; MOURA, 2005).

Os deslocamentos pendulares possuem sua intensidade e frequência diretamente ligadas ao tamanho das cidades, sendo que centros urbanos maiores tendem a ter um fluxo maior de pendulares, pois o mercado imobiliário encarece o valor do solo urbano nas áreas centrais, forçando os trabalhadores a buscarem moradias cada vez mais distantes do local de trabalho (GRANDO, 2005).

Para o IBGE (2015) a desigualdade na oferta de moradia e trabalho ocorre em centros de todos os tamanhos, sendo que não ocorre somente em relação ao setor industrial, mas também no setor do comércio, de serviços, entre outros. Vale ressaltar que o deslocamento pendular não é uma tendência exclusiva de cidades de grande porte, sendo igualmente uma realidade em cidades de pequeno e médio porte. Castelo Branco (2007) observa que:

As cidades médias constituem nós da rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas. (CASTELO BRANCO, 2007, p.90)

Nessa perspectiva Sposito (2003) evidencia a necessidade de se conhecer melhor a realidade urbana das cidades médias, observando que consumo e apropriação do espaço dessas cidades deve ser objeto de estudo, devendo estes serem confrontados com a realidade dos municípios do entorno. Conforme Maia (2010):

[...] a noção de cidade média aqui adotada corresponde às cidades que apresentam uma concentração e centralização econômicas expressivas, provocadas pela confluência do sistema de transporte, podendo ser reconfiguradas pela incorporação de novas atividades do setor agropecuário que, por sua vez, redefinem a indústria, o comércio e os serviços. No quadro urbano brasileiro, as cidades ora consideradas médias, embora apresentem similaridades, revelam diferenças tanto em sua estrutura como em sua dinâmica. (MAIA, 2010, p. 23)

Os movimentos pendulares em cidades médias são em sua maioria ocasionada pelo movimento de trabalhadores e estudantes, pois essas pessoas saem de suas cidades por não encontram em seus locais de origem o que necessitam. (Rigotti e Campos, 2009).

Já Motta e Mata (2008), por sua vez, destacam a importância das cidades médias na dinâmica econômica e demográfica regional, Nessa mesma direção Cunha (2003) afirma que a economia urbana aumenta a ocorrência da pendularidade para trabalho e estudo em recortes espaciais de diferentes escalas, sendo percebida também em concentrações urbanas menores.

Alguns pesquisadores associam diretamente a mobilidade pendular com a regionalização. Para Frey e Dota (2013), a mobilidade pendular exprime a regionalização do espaço de vida cotidiano dos indivíduos que a realizam. Sendo o processo de regionalização e acirramento da flexibilização das relações de trabalho relacionada à mobilidade pendular.

Ao vincular os deslocamentos pendulares para trabalho e estudo com o movimento da economia e sociedade, pode-se identificar novas formas de expansão urbana que possibilitam a mensuração da interação entre centros de pequeno e médio porte (JARDIM, 2011). Nesse sentido, as relações econômicas e sociais oriundas do processo de urbanização fornecem elementos para abordagens territorializadas, entre estas tem-se os arranjos populacionais, possibilitando identificar e delimitar novas formas urbanas que surgem a partir da expansão urbana de cidades de todos os tamanhos (IBGE, 2015).

Para a identificação dos Arranjos Populacionais é utilizada pelo IBGE (2015) a noção de integração, que é medida pelo deslocamento pendular para trabalho e estudo, sendo que

esta ocorre a partir da intensidade relativa ou absoluta nos deslocamentos e/ou também medida pela contiguidade mancha urbanizada.

A forte intensidade relativa dos movimentos pendulares para trabalho e estudo é medida pelo índice de integração dos municípios, que deve ser igual ou superior a 0,25. Esse índice de integração é medido por uma fórmula que soma o total de pessoas que moram no município A e trabalham e estudam no município B com o total de pessoas que moram no município B e trabalham e estudam no município A. Essa soma é dividida pelo total de pessoas que moram no município A e trabalham e/ou estudam, resultando no índice de integração do município A, ou se dividir essa soma pelo total de pessoas que moram no município B e trabalham e/ou estudam, resulta no índice de integração do município B (IBGE, 2015).

A forte intensidade absoluta dos deslocamentos pendulares para trabalho e estudo é mensurada pelo volume absoluto de pessoas que se deslocam entre dois municípios, devendo esta ser igual ou superior a 10.000 pessoas (IBGE, 2015). Já a contiguidade da mancha urbana é mensurada quando a distância das áreas construídas com edificações, manchas urbanas principais entre dois municípios, é de até 3 km. Assim, uma distância maior iria impactar nas relações diárias de convívio o que não caracterizaria uma integração (IBGE, 2015).

Os Arranjos populacionais estão apoiados em dois eixos estruturantes e nessa perspectiva “a urbanização estrutura as atividades econômicas e produtivas de forma a agregar os municípios em torno de um núcleo principal” (IBGE, 2015, p.31). Nesse caso tem-se ainda o desmembramento municipal como eixo estruturante, sendo que este “é fruto das ações políticas que criam novas unidades territoriais em ambientes às vezes já integrados e que formam uma única unidade” (IBGE, 2015, p. 31). Vinculados a esses dois eixos, existem outros fatores que podem intensificá-los, como a divisão territorial do trabalho, os aspectos de infraestrutura como entroncamento viário, os aspectos culturais e as políticas de ocupação dos municípios (IBGE, 2015).

Segundo o IBGE (2015) a produção de distintos arranjos populacionais, está diretamente ligada ao entrelaçamento de escalas territoriais, evidenciando a interligação de centros urbanos, reorganizando relações de governança, econômicas e de mercados nesses centros.

Assim, percebe-se que a dinâmica econômica fortalece a concentração populacional, formando arranjos populacionais que representam a nova realidade urbana brasileira. Os deslocamentos pendulares são igualmente importantes, pois ampliam as áreas construídas (com a incorporação de novas áreas residenciais) e geram transformações no mercado de trabalho (busca de emprego e serviços) (IBGE, 2015).

Os deslocamentos pendulares são ainda de fundamental importância para compreensão das dinâmicas urbanas atuais, como é o caso dos arranjos populacionais, pois permitem estudar a organização funcional dos espaços regionais, mensurar e analisar fluxos de trabalho e estudo e o planejamento urbano (CASTELLO BRANCO, 2006). Os arranjos populacionais internalizam elementos novos nas análises do território, como a qualificação dos trabalhadores, a tecnologia, o crescimento do setor terciário, o distanciamento entre o local de residência e o local de trabalho e/ou estudo intensificando a mobilidade populacional (IBGE, 2015).

Segundo Cunha (2013), pesquisas recentes identificam fortes correlações existentes entre mobilidade pendular, mobilidade residencial e produção do espaço urbano. Portanto, conhecer as interações espaciais urbanas decorrentes da mobilidade permite reconhecer os vínculos criados com o território, seja de residência ou de destino, e essa relação será abordada no subcapítulo a seguir.

2.3 Mobilidade e territorialidades no espaço urbano.

Historicamente a definição de cidade é atribuída à concentração populacional, um ambiente que envolve a circulação e fluxos de pessoas em diferentes escalas. A urbanização no Brasil nas últimas décadas em síntese está vinculada aos processos de transformações territoriais das atividades econômicas, principalmente de origem industrial e agropecuária (IBGE, 2015).

A cidade se constitui enquanto um espaço dinâmico, resultante de diferenciadas práticas e conflitos sociais, políticos, econômicos e que se refletem na estrutura da organização da sociedade. De acordo com Lefèbvre (2008) o espaço urbano não é meramente a concentração da população urbana, mas é também um espaço com intensos fluxos que produzem uma concentração de capital. Ojima (2015) questiona a utilidade do espaço urbano, que deveria ser o local de encontro das pessoas, da pluralidade cultural e formação de novas

culturas, sendo um espaço livre. Assim o urbano é o local da materialização de processos sociais.

Com processos recentes de reestruturação urbana, a cidade se torna policêntrica e os territórios urbanos se mostram fragmentados e descontínuos. Com isso ocorre, por exemplo, a dificuldade de convivência de pessoas de camadas sociais distintas, intensificando processos de diferenciação e exclusão socioespacial (MELCHIOR, 2008).

A reestruturação dos espaços urbanos representa muito mais do que impactos econômicos da globalização ou da reestruturação produtiva, leva inclusive a uma disputa por qualidade de vida, em se tratando de uma mudança mais ampla na esfera da reprodução social, no estilo de vida cotidiano, nas formas de habitar da sociedade. (OJIMA, 2006).

Neste contexto urbano, o direito a mobilidade se apresenta como necessidade da sociedade para sua reprodução. Com a mobilidade ocorrem mudanças nos modos de produção e conseqüentemente a sociedade sofre adaptações, pois se criam trajetos e rotas de deslocamento, visando suprir esse dinamismo e a desconcentração das atividades econômicas (OJIMA, 2015).

A mobilidade somente há pouco tempo tem sido abordada de forma mais ampla, dissociando-a de uma mera componente quantitativa de mensuração de fluxos entre municípios. O fenômeno da mobilidade envolve uma série de fatores e processos distintos que estão, ao mesmo tempo, na base estrutural do sistema produtivo e no cotidiano vivido das pessoas, englobando todo o sistema de transportes e a gestão pública desses espaços, passando pela forma urbana, as interações espaciais até as dinâmicas demográficas (VASCONCELLOS, 2001).

Um aspecto importante da mobilidade urbana é o movimento diário da população, que devido à separação geográfica entre os diferentes lugares de atividade e lugares de residência, necessita se locomover com constância para suprir suas necessidades vitais. As pessoas podem escolher onde desejam residir, de acordo com seu padrão socioeconômico e através do movimento pendular usufruir dos serviços necessários a sua subsistência. A mobilidade espacial populacional surge nesse contexto do distanciamento da localização dos meios de produção com a residência dos trabalhadores, e dos processos de especulação imobiliária (OJIMA, 2015).

Assim, surgem as mudanças no comportamento migratório. Essas mudanças se devem a flexibilidade e incerteza do mercado de trabalho (MELCHIOR, 2008).

Melchior (2008) evidencia ainda que a mobilidade pendular ocorra com uma relação dialética entre fenômenos de ordem social e econômica, sendo o sistema capitalista propulsor desta dinâmica. Mas também a mobilidade pendular agiliza e complexifica as contradições e redefinem espaços e territórios.

A renda, o gênero, a idade, a ocupação e principalmente o sistema viário das localidades, são os fatores principais que interferem diretamente na mobilidade das pessoas. Esses fatores facilitam ou limitam a movimentação pelo espaço urbano, assim a mobilidade esta correlacionada entre o deslocamento de pessoas e acessibilidade que elas teriam para se deslocar (VASCONCELLOS, 2001).

As distintas articulações sociais constituídas na dimensão espaço temporais são evidenciadas no dia a dia dos sujeitos que realizam deslocamento pendular, Saquet (2007) evidencia as relações sociais que se estabelecem na perspectiva territorial:

O território é entendido como lugar de relações sociais, de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para habitar, viver e produzir. A identidade é compreendida para além do sentido de pertencimento a um lugar: “A identidade (...) deriva do agir coletivo dos sujeitos, como portadores de práticas e de conhecimento, construtores do território e de novas lógicas identitárias aos lugares”. (SAQUET, 2007, p. 118)

Para estudos que buscam analisar a mobilidade pendular, é interessante levar em conta uma análise ampliada da vida local do sujeito. Nesse sentido é válido considerar o perfil das pessoas que realizam a pendularidade, buscando entender de que forma este sujeito se apropria do território, ou então analisar com qual território estabelece relações mais próximas.

O território urbano é gerado através das práticas sociais que imprimem em determinado área uma funcionalidade que acaba, a partir de sua singularidade, territorializando determinado espaço. Essas territorialidades em muitas vezes não apresentam demarcações físicas, sendo chamadas de territorialidades subjetivas (TRINDADE, 1998).

Trindade (1998) apresentam o território da cidade como sendo frações do urbano, explícita ou implicitamente marcadas e controladas por determinadas ações, produto da correlação de forças ou de diferenças que se estabelecem para com outros agentes. O espaço,

enquanto meio e condição de reprodução de relações sociais, ganha expressão na existência de territórios e na configuração de territorialidades.

O Território e a territorialidade oferecem uma ligação entre sociedade, espaço e tempo, que mantêm as organizações espaciais. Diferentes agentes produtores e suas articulações, práticas espaciais e usos do espaço urbano tornam notáveis as variadas territorialidades que se constituem e dão forma aos territórios (TRINDADE, 1998).

De acordo com Lefebvre (2008) o espaço urbano não é meramente a concentração da população urbana, mas é também um espaço com intensos fluxos que produzem uma concentração de capital. Ojima (2015) questiona a utilidade do espaço urbano, evidenciando que este deve ser o local de encontro das pessoas, da pluralidade cultural e formação de novas culturas, sendo um espaço livre. Assim o urbano é o local da materialização de processos sociais, mas que ao mesmo tempo constrange outros processos.

Os movimentos diários da população, como é o caso dos deslocamentos pendulares, são grandes responsáveis pela criação de novos espaços urbanos e dinâmicos sociais e territoriais (Jardim, 2011).

Nesse sentido, Santos (1996) observa que em um mundo atual onde predomina o movimento, “a realidade e a noção de residência do homem não se esvaem.” (1996, p.328), procurando expressar a importância da residência, do local de trabalho e do entorno na produção do homem.

A mobilidade pendular ocasiona a (re)estruturação de um território, criando novos espaços sociais e novas territorialidades tanto nos lugares de origem quanto de destino. A mudança de lugar, pelos sujeitos que se deslocam, implica na apropriação e uso de novos espaços, o que influencia nas políticas referentes à infraestrutura e funcionalidade urbana e social.

Haesbaert (2005) afirma que o conceito, como a teoria, somente vai assegurar validade quando for relacionado a uma determinada problemática. Portanto, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço. Etges (2001, p. 351), corrobora ao refletir que:

(...) à medida que a sociedade vai se apropriando de determinado território, ela vai imprimindo suas marcas; quanto mais desenvolvida ela for, no sentido de dispor de tecnologia para intervir na natureza, mais ela vai moldando o território, visando atender suas necessidades ou interesses.

Já Raffestin (1993) ressalta que o território é posterior à apropriação do espaço, sendo que o espaço é territorializado de acordo com as demandas do proprietário. O autor

salienta que para ocorrer à apropriação do espaço, é necessária ações de empoderamento por parte de instituições ou pessoas.

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993[1980], p.144).

Bonnemaison (2002) ressalta a fundamental importância de entender o território, inicialmente através das relações cotidianas no espaço vivido e apropriado que cada grupo de sujeitos evidencia através de suas relações culturais. O território também abrange trajetos ou itinerários que se dão pelo movimento e são estabelecidos através de diferentes escalas, formando um conjunto de lugares. Bonnemaison afirma que:

...um território antes de ser uma fronteira é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. (...) A territorialização engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade, em outras palavras, tanto os itinerários quanto os lugares. (Bonnemaison, 1981, p 253-254)

Assim para Bonnemaison (2002), o território não está diretamente relacionado à fixação espacial, pois o autor traz a ideia de movimento na relação dos grupos sociais sejam elas afetivas ou culturais, que desenvolve uma territorialidade e delimita o território.

Conforme Pecqueur (2004) os territórios possuem dois tipos de recursos, sejam eles sócio-culturais ou ambientais: os genéricos e os específicos, ou seja, os recursos genéricos quando transformados em produto geram renda, e o seu valor é definido independentemente da forma como o processo de produção se deu, possuem valor pelos seus valores de troca determinados pela oferta e demanda do mercado, não produzindo uma caracterização identitária do local. Os recursos específicos são definidos por valores de uso, pois o conhecimento do indivíduo é adquirido e transmitido para o uso comum, sendo impossível de atribuir um valor e eles.

Com um olhar diferenciado de Raffestin, Haesbaert conceitua território não unicamente nas suas dimensões políticas e econômicas, ele acrescenta a este a dimensão cultural. O autor evidencia que:

Podemos então sintetizar afirmando que território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais os grupos territoriais e as escalas geográficas que estivermos analisando. (Haesbaert, 2005, p. 121)

Nessa perspectiva Haesbaert (2008) apresenta uma caracterização do território, através de dois grandes “tipos ideais”, apresentados no quadro abaixo:

Quadro 02 - Tipos “ideais” de Território

FUNCIONAL	SIMBÓLICO
- Processos de dominação “Territórios da Desigualdade” - Território sem territorialidade (empiricamente impossível) - Principio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade) - Território como recurso, valor de troca. (controle físico, produção, lucro).	- Processos de apropriação (Lefebvre) - “Territórios da diferença” - Territorialidade sem território (Ex: “Terra Prometida” dos judeus) - Principio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades) - Território como símbolo, valor simbólico. (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva).

Fonte: Adaptado de Rogério Haesbaert, 2008, p. 22.

Assim, Haesbaert (2008) evidencia a importância de considerar além dessa caracterização “genérica” o contexto e variância do histórico e do componente geográfico constituinte do território. Segundo Haesbaert (2008, p. 22) “os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços”.

Haesbaert (2008, p. 23) destaca ainda quatro grandes objetivos da territorialização, que surgiram e foram valorizadas ao longo dos anos. A primeira é o “abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meios de produção”; o segundo seria a “identificação ou simbolização de grupos através de referências espaciais (a começar pela própria fronteira); o terceiro a “disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados).”; e por quarto e último a “construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações)”.

Gomes (2008, p. 37) define o território como sendo “uma extensão física concreta, uma porção de área, bem delimitada, disposta de objetos precisamente especializados”. Sendo o que transforma um espaço ou uma área em território “é a maneira pela qual essa ordem espacial serve de instrumento essencial a quem exerce o controle sobre as outras pessoas”. Gomes (2008, p.38) infere que território “é a forma espacial instrumentalizada como forma de poder, pelo domínio sobre a distribuição ou simplesmente pelo controle dos

objetos especializados”. A territorialidade a partir da concepção de Gomes (2008, p. 38) “é a estratégia específica pela qual se opera o controle e domínio sobre esse espaço”.

Para Gomes (2008, p.38) “a apropriação indenitária ou sentimental de um espaço, não é a projeção perfeita e completa de um território”, limitando sua concepção a análise relacional e funcional do território.

. Assim o território é uma categoria de análise produzida por diversas ações, sendo um produto da construção de uma sociedade, num processo de apropriação de uma porção do espaço por uma coletividade. Diferentes agentes sejam eles governos, empresas ou as próprias pessoas que o vivem, podem criar e transformar os territórios, à medida que os habitantes começam a estabelecer relações com os espaços, imprimindo sua marca na apropriação do mesmo (MARIANI; ARRUDA, 2010).

Para Mariani e Arruda (2010, p. 06), os processos de “ criação e expansão dos territórios são as *territorializações*, ao passo que as dinâmicas de transformação dos territórios se constituem a partir das *desterritorializações*, sendo que as práticas de recriação dos territórios desterritorializados são as *reterritorializações*”. Segundo Oliveira, pode-se dizer:

(...)que a territorialização é a ocupação e o estabelecimento de forças em novos espaços, a desterritorialização é o movimento de abandono do território e a reterritorialização é o movimento de inserção num novo território. O abandono do território se refere a uma recusa em reconhecer o novo tipo de território, ou um território novo mal-formado ou mal-reconhecido, em relação ao sujeito. Ademais, um território pode ser abandonado se existirem novas dinâmicas socioeconômicas que lhe confirmem novos usos e/ou valores (MARIANI; ARRUDA, 2010, p. 06).

A globalização cria e recria múltiplos territórios, portanto “dentro da perspectiva da interligação dos territórios em rede, os múltiplos territórios referem-se aos distintos receptáculos das relações entre os diversos agentes, que exercem as chamadas multiterritorialidades” (MARIANI; ARRUDA, 2010, p. 05).

A multiterritorialidade inclui mudanças qualitativas e quantitativas nos territórios. Qualitativa pela maior diversidade de territórios que as pessoas passam a dispor e qualitativa, pois ocorre a assimilação da intervenção a vivência dos sujeitos em diferentes territórios (HAESBAERT, 2005).

Para a delimitação e entendimento dos distintos territórios é necessária a compreensão das relações de apropriação que nele se estabelecem. Na perspectiva geográfica, estas relações são chamadas de territorialidades, e são primordiais para caracterização das distintas

configurações territoriais. Assim a territorialidade é entendida com “um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem” (MARIANI; ARRUDA, 2010, p. 07).

Raffestin considera que a territorialidade seria "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". (RAFFESTIN, 1993, p.160). Nesse sentido, ao se avaliar os fatores envolvidos nessa relação e dinâmica, tem-se a possibilidade da classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis. Segundo Saquet:

(...) as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam o território(...) no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios homogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2003/2001, p.28).

A territorialidade, diz respeito às dimensões políticas, culturais e econômicas e está diretamente ligada em como as pessoas utilizam a terra, em como elas se organizam no espaço e dão significado ao lugar. O processo de formação do território possibilita as pessoas que o habitam a consciência de participação, o que cria a noção de territorialidade (HAESBAERT, 2007; SACK, 1986). Deste modo, “a territorialidade se situa na junção dessas duas atitudes; ela engloba tudo aquilo que é fixação – dito de outra maneira, os itinerários e os lugares” (BONNEMAISON, 2002, p.99).

Haesbaert (2007) evidencia que de acordo com o conceito de território utilizado pode-se se expressar diferentes territorialidades, sendo que estas podem constituir-se como *materialidade*, *imaterialidade* ou como *espaço vivido*.

A territorialidade como materialidade, como o próprio termo sugere, é aquela que se expressa nos territórios materiais. “Neste caso, tais grupos dominantes controlam o acesso de outros grupos aos territórios, muito embora os mesmos territórios tenham funções meramente funcionais, sem marcas simbólicas e/ou culturais dos indivíduos” (MARIANI; ARRUDA, 2010, p. 08). Já territorialidade como imaterialidade, “observa-se que a tônica da configuração dos territórios é as marcas simbólicas e culturais dos indivíduos para com o território, sendo que este pode ser material ou imaterial” (MARIANI; ARRUDA, 2010, p. 08). E as territorialidades como espaço vivido “são as categorias que mesclam a territorialidade com materialidade e imaterialidade. Os territórios, nestes casos, adquirem

carga funcional e simbólica, que coexistem nas estratégias de controle territorial (MARIANI; ARRUDA, 2010, p. 08).

As territorialidades podem ter uma grande abrangência, podendo ir além dos seus limites, assim novamente a multiterritorialidade anseia a um olhar que prioriza as relações deste território com aqueles que se encontram no meio externo (DUARTE, 2009).

Portanto, para Mariani e Arruda (2010), as territorialidades geralmente representaram a síntese das relações de apropriação estabelecidas nos territórios, tendo em vista que as territorialidades são os elementos que configuram os territórios e multi - territórios, mesmo que estas territorialidades se expressam por materialidade, imaterialidade ou como espaço vivido.

Nesse contexto, o presente estudo busca através de uma análise territorial compreender as dimensões espaciais e materiais das relações sociais e por meio das territorialidades analisarem um conjunto de representações e apropriações das pessoas que realizam deslocamento pendular no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.

3. DINÂMICAS E TRANSFORMAÇÕES DO ARRANJO POPULACIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL/ RS

Este capítulo aborda as dinâmicas e transformações do arranjo populacional de Santa Cruz do Sul, sendo que este compreende os municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz e

que, juntos, somam aproximadamente 142.000 habitantes. A partir da população residente nesses dois municípios o arranjo populacional analisado se enquadra, de acordo com o IBGE (2010), no tipo de arranjo acima de 100.000 habitantes, e por Santa Cruz do Sul ser o município mais expressivo em termos populacionais, o arranjo populacional leva o seu nome, conforme mencionado anteriormente no texto.

O estudo sobre os arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil, elaborado pelo IBGE (2005) com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 apresentou alguns resultados que levaram ao estabelecimento do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul. Conforme mencionado anteriormente Santa Cruz do Sul é o núcleo do arranjo populacional, o número de pessoas que se deslocam pendularmente para trabalhar e estudar entre os municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz somam 3.730 pessoas, sendo que o índice de integração de Santa Cruz do Sul com o arranjo é de 0,05, considerado fraco. Já o índice de integração de Vera Cruz é de 0,29, considerado como forte intensidade relativa dos deslocamentos pendulares. No caso os dois municípios não possuem uma conurbação urbana, ou seja, mancha urbanizada contígua.

Tabela 01 – Características do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.

Municípios	População (2010)	Núcleo	Pessoas que trabalham e estudam em outros municípios do arranjo (2010)	Índice de integração do município com o arranjo	Mancha Urbanizada Contígua
Santa Cruz do Sul	118.374	Sim	3.730	0.05	Não
Vera Cruz	23.983	Não	3.730	0.29	Não

Fonte: Adaptado do IBGE, 2015.

Os municípios de Santa Cruz do Sul e de Vera Cruz, objeto de análise desse estudo, localizam-se na região conhecida como Vale do Rio Pardo, na encosta inferior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul e constituem a principal área urbana da região. Ambos tiveram como base a colonização alemã e apresentam uma concentração populacional, industrial e de serviços em parâmetros regionais do estado, segundo dados da FEE (2010).

Já os municípios de Sinimbu e Rio Pardo são vizinhos do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul e apresentam integração com o mesmo. No caso do município de Sinimbu, este apresenta um elevado nível de Integração com o arranjo populacional e o município de Rio Pardo possui uma média alta integração. Nesse sentido, pode-se constatar a influência do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul na dinâmica econômica e social dos municípios do entorno (IBGE, 2015).

Para Ojima, Monteiro e Nascimento (2015), a urbanização dispersa no território contribui para os deslocamentos se tornarem mais frequentes e longos, sendo que através da pendularidade os indivíduos se locomovem além dos limites de seus municípios, como se constata no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.

Portanto o presente capítulo apresenta uma análise secundária de dados, expressos a partir de informações extraídas de indicadores sociais, econômicos e demográficos para contextualizar os municípios de análise. Na sequência são apresentadas informações estatísticas e espaciais sobre mobilidade pendular para caracterizar as dinâmicas e transformações recentes do arranjo populacional de Santa Cruz do Sul. A partir da coleta de dados secundários junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e ao sistema SIDRA (Sistema do IBGE de recuperação automática de dados agregados), referentes aos períodos censitário de 2000 e 2010, foi possível analisar como ocorrem e estão estruturados os deslocamentos no arranjo populacional de Santa Cruz do Sul. Em relação ao deslocamento, é importante salientar que os movimentos pendulares realizados pela população são motivados por trabalho e/ou estudo.

O método dialético, a partir da categoria de análise da contradição, nos permite evidenciar que, no contexto do deslocamento pendular, as mudanças não ocorrem apenas entre as pessoas, mas também nas relações que se estabelecem entre essas e o território. Os dados utilizados evidenciam transformações e mudanças no arranjo populacional de Santa Cruz do Sul, que, fazendo parte do território, são representativos da dinâmica territorial recente entre municípios da região do Vale do Rio Pardo.

3.1 Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul: breve contextualização das dinâmicas histórica, econômica, social e demográfica.

O surgimento dos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz estava ligados diretamente a uma política imperial do século XIX, que tinha como objetivo a imigração para o sul do Brasil. Essa imigração de europeus pretendia ocupar e povoar as terras sulinas, que eram mais distantes da sede do governo imperial e eram caracterizadas por grandes latifúndios, principalmente no estado do Rio Grande do Sul. (SILVEIRA, 2003).

Ainda na perspectiva de Silveira (2003), com a crise da escravatura no Brasil naquele período houve carência de mão de obra na produção local/regional e, assim, os governos imperial e provincial procuraram estabelecer e adotar medidas políticas legais para ocupar e

povoar as áreas do sul e, com o emprego de mão de obra livre de colonos europeus, desenvolver a produção agrícola.

Inicialmente a legislação imperial de 1848, destacava as diretrizes na qual o governo concedia as terras para os colonos somente após a exploração e desbravamento da propriedade, num prazo não superior a cinco anos. A partir de 1850 somente por meio da compra seria reconhecido o título das terras. Com a lei de 1854 a colonização no Rio Grande do Sul, se daria somente através da compra das terras por parte dos colonos, que podiam pagar a vista ou parcelado em cinco anos sem juros. (ROCHE, 1969).

A Lei de Terras de 1854 acabou interferindo na dinâmica econômica e social dos primeiros colonos de Santa Cruz do Sul e certamente de Vera Cruz. Os colonos que, eram pequenos proprietários rurais, produziam para a subsistência através da mão de obra familiar se viram obrigados a produzir mercadorias para gerar renda e pagar os lotes e auxílios recebidos para a viagem de imigração para o Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969).

Os imigrantes chegaram e ocuparam os primeiros lotes de terra nas colônias de Santa Cruz do Sul no ano de 1849 e em Vera Cruz no ano de 1850. As colônias foram criadas pelo governo provincial em terras que estavam no então município de Rio Pardo (CUNHA, 1991).

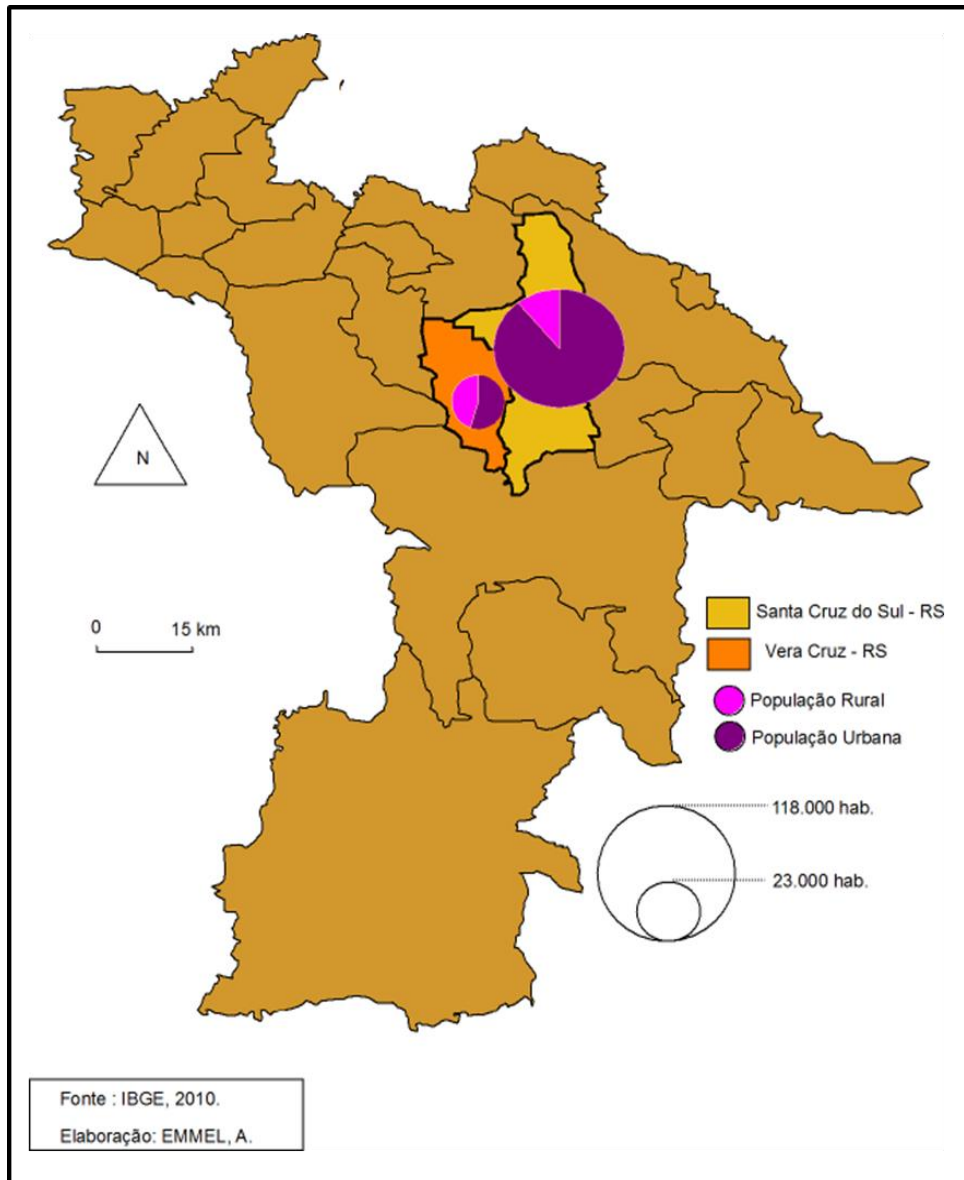
Santa Cruz do Sul desligou-se de Rio Pardo no ano de 1877, tornando-se município autônomo, sendo que Vera Cruz emancipou-se de Santa Cruz do Sul no ano de 1959. O núcleo urbano de Santa Cruz do Sul teve logo um progressivo crescimento econômico, se tornando um mercado importante do interior estado, além de suprir necessidades do município supria também de áreas povoadas vizinhas, como Vera Cruz (CUNHA, 1991). O início da atividade agroindustrial fumageira e seu desenvolvimento teve grande importância para centralidade urbana e econômica que Santa Cruz do Sul exerce atualmente na região do Vale do Rio Pardo (SILVEIRA, 2005).

O município de Santa Cruz do Sul teve um crescimento maior no decorrer dos anos, em comparação ao município de Vera Cruz, mas ambos, inicialmente, dependiam da agricultura e do comércio. O município de Vera Cruz desde o surgimento das primeiras colônias teve uma dependência de Santa Cruz do Sul, o que se deve ao fato de Santa Cruz do Sul sempre ter uma centralidade econômica na região.

De acordo com Silveira (2007) Santa Cruz do Sul é o principal centro urbano regional do Vale do Rio Pardo. No município se concentram as principais indústrias multinacionais

ligados à produção e beneficiamento do fumo. A distribuição espacial do trabalho industrial de processamento do tabaco ocorre entre as cidades da região, concentrada majoritariamente em Santa Cruz do Sul, seguida de Venâncio Aires e de Vera Cruz.

Mapa 02 – Localização dos municípios de Santa Cruz e Vera Cruz.



Fonte: Elaborado pelo autor, com a base cartográfica do IBGE.

O município de Santa Cruz do Sul, atualmente tem uma área de 733,88 Km², e se considerarmos a população segundo o último censo demográfico (2010), que é de 118.374 habitantes, a densidade demográfica do município é de 161.18 hab./Km². Já o município de Vera Cruz possui uma área atual de 309.74 Km², e se considerarmos a população do censo demográfico (2010), que é 23.983 habitantes, a densidade demográfica é de 77.44 Km².

Entre 2000 e 2010 segundo dados do IBGE, a população de Santa Cruz do Sul cresceu a uma taxa média anual de 0,96%. Já em Vera Cruz a taxa média anual de crescimento é de 1,19% ao ano, passando de 21.303 para 23.983 habitantes, enquanto no Brasil a taxa média anual de crescimento populacional foi 1,17% no mesmo período. Nesse mesmo período, a taxa de urbanização do município de Santa Cruz do Sul passou de 87,14% para 88,86%. Em Vera Cruz a população urbana em 2000 representava 46,48% e em 2010 passou a representar 55,54% do total.

Deeke (2012) destaca a centralidade do município de Santa Cruz do Sul na Região do Vale do Rio Pardo em relação à oferta de serviços, comércio e atendimento de saúde. Nos últimos anos o município, devido a sua dinâmica econômica, atraiu muitos investimentos, principalmente para área urbana. Esses investimentos propiciaram melhorias na infraestrutura e na qualidade de serviços ofertados. Para Campos e Silveira (2012, p. 3), o município “possui sua economia e urbanização também estruturadas no desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços, notadamente ligados ao segmento educacional e da saúde”.

Nas primeiras décadas do século XX, Santa Cruz do Sul já era polo regional centralizador de recursos para área da saúde e com o decorrer dos anos essa centralidade aumentou, tornando-se referência regional em atendimento hospitalar (VOGT, 2001). Atualmente, segundo dados do CNES (2015) o município conta com a presença de três hospitais gerais, 372 consultórios isolados, um centro de especialidades, 93 unidades de apoio diagnose e terapia, um unidade de vigilância em saúde e um centro de atenção de hemoterapia, que estão distribuídos no município.

Em relação ao turismo, o município de Santa Cruz do Sul também possui grande destaque com a presença de muitos pontos turísticos e a realização de diversos eventos populares, culturais e esportivos. Destaca-se os espaços do Parque da Cruz, o Parque da Gruta, o Parque de Eventos, o Autódromo, Complexo Lago Dourado, Parque da OktoberFest, as praças da Bandeira e a Getúlio Vargas, Casa das Artes Regina Simonis, Catedral São João Batista, Santuário de Scoenstatz, Museu do Colégio Mauá e o Túnel Verde da Rua Marechal Floriano. Entre os eventos que se destacam pelo grande número de participantes está a Festa da OktoberFest, o Enart, as competições no autódromo de StokCar e Fórmula Truck e a Romaria da Santa Cruz.

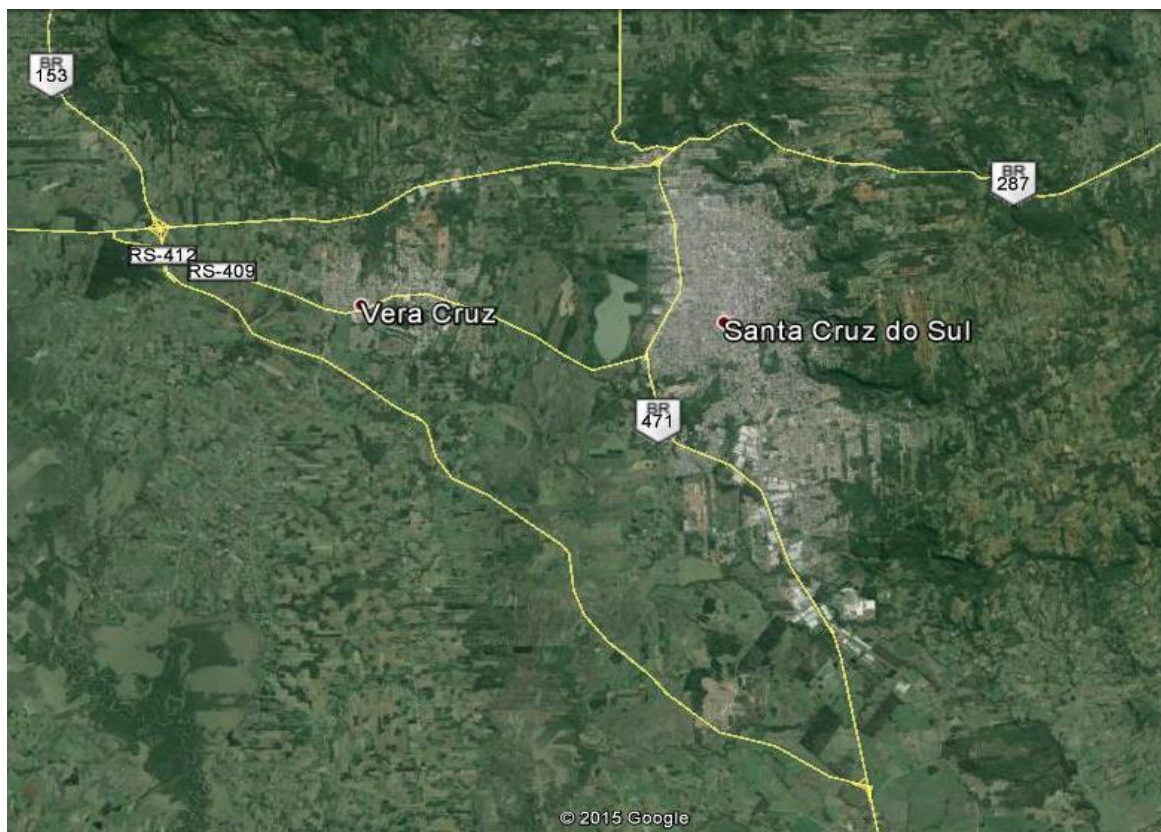
Santa Cruz do Sul apresenta variados estabelecimento de ensino, contabilizando várias escolas particulares de ensino básico, escolas profissionalizantes, polos de instituições de

ensino superior à distância, a Faculdade Dom Alberto, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Porém o grande destaque da prestação de serviço no ensino superior é o campus sede da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, um estabelecimento de ensino que possui mais de 12.000 alunos, com vários cursos técnicos, de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) . Assim, a UNISC é responsável pelo deslocamento pendular de muitos estudantes e trabalhadores de municípios e regiões vizinhas. Os fluxos de estudantes que se deslocam pendularmente durante os períodos letivos nutrem as dinâmicas comerciais, de serviços, transportes e até mesmo imobiliárias, contribuindo para crescimento econômico e desenvolvimento do município, evidenciando a sua centralidade regional .

Para Jardim e Barcellos (2006) a concentração de instituições universitárias em poucos centros urbanos, produz intensos deslocamentos populacionais entre municípios, incidindo demasiadamente sobre o grupo de idades de 25 a 44 anos , que em tese estão em busca de acesso ao ensino universitário.

O município de Vera Cruz por estar próximo de Santa Cruz do Sul, usufrui da infraestrutura da cidade vizinha, suprindo as diferentes demandas e necessidades dos seus residentes, que realizam o deslocamento em busca de diferentes serviços e atividades.

Figura 01 – Localização das vias rodoviárias de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul



Fonte: Imagem extraída do Google Earth

Em relação à localização das vias de acesso rodoviárias, os municípios de Vera Cruz e Santa Cruz se localizam em um entroncamento rodoviário que permite o acesso a diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul, através das BR 153, BR 471 e BR 287. A ligação rodoviária entre os dois municípios ocorre principalmente através da RS 409 que liga diretamente as áreas centrais dos municípios, sendo que nesse trajeto o fluxo de carros e ônibus é mais intenso. Outro trajeto de ligação entre os dois municípios é feito através da BR 287, pois o trânsito nesse trajeto flui mais rápido e a rota é utilizada principalmente por pessoas que possuem veículo próprio e se dirigem para a Universidade de Santa Cruz do Sul. Já a rodovia RS 412 permite as pessoas que se deslocam de Vera Cruz em direção a Santa Cruz do Sul o acesso ao distrito industrial da cidade e municípios vizinhos, como Rio Pardo.

Figura 02 – Foto área da área central da cidade de Vera Cruz, ao fundo área central de Santa Cruz do Sul (2010)



Fonte: Johan, E. 2010

Na imagem acima se pode visualizar a proximidade entre as duas cidades, segundo a medição do Google Earth são cerca de 6 km de distância entre o início da mancha urbana das duas cidades, e cerca de 9 km de distância até área central das duas cidades. Não existe uma aproximação maior entre as manchas urbanas da duas cidades devido ao relevo, tendo em vista que na faixa de divisa entre os dois municípios está o Rio Pardinho, área de planície alagável, onde ocorrem constantes enchentes anuais.

Um dado que auxilia na observação da dinâmica populacional nos municípios de Santa Cruz e Vera Cruz e que compõem o Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul é a naturalidade da população e a ocorrência de residência fora do município por um período determinado. Segundo o Censo Demográfico de 2010, dos 118.374 pessoas que residiam em Santa Cruz do Sul em 2010, cerca de 67% eram naturais do município, representando um total de 79.520 pessoas. Já outros 33% não tinham naturalidade no município de residência, sendo estes representados por cerca de 38.584 pessoas. Em Vera Cruz cerca de 42% da população não é natural do município, representando 9.968 pessoas, em comparação a 62 % naturais do município, em torno de 14.015 pessoas.

Dos 118.374 habitantes de Santa Cruz do Sul cerca de 44.671 já haviam residido fora do município por um período de tempo, cerca de 38% da população. Em Vera Cruz dos

23.983 habitantes, 10.782 já haviam residido por algum período de tempo fora do município, o que corresponde a 44.95% das pessoas residentes. Com essas duas variáveis podemos ainda observar que uma parcela significativa da população residente já passou por movimentos migratórios.

Em direção ao entendimento das condicionantes territoriais para pendularidade no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul, ocorre à necessidade da caracterização dos municípios que o constituem, no caso Vera Cruz e Santa Cruz do Sul, através de um breve histórico dos municípios, aspectos demográficos e socioeconômicos.

3.1.1 Caracterização do município de Santa Cruz do Sul

Em Santa Cruz do Sul a chegada da primeira leva de imigrantes alemães ocorreu em 1849, a partir do incentivo da ocupação de terras devolutas no sul do Brasil, com o intuito de substituir a mão escrava por trabalhadores livres, povoar e colonizar a região, ter soldados para possíveis guerras e formar uma classe média agrícola. Assim,

Localizada na região da encosta do planalto, em uma área de transição entre o Planalto Basáltico e a Depressão Periférica, em altitudes que variavam de 80 metros ao sul e 640 metros ao norte e cobertas com densas florestas, a colônia alemã de Santa Cruz do Sul foi criada pelo governo provincial, no então município de Rio Pardo, na localidade que logo iria ser conhecida como Picada Velha ou Picada Santa Cruz (ETGES, 2001, p. 97).

A colônia de Santa Cruz seguiu o modelo de outras colônias. Na distribuição dos lotes de terras eram traçadas linhas geométricas, conhecidas como picadas, onde os lotes eram então paralelamente distribuídos um aos outros e alinhados, tendo como referência os cursos dos rios. (SILVEIRA, 1997)

No final dos anos de 1954 foi comprada pelo então governo provincial uma localidade conhecida como Faxinal do João Farias, e seguidamente demarcado o local para fundação do povoado da colônia de Santa Cruz. O núcleo inicialmente ocupava uma área de 753.000 m², que foi delimitado e dividido em quadras. A concessão de lotes iniciou-se em 1855, quando muitos imigrantes, além das suas colônias, começaram a comprar, lotes na Povoação. Em 1949 a população contava com apenas 12 imigrantes, no ano de 1954 passou a 891, e em 1859 já eram cerca de 2723 pessoas que residiam na colônia de Santa Cruz. (SILVEIRA, 1997).

O dinamismo da atividade agrícola e o crescimento das atividades comerciais, propiciou o desenvolvimento do núcleo urbano da colônia de Santa Cruz e que, no ano de 1859, foi elevado a Freguesia de Santa Cruz (MARTIN, 1991).

A partir de 1860 Santa Cruz do Sul se inseriu num mercado capitalista, pois já apresentava uma diversificação da agricultura colonial e contava com o desenvolvimento dos outros setores econômicos, principalmente o comércio e o artesanato. Apesar das práticas comerciais ficarem restringidas a trocas de excedentes agrícolas da colônia, principalmente o milho, feijão, fumo e erva mate, por produtos manufaturados vindos do exterior e de centros como São Paulo e Rio de Janeiro. (SILVEIRA, 2003)

Santa Cruz do Sul se desmembrou de Rio Pardo no ano de 1877, se tornando município autônomo, sendo de freguesia elevado a vila, a população que em 1877 era de 2.723 habitantes passou para cerca de 11.000 habitantes em 1880. (ETGES, 1991). O principal produto comercial de Santa Cruz do Sul para exportação era o fumo, sendo que este ganhou destaque com o passar dos anos, sendo sua produção consideravelmente aumentada ano a ano. Em 1862 foram produzidas 97 toneladas, em 1881 já eram produzidas 1552 toneladas. A partir de 1860 se criou uma rede comercial entre a capital Porto Alegre e as colônias, favorecendo a prática comercial. (ROCHE, 1969).

A população de Santa Cruz Sul era de 11.000 habitantes em 1880, passou para 23.122 habitantes em 1900, e em 1917 eram cerca de 36.000 habitantes. Mas foi em 1917 que se instala em Santa Cruz do Sul a primeira indústria fumageira, a empresa de capital inglês *British American Tobacco*. A empresa teve seu nome alterado em 1920 pra Companhia Brasileira de Fumo em Folha e no ano de 1955 alterado novamente para Cia de Cigarros Souza Cruz – Indústria e Comércio. Essa empresa alterou e criou um novo modelo de produção e comercialização para o tabaco. Foi a partir da produção da variedade *virginia* de tabaco que foram introduzidas novas formas de plantio, adubação e secagem, com intuito de obter uma qualidade superior à produção de tabaco. (VOGT, 1994).

Silveira (2003) destaca que a cidade de Santa Cruz do Sul foi gradativamente concentrando em seu território o maior número de empresas beneficiadoras de tabaco, o que possibilitou incrementar a infraestrutura e o desenvolvimento do setor de serviços vinculados a atividades fumageiras. Segundo Silveira (2003, p.123):

Se por um lado à produção do espaço urbano local esta intimamente vinculada aos processos de uso e apropriação do solo urbano, decorrente da

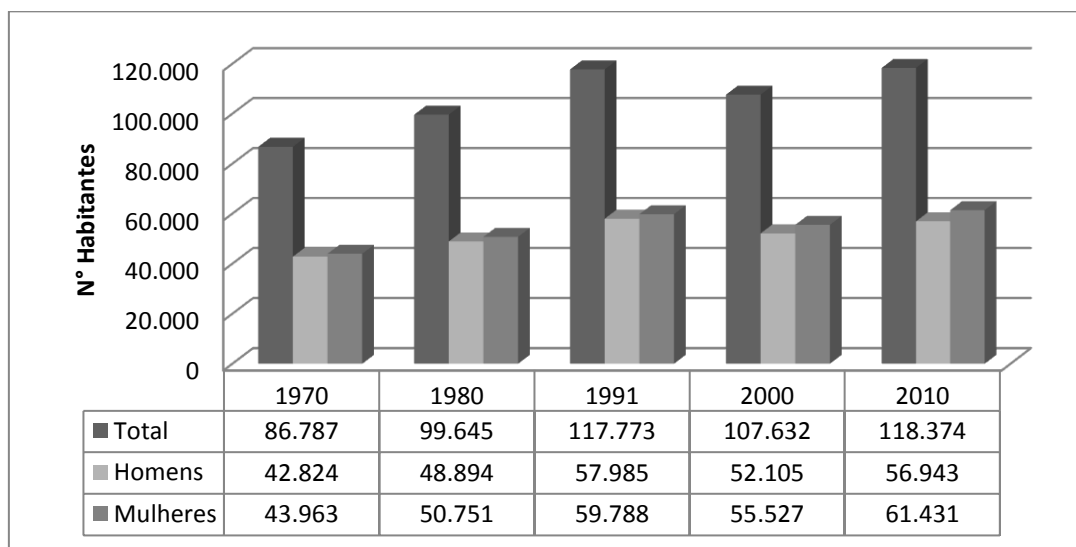
lógica do imobiliário local, por outro, o seu pleno entendimento somente pode ser alcançado se levarmos em conta o destacado papel que o setor industrial, basicamente, o ramo fumageiro, tem tido na economia municipal e, como decorrência, na configuração espacial da cidade.

A partir de 1960 Santa Cruz do Sul começou a apresentar um crescimento da sua população urbana, sendo que a economia local, nesse período, girava em torno da atividade agroindustrial do tabaco (SILVEIRA, 2003). Em relação ao início da urbanização em Santa Cruz do Sul, Silveira (2005, p.07) evidencia que:

A cidade de Santa Cruz do Sul começou então a apresentar profundas transformações que refletiam as mudanças que o capital monopolista internacional passou então a engendrar no município. O decorrente e intenso processo de urbanização, que então teve início, caracterizou-se pela contínua e acelerada ampliação do perímetro urbano; pelo substancial aumento de sua população; pelos intensos processos de incorporação e especulação imobiliárias; e pelo crescimento significativo de vilas populares em sua periferia urbana. Essas características, em realidade, apresentam-se enquanto processos intimamente articulados e subjacentes à própria dinâmica pela qual o espaço urbano local passou a ser (re)produzido, a partir desse período.

Silveira (2003) destaca ainda que o aumento da população urbana do município de Santa Cruz do Sul, nas décadas de 1980, 1990 e 2000 está ligado à migração, sobretudo a partir do êxodo rural e também da chegada de migrantes que provém de municípios vizinhos de Santa Cruz do Sul. Assim, as migrações para a cidade de Santa Cruz do Sul durante os anos oitenta e noventa foram intensas, ocasionando o aumento populacional e da mancha urbana no município. Os dados do IBGE evidenciam a transformação demográfica no município entre os períodos de 1970 a 2010.

Figura 03 – População Residente de Santa Cruz do Sul por sexo (1970 até 2010)



Fonte: Elaborado pelo autor, através de dados do Censo Demográfico do IBGE.

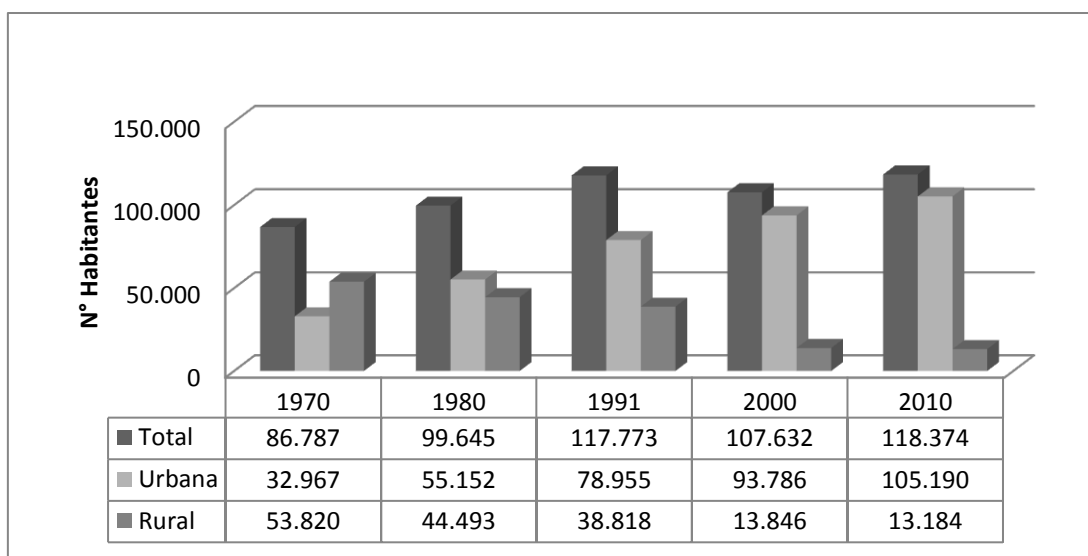
A população de Santa Cruz do Sul no ano de 1970, segundo o Censo Demográfico do IBGE, era de 86.787 habitantes, sendo esta população composta por 51% de mulheres e 49% de homens, representados respectivamente por 42.824 habitantes homens e 43.963 habitantes mulheres. Os dados do Censo Demográfico do IBGE de 1980 mostram ainda que a população de Santa Cruz do Sul obteve um aumento de 12.858 habitantes desde 1970. Em 1980 a população era de 99.645 habitantes, sendo que o percentual da população de mulheres e homens continuou o mesmo (51% e 49%). De 1980 para 1991, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE a população teve um incremento de 18.128 habitantes, passando a um total de 117.773 habitantes em 1991, com 51% da população sendo mulheres e 49% homens.

Referente ao crescimento populacional vivenciado a partir de 1970, Silveira (2005) destaca que:

Nesse período, a cidade passou a apresentar profundas alterações espaciais decorrentes do aumento substancial de sua população, especialmente em função da migração intra-regional, da contínua e acelerada ampliação de seu perímetro urbano, do crescimento de inúmeros empreendimentos imobiliários nas suas áreas mais valorizadas, bem como do aumento significativo de ocupações irregulares na sua periferia urbana (SILVEIRA, 2005. p. 01)

O Censo Demográfico do IBGE de 2000 apontou para uma diminuição da população total de Santa Cruz do Sul, que registrou um decréscimo de 10.141 habitantes. Essa diminuição deve-se ao fato das emancipações de distritos de Trombudo, Sinimbu e Gramado Xavier, sendo que estes foram emancipados em 1992. Em 2000 a população de Santa Cruz do Sul era de 107.632 habitantes, e desses 52% eram mulheres e 48% eram homens. Já o Censo Demográfico do IBGE de 2010 apontou o crescimento populacional do município que passou, nesse período, a ter uma população de 118.374 habitantes, ou seja, 10.742 habitantes a mais que no Censo Demográfico do IBGE de 2000. Contudo, a população em 2010 continuou sendo composta por 52% de mulheres e 48% de homens.

Figura 04 – População Residente de Santa Cruz do Sul por situação do domicílio (1970 até 2010)



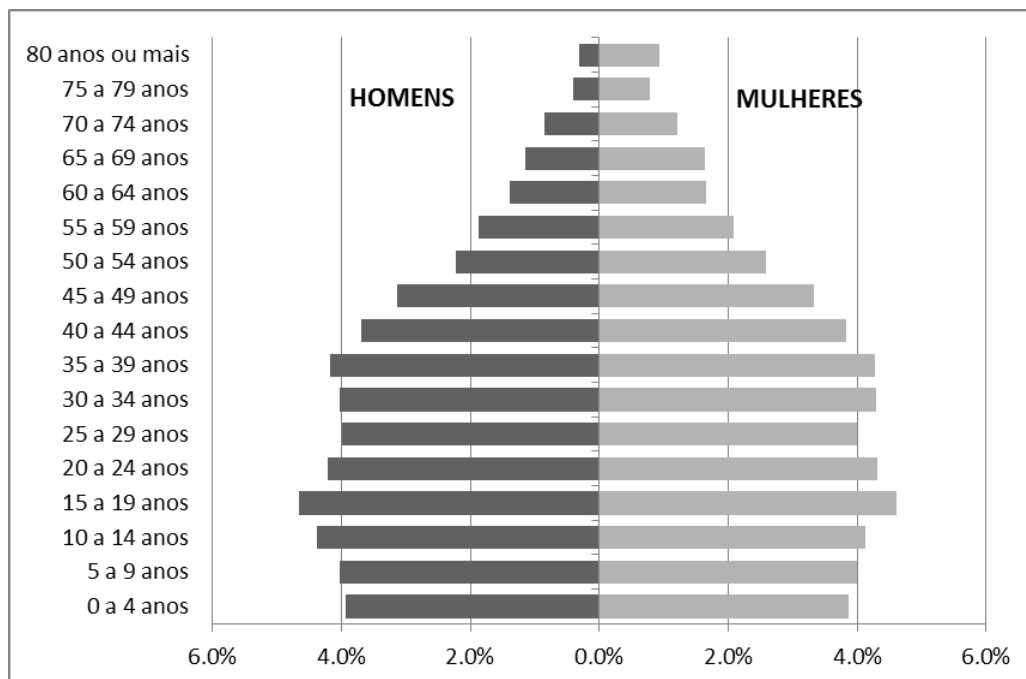
Fonte: Elaborado pelo autor, através de dados do Censo Demográfico do IBGE.

Ao analisar a situação do domicílio da população nas últimas décadas, com auxílio do Censo Demográfico do IBGE, verifica-se que a partir de 1980 a população residente urbana passou a ser maioria. O aumento da população urbana no município de Santa Cruz do Sul estava ligado ao êxodo rural, tendo em vista que muitas pessoas que residiam na zona rural do município foram para zona urbana e a migração de pessoas de municípios vizinhos se intensificou. Assim, a migração em direção à cidade de Santa Cruz do Sul durante os anos de 1980 e início da década de 1990 se intensificou. (SILVEIRA, 2003).

De acordo com os últimos Censos Demográficos do IBGE o percentual de população urbana vem aumentando. Em 1970 cerca de 62% da população residia em área rural e 38% residia em área urbana. Em 1980, pela primeira vez, a população residente urbana ultrapassou a rural nesse município, sendo que os residentes urbanos somavam 55% e rurais 45. Em 1991 a população urbana somava 67% dos residentes no município e em 2000 passou a representar 87% da população residente. Já em 2010 a população que residia em áreas urbanas somava cerca de 89% dos habitantes.

A população do município de Santa Cruz do Sul está, no decorrer dos anos, passando por um processo de envelhecimento. Essa informação pode ser visualizada nas pirâmides etárias elaboradas com dados do censo demográfico de 2000 e 2010.

Figura 05 – Pirâmide Etária do município de Santa Cruz do Sul (2000)

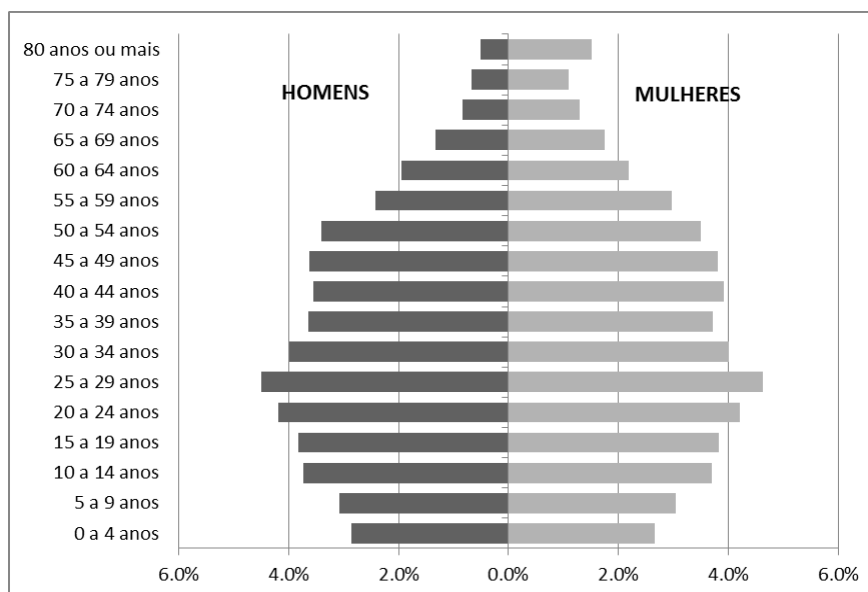


Fonte: Elaborado pelo autor, através de dados do Censo Demográfico do IBGE (2000).

Na pirâmide etária de 2000, podemos constatar a base e o meio da pirâmide mais largas, caracterizando um grande número constituinte da população de jovens e adultos até 49 anos. Também podemos constatar que a base da pirâmide, nas faixas etárias de 0 a 4 anos e 5 a 9 anos vem decaindo, consequência provável da diminuição da taxa de natalidade.

As pessoas em idade economicamente ativas, são as que deslocam pendularmente com maior regularidade em busca de melhores oportunidades de trabalho e estudo. Segundo dados da FEE (2013) os municípios polo, como é o caso de Santa Cruz do Sul, apresentam um contingente populacional bastante superior ao dos demais municípios componentes da sua região de abrangência.

Figura 06 – Pirâmide Etária do município de Santa Cruz do Sul (2010)

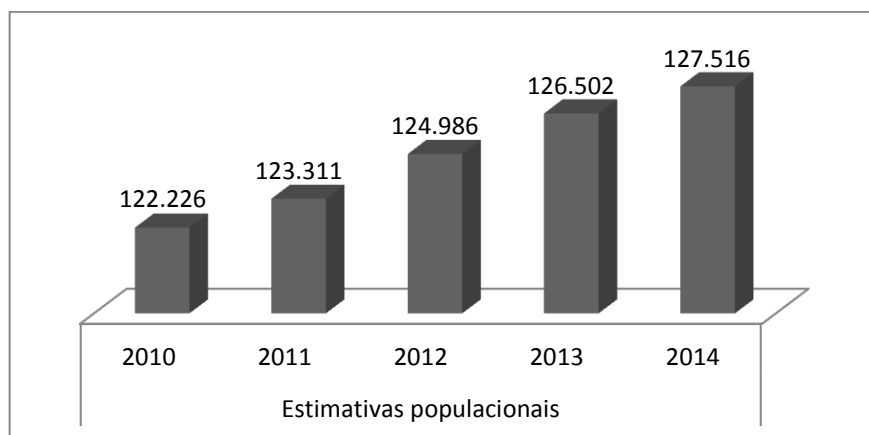


Fonte: Elaborado pelo autor, através de dados do Censo Demográfico do IBGE (2000).

A partir dos dados verifica-se que a estrutura demográfica também apresentou mudanças no município, tendo em vista que a pirâmide etária do ano de 2010 apresenta uma diminuição da base e um aumento do percentual de pessoas idosas. Essa mudança etária em longo prazo irá refletir também no mercado de trabalho e também na mobilidade ou não dessas pessoas.

Entre 2000 e 2010 foi notável a ampliação da população idosa que cresceu 3,4% em média por ano. Em 2000, este grupo representava 10,3% da população, sendo que no ano de 2010 representava 13,1% do total da população municipal. A faixa etária de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-1,5% ao ano). Crianças e jovens detinham 24,4% do total da população em 2000, percentual correspondente a 26.204 habitantes. No ano de 2010 esse grupo reduziu sua participação para 19,1% da população, totalizando 22.577 habitantes.

A faixa etária de 15 a 59 anos residente no município exibiu um crescimento populacional com uma média de 1,33% ao ano, passando de 70.295 habitantes em 2000 para 80.238 habitantes em 2010. Sendo que no ano de 2010, esse grupo específico representava 67,8% da população do município.

Figura 07 – Estimativa Populacional de Santa Cruz do Sul (2010 – 2014)

Fonte: Elaborado pelo autor, através de dados da FEE .

A taxa de crescimento nas últimas estimativas populacionais da FEE, 2010 a 2014, apontam para um aumento populacional equilibrado no período de 2010 a 2011. A população, nesse período, teve um crescimento de 0.9%. Já no período de 2011 a 2012 a taxa foi de 1.4%. Sendo que em 2012 a 2013 foram 1.2% e de 2013 a 2014 foram 0.8% de crescimento populacional.

O município de Santa Cruz do Sul, em termos regionais, apresenta uma economia dinâmica, configurada em torno principalmente do comércio, da indústria e de serviços. Ao se analisar os indicadores de desenvolvimento de Santa Cruz do Sul, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) , este em 2010 era 0,773, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é a longevidade, com um índice de 0,852, seguida da renda, com índice de 0,782, e de educação, com índice de 0,693.

Tabela 02 - Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes - Santa Cruz do Sul – RS

IDHM e seus componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,529	0,693
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	44,86	61,91
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	58,25	86,29
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	79,67	91,35

% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	56,78	61,09
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	35,45	54,99
IDHM Longevidade	0,820	0,852
Esperança de vida ao nascer (anos)	74,18	76,10
IDHM Renda	0,732	0,782
Renda Per capita (em R\$)	760,50	1.036,67

Fonte: PNUD, IPEA E FJP.

O IDHM passou então de 0,682 em 2000 para 0,773 em 2010, apresentando uma taxa de crescimento de 13,34% para o período. Cabe mencionar que o município de Santa Cruz do Sul ocupa a 197ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDHM.

Como podemos analisar a partir dos dados da tabela anterior, no município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 86,29%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de pessoas de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 91,35%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 61,09%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 54,99%.

Em 2010, cerca de 85,64% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem entre idade e série. Em 2000 eram 84,09% e em 1991 eram 84,79%. Em relação aos jovens adultos de 18 a 24 anos, 30,37% dos jovens estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 16,86% cursando o ensino superior e em 1991 eram 7,31% do total de jovens que cursavam o ensino superior.

Segundo Bastos (2005) a busca por uma formação mais prolongada e completa, resulta em melhores condições para enfrentar o mercado de trabalho, que esta cada vez mais competitivo e seletivo. Essa qualificação fica visível na última década, onde o percentual de estudantes no ensino superior praticamente dobrou.

A renda per capita média de Santa Cruz do Sul cresceu 87,12% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 554,13, em 1991, para R\$ 760,50, em 2000, e para R\$ 1.036,87, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,35%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,58%, entre 1991 e 2000, e 3,15%, entre 2000 e 2010.

Tabela 03 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Santa Cruz do Sul.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	554,13	760,50	1.036,87
% de extremamente pobres	3,76	2,59	0,96
% de pobres	16,14	10,65	3,68

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do PNUD, IPEA e FJP (2010)

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 16,14%, em 1991, para 10,65%, em 2000, e para 3,68%, em 2010. Nos últimas décadas ocorreu uma diminuição significativa no número de pobres no município de Santa Cruz do Sul.

Conforme De La Roca e Puga (2012), trabalhadores em grandes e pequenas cidades não são particularmente diferentes em termos de capacidades, porém, dependendo do tamanho da cidade seus rendimentos divergem. Segundo os autores, a experiência e aprendizado adquiridos em cidades maiores como em Santa Cruz do Sul podem ser capitalizado, e também pelo fato de que os trabalhadores qualificados e habilidosos tendem a se beneficiarem mais das cidades maiores, isso explica por que em cidades maiores tem maior média e também diferenciação salarial.

Tabela 04 – Ocupação da população de 18 anos ou mais de Santa Cruz do Sul - RS

Ocupação da população de 18 anos ou mais	2000	2010
Taxa de Atividade	72.58	73.28
Taxa de desocupação	9.45	3.8
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	70.09	75.87
Nível educacional do ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	51.25	69.06
% dos ocupados com médio completo	32.57	51.39
Rendimento Médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	38.03	12.24
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	69.58	65.14
% dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimos	90.12	90.19

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

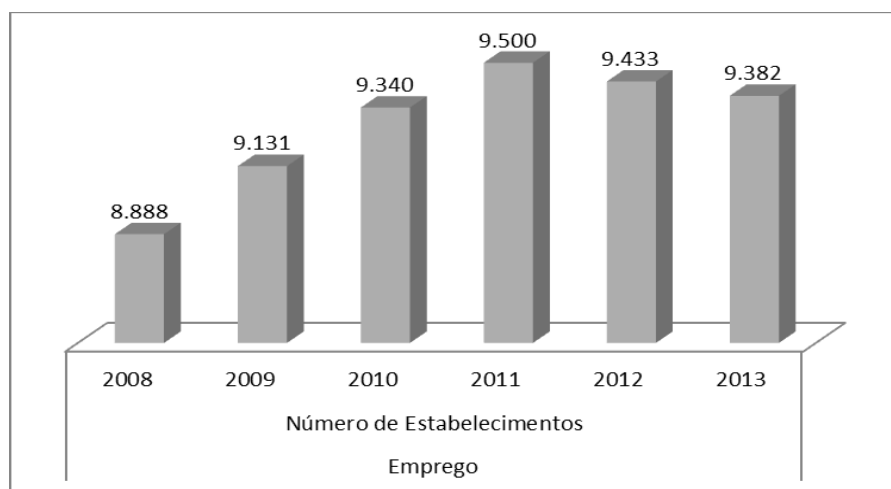
Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população considerado economicamente ativo) passou de 72,58% em 2000 para 73,28% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da

população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 9,45% em 2000 para 3,80% em 2010.

Referente à taxa de formalização dos ocupados, segundo a FEE (2013) o aumento relativo da ocupação assalariada com carteira assinada irá significar uma mudança na qualidade do emprego, sendo que trabalhar com carteira assinada permite ter o acesso a diferentes benefícios que estão previstos pela legislação trabalhista, seja pelo detentor de um posto de trabalho, ou no caso de uma demissão. Assim ocorre um aumento na cobertura da seguridade social dos ocupados formalizados no mercado de trabalho.

Analisando o número de estabelecimentos em Santa Cruz do Sul, verifica-se que de 2008 a 2011 teve um período de crescente instalações de estabelecimentos no município. Contudo nos anos seguintes vem ocorrendo uma queda no número de estabelecimentos. Em 2011 eram 9.500 estabelecimentos e em 2013 eram 9.382, ocasionando em uma diminuição de locais que ofertariam empregos no município.

Figura 8 – Número de Estabelecimentos em Santa Cruz do Sul - RS



Fonte: Elaboração do autor, com dados da FEE.

Conforme Marshall (1890), a aglomeração de empresas e em consequência de capital humano traz muitos efeitos positivos para o município onde está inserida. O autor esclarece que as cidades com maior número de empresas apresenta um ambiente fértil para troca de conhecimentos entre pessoas e firmas em atividades comuns, isso ocasiona ganhos de produtividade e estabelece uma atratividade de pessoas e empresas para o local.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 12,96% trabalhavam no setor agropecuário, 0,06% na indústria extrativa, 19,45% na indústria

de transformação, 6,34% no setor de construção, 0,78% nos setores de utilidade pública, 15,22% no comércio e 42,05% no setor de serviços.

Tabela 5 - Número de empregos ativos em Santa Cruz do Sul – RS

Setor (IBGE)	2014	%	2013	%	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
Extrativa mineral	27	0.06	28	0.07	-1	-3.57
Indústria de transformação	11.547	28	11.437	28	110	0.96
Serviços industriais de utilidade pública	112	0	146	0.35	-34	-23.29
Construção Civil	1.994	5	2.309	6	-315	-13.64
Comércio	9.942	24	9.771	24	171	1.75
Serviços	14.664	35	14.148	34	516	3.65
Administração Pública	2.957	7	2.858	7	99	3.46
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	690	1.64	685	1.65	5	0.73
Total	41.933	100	41.382	100	551	1.33

Fonte: Elaborado pelo autor, através de dados do RAIS - CGET/DES/SPPE-TEM.

Nos últimos anos o número de empregos se mantém estável, de 2013 para 2014 ocorreu um aumento de 1.33% no número de empregos ativos. Os setores que mais se destacaram nesse crescimento foram os de serviços e da administração pública. Porém, os setores que tiveram um decréscimo significativo foram os de serviços industriais de utilidade pública e da construção civil. Levando em consideração a movimentação de empregados de 2007 a 2014, o saldo de admissões e desligamentos ficou negativo somente em 2007, onde ocorreu um número maior de desligamentos.

Bastos (2013), ao realizar uma pesquisa no Rio Grande do Sul, (2013) constatou que o setor de serviços, o comércio e a construção civil se diferenciam da indústria de transformação por oferecer remunerações mais baixas aos trabalhadores, indicando a maior procura por trabalho em indústrias de transformação.

Tabela 6 – Movimentação de empregos em Santa Cruz do Sul (admissões e desligamentos).

Movimentação desagregada	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Admissões	31.608	30.873	28.988	30.854	29.900	26.841	23.550	20.554
1º Emprego	2.106	2.373	2.760	3.065	2.889	2.303	2.257	2.186
Reemprego	26.976	27.346	25.782	27.337	26.197	24.307	21.225	18.248
Reintegração	11	8	3	7	5	6	10	33
Contr. Trab. Prazo Determ	2.515	1.146	443	445	809	225	58	87
Transferência Admi.	630	1.696	569	616	0	0	0	0
Desligamentos	30.478	30.028	27.037	29.242	27.370	24.765	22.894	21.180
Dispens. sem Justa Causa	9.193	8.590	7.940	7.840	7.462	7.111	7.264	6.164
Dispens. com Justa Causa	113	108	81	74	58	43	22	44
A Pedido	6.599	6.149	5.508	5.935	4.458	3.244	2.975	2.296
Término de Contrato	12.571	13.875	12.581	14.765	14.550	13.990	12.469	12.395
Aposentadoria	9	4	8	1	2	3	13	11
Morte	45	50	60	50	45	32	42	57
Térm. Contr. Prazo Determ.	1.948	1.252	859	577	795	342	109	213
Transferência Deslig.	972	1.698	1.083	1.075	0	0	0	0
Varição Absoluta	1.130	845	1.951	1.612	2.530	2.076	656	-626

Fonte: Elaboração do autor , com dados do CAGED.

Nos últimos anos apesar da diminuição de estabelecimentos que gerariam postos de trabalho, ocorreu um aumento anual do número de admissões e a variação absoluta entre admissões e desligamento vem apresentando um saldo positivo. É importante ressaltar que este constante e elevado número de admissões e demissões esta na maioria dos casos relacionados ao trabalho como safrista na indústria de transformação, sendo a maioria de beneficiamento de tabaco. Analisando as admissões verifica-se que o maior percentual é de reemprego, sendo que as demissões são motivadas por término de contrato e demissão sem justa causa.

3.1.2 Caracterização do município de Vera Cruz

Em 1850 teve início o processo de colonização de Vera Cruz e a primeira área loteada para os imigrantes alemães foi nomeada de Linha Dona Josefa, onde o imigrante Philipp Limberger ocupou o primeiro lote de terra. As terras da área foram demarcadas e medidas por Johan Martin Buff, diretor de colônia de Santa Cruz, que foi autorizado pelo então presidente da província, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu a lotear e colonizar a área (DUMMER. ET al. 2009) .

Porém, há relatos de que os imigrantes tiveram vários imprevistos e enfrentaram certas dificuldades ao chegarem à região de Vera Cruz:

Os lotes coloniais nem sempre estavam medidos, tendo que aguardar mais algum tempo, a divisão das terras causava brigas porque os agrimensores mediam apenas a frente e os limites laterais precisavam ser feitos pelos colonos, os subsídios prometidos não eram pagos como deveriam ser, os distribuidores dos gêneros logravam os benefícios, tinham dificuldades para construir as casas, nem todos sabiam fazer as roças e nem conheciam as sementes mais apropriadas e muito menos a época adequada para plantá-las (DUMMER. ET al. 2009, p. 29) .

A localidade teve um crescimento e desenvolvimento no decorrer dos anos, e em 1858 foi planejado e aberto um caminho que ligava a localidade de Dona Josefa a Colônia de Santa Cruz, o que permitiu a expansão da produção colonial. Em 1860 foi construída a primeira igreja, que caracterizou o surgimento do povoado (DUMMER. et al. 2009).

Também em 1858 iniciou a colonização da área loteada nomeada de Linha Vila Thereza, sendo que a localidade teve um grande desenvolvimento e crescimento populacional. Devido a isso, em 1866, a então Linha Villa Thereza passou a ser demarcada como povoação de Villa Thereza. Foram feitos oito quarteirões, designados pelas letras de “A” até “H”, medindo 132 metros cada um, sendo que cada quarteirão possuía 22 terrenos. No ano de 1889 a Villa Thereza passa de Povoado para Freguesia do município de São João de Santa Cruz. Em 1890 é solicitada a instalação do 2º Distrito e somente em 10 de fevereiro de 1896, Villa Thereza torna-se o 2º Distrito de Santa Cruz do Sul, tendo a sede de uma Subintendência e mais tarde uma Subprefeitura. (DUMMER. et al. 2009) .

O 2º Distrito de Santa Cruz do Sul, estava se desenvolvendo. Desde 1895 os lotes dos quarteirões centrais estavam vendidos e já havia um Cartório do Registro Civil e Tabelionato desde 1884. Posteriormente foi fundada em 1901 a Escola Particular Católica e em 1902 a Escola Particular Evangélica Luterana Trindade. Em abril de 1905 foi realizada uma conexão de linha telefônica entre a Vila Teresa e Santa Cruz do Sul e em 1909 fundada Sociedade de Damas. Em junho de 1911 houve a inauguração da casa comercial Assmann de Pedro José Assmann. Já no ano de 1927, com iniciativa do Jacob Blész e Jacob Hauser, iniciou-se a construção do Hospital Teresa, que passou a exercer suas atividades no ano de 1931. A energia elétrica chegou às residências de Vila Teresa a partir de 1937 com a construção da rede elétrica que era abastecida pela Usina Municipal de Santa Cruz do Sul. No ano de 1938, o 2º Distrito de Santa Cruz do Sul, Vila Teresa, foi elevado à condição de Vila oficialmente, apesar de sempre ter sido assim denominado. Pelo decreto estadual nº 7199, de 31-03-1938, o distrito de Vila Teresa passou a denominar-se Teresa (DUMMER. et al. 2009).

A ideia de emancipação surge cem anos após o início da colonização. Assim, em 1950 a ideia de formar um novo município começa a ser discutida e defendida. Teresa teve grande progresso desde a colonização. Nesses cem anos a agricultura era o carro chefe da economia, auxiliando no desenvolvimento de outros setores do processo produtivo. Já haviam indústrias de médio porte, nos ramos de bebidas e tabaco, que ofereciam empregos para a população, sendo que a zona urbana teve expressivo aumento no número das habitações (DUMMER. et al. 2009) .

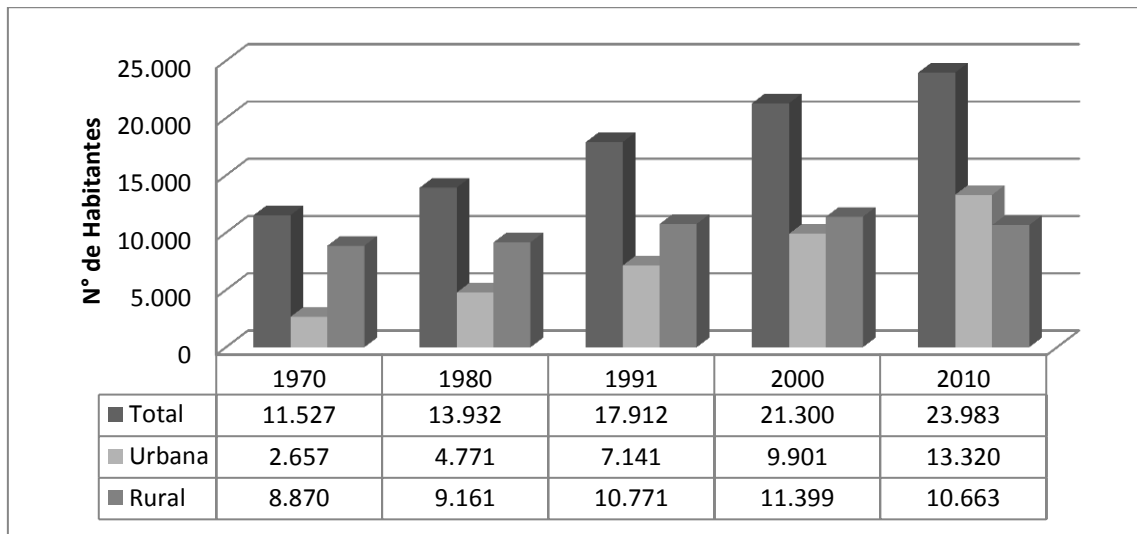
O desenvolvimento econômico dessa época em Teresa girava em torno do comércio e das profissões liberais. A integração social também contribuiu para o progresso e na época foram criadas comunidades religiosas, clubes de recreação e esporte, escolas particulares e públicas (DUMMER. et al. 2009) .

No ano de 1956 foi formada a Comissão de Pró-Emancipação de Teresa da qual faziam parte e encabeçaram a comissão o Dr. Jacob Blész e Oswaldo Kurz, com a participação e auxílio de mais seis pessoas. Naquele momento se desenvolveu um trabalho árduo, com reuniões com representantes, autoridades políticas estaduais e com a comunidade de Vila Teresa, com o intuito de elaborar a documentação necessária para fazer parte do processo emancipatório(DUMMER. et al. 2009) .

No início do ano de 1958 foi redigido e entregue ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul um requerimento solicitando a criação do Município de Vera Cruz. O requerimento foi para votação. Em um plebiscito, realizado em 30 de novembro de 1958, e com a maioria dos votos favoráveis foi então criado o município de Vera Cruz. No dia 31 de janeiro de 1959 foi publicada no Diário Oficial a Lei nº 3697, oficializando a criação do município de Vera Cruz (DUMMER. et al. 2009) .

A população de Vera Cruz vem apresentando um crescimento populacional pequeno, porém contínuo. A maioria da população de acordo com o censo demográfico do IBGE de 1970, 1980, 1991 e 2000 vivia na área rural, sendo que esse percentual se manteve até 2000. A partir do censo demográfico de 2010 a população passou a ser majoritariamente urbana, eram 13.320 pessoas habitando a área urbana e 10.663 a área rural.

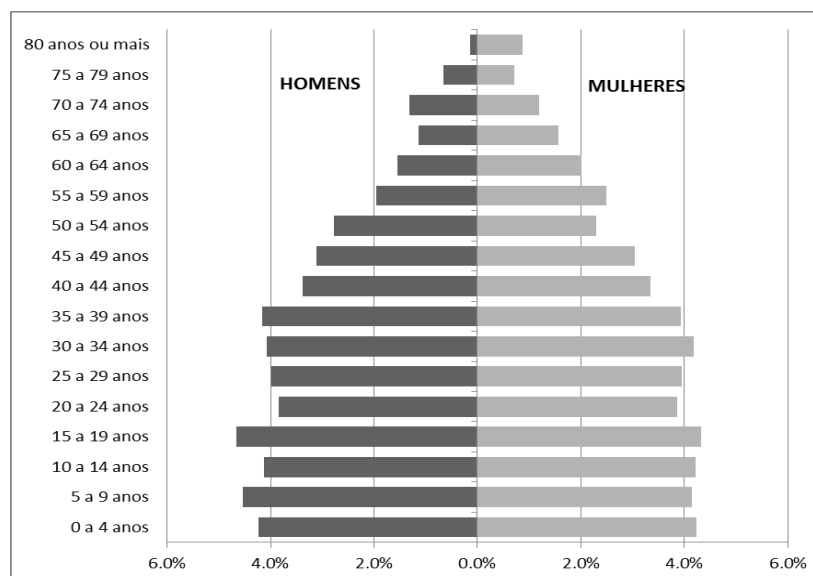
Figura 09 - População Residente de Vera Cruz por situação do domicílio (1970 até 2010)



Fonte: Elaborado pelo autor, através de dados do Censo Demográfico do IBGE.

Segundo a FEE (2013) os municípios que estão localizados mais próximos dos polos, como é o caso de Vera Cruz pela proximidade com Santa Cruz do Sul, apresentam uma média populacional maior do que os mais distantes da região de abrangência do polo. No decorrer dos anos a população do município de Vera Cruz apresenta um processo de envelhecimento, conforme podemos visualizar nas pirâmides etárias elaboradas a partir de dados do censo demográfico do IBGE de 2000 e 2010.

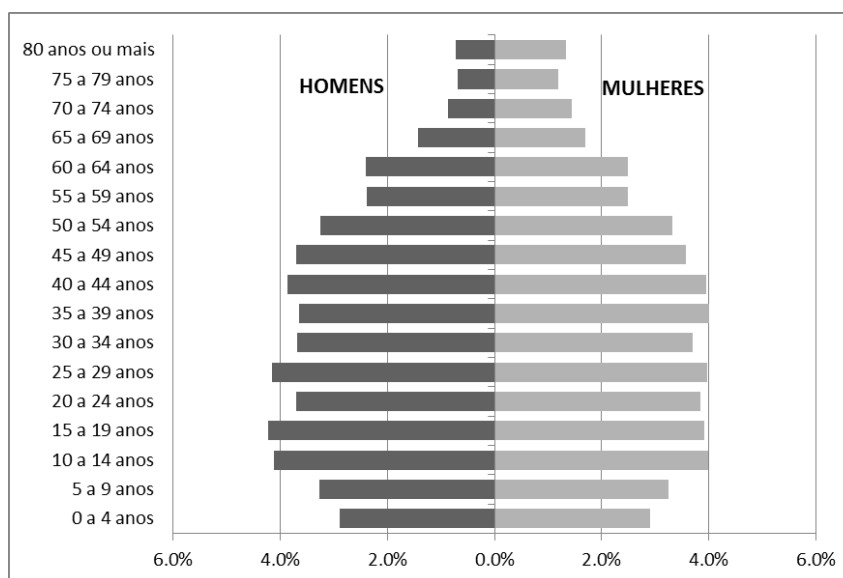
Figura 10 – Pirâmide Etária do município de Vera Cruz (2000)



Fonte: Elaborado pelo autor, através de dados do Censo Demográfico do IBGE (2000).

A partir das informações podemos constatar, na pirâmide etária de 2000, que a base e o meio são mais largas, caracterizando um grande número populacional de jovens e adultos até 39 anos. Também podemos constatar que a base da pirâmide, nas faixas etárias de 0 a 14 anos vem apresentando uma redução significativa de percentual.

Figura 11 – Pirâmide Etária do município de Vera Cruz (2010)



Fonte: Elaborado pelo autor, através de dados do Censo Demográfico do IBGE (2010).

A partir de um olhar sobre as duas pirâmides etárias, constata-se que a estrutura demográfica apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificado o aumento da população idosa que, em termos anuais, cresceu 3,7% em média. Em 2000, este grupo representava 11,1% da população, já em 2010 detinha 14,2% do total da população nesse município.

A faixa etária de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-1,0% ao ano). Crianças e jovens representavam 25,5% do total da população em 2000, o que correspondia a 5.424 habitantes. Em 2010 a participação deste grupo reduziu para 20,4% da população, totalizando 4.897 habitantes. A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,50% ao ano), passando de 13.506 habitantes em 2000 para 15.675 em 2010. Em 2010, este grupo representava 65,4% da população total do município.

Tabela 07 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Vera Cruz.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,219	0,403	0,643
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	16,74	25,48	47,19
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	17,53	49,88	88,45
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	51,58	68,72	95,20
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	25,51	50,51	70,87
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	5,63	33,22	45,55
IDHM Longevidade	0,721	0,754	0,842
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,23	70,25	75,52
IDHM Renda	0,600	0,649	0,738
Renda per capita (em R\$)	335,01	452,76	790,95

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do PNUD, Ipea e FJP.

Vera Cruz possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,737 no ano de 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O IDHM passou de 0,582 em 2000 para 0,737 em 2010, com uma taxa de crescimento de 26,63%. Vera Cruz ocupa a 850ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 88,45%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 95,20%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 70,87%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 45,55%. Em 2010, 90,59% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 79,99% e em 1991, 87,71%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 19,25% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 9,46% e, em 1991, 0,30%. A Expectativa de Anos de Estudo entre 2000 e 2010 passou de 9,93 anos para 10,39 anos no município.

Segundo Bastos (2013) a educação tem muitas interfaces com o mercado de trabalho, uma vez que a formação e qualificação da mão de obra, ocasiona em oportunidades de expansão profissional e melhores salários.

A renda per capita média de Vera Cruz cresceu 136,10% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 335,01, em 1991, para R\$ 452,76, em 2000 e para R\$ 790,95 em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,63%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,40%, entre 1991 e 2000 e 5,74%, entre 2000 e 2010.

Tabela 08 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Vera Cruz - RS

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	335,01	452,76	790,95
% de extremamente pobres	14,12	6,60	0,92
% de pobres	31,75	19,77	5,84

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do PNUD, Ipea e FJP.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010) passou de 31,75%, em 1991 para 19,77%, em 2000, e sucessivamente para 5,84%, em 2010. De acordo com Bastos (2013), o crescente ganho em rendimento das pessoas esta diretamente vinculado a crescente melhora nos níveis de educação.

Tabela 09 - Ocupação da população de 18 anos ou mais - Vera Cruz .

	2000	2010
Taxa de atividade	72,58	75,95
Taxa de desocupação	6,51	3,93
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	53,23	70,85
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	30,43	55,09
% dos ocupados com médio completo	17,43	32,33
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	57,67	21,51
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	81,97	75,51
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	96,35	95,24

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do PNUD, Ipea e FJP.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 72,58% em 2000 para 75,95% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 6,51% em 2000 para 3,93% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 30,99% trabalhavam no setor agropecuário, 0,11% na indústria extrativa, 21,03% na indústria de transformação, 7,67% no setor de construção, 0,29% nos setores de utilidade pública, 12,52% no comércio e 26,06% no setor de serviços.

Quadro 03 - Número de registros de empresas no município de Vera Cruz (2013)

Empresas de Vera Cruz - RS (2013)	
Autônomos	271
Prestadores de Serviços	321
Comércio	369
Comércio com serviços	114
Indústria	91
Microempreendedores (153 prestadores de serviços, 85 comerciantes e 06 atividades industriais)	244
Total	1.410

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Prefeitura Municipal de Vera Cruz – RS

Analisando as empresas registradas no município de Vera Cruz em 2013, podemos constatar que se concentram majoritariamente em dois ramos: comércio e prestadoras de serviço. No comércio há um total de 369 empresas e no ramo das prestadoras de serviço há um total de 321 empresas. Também foram registrados 271 autônomos, 244 microempreendedores e 91 indústrias.

Tabela 10 – Número de Empregos ativos em Vera Cruz por setor .

IBGE Setor	2014	2013	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
1 - Extrativa mineral	34	27	7	25.93
2 - Indústria de transformação	1.681	1.718	-37	-2.15
4 - Construção Civil	177	167	10	5.99
5 - Comércio	1.126	872	254	29.13
6 - Serviços	965	796	169	21.23
7 - Administração Pública	726	727	-1	-0.14
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	40	45	-5	-11.11
Total	4.749	4.352	397	9.12

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do RAIS - CGET/DES/SPPE-TE

O mercado de trabalho formal do município apresentou em oito anos saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2007 e 2014. Em 2007 foram registradas 2.734 admissões, sendo que no último ano houveram 2.844 contratações contra 2.664 demissões, resultando em um saldo positivo de 180 admissões. Os setores que mais empregam são a indústria de transformação e o comércio.

São municípios como Vera Cruz, localizado próximo ao polo regional de Santa Cruz do Sul, que apresentam as mais altas taxas de participação da população em idade ativa (PIA) no mercado de trabalho, bem como as menores taxas de desocupação. Esses municípios também ocupam a segunda colocação, ficando somente atrás dos polos, quando se trata do percentual de assalariamento sobre o total de ocupados e da formalização dos vínculos de emprego. Assim o mercado de trabalho desses locais apresentam uma estrutura melhor do que naqueles municípios que se localizam a distâncias maiores em relação aos polos (BASTOS, 2013).

Cabe ainda mencionar que, nos últimos anos, várias empresas fecharam suas unidades em Vera Cruz. Entre essas empresas se destacam as do ramo fumageiro, como a Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda., que mudou a sua matriz com o centro administrativo de Vera Cruz para Venâncio Aires em 2011. A empresa fechou 90 postos de trabalho em Vera Cruz, segundo matéria do Jornal Arauto de 04 de outubro de 2011. Um outro setor importante que gerava vários postos de trabalho em Vera Cruz era o calçadista, mas nos últimos anos várias empresas encerraram suas atividades no município. Segundo reportagem do Jornal Arauto de 27 de agosto de 2015, no mês de abril de 2015, o atelier de costura de calçados HSW fechou as portas e deixou 16 trabalhadoras desempregadas. No início de junho de 2015 outras 27 trabalhadoras do atelier de Aline Bartz Siqueira Belmiro ficaram desempregadas e em agosto de 2015 a filial da Crysalis em Vera Cruz fechou mais de 100 vagas de trabalho, encerrando suas atividades no município e confirmando a crise no setor calçadista.

Tabela 11 – Movimentação de empregos em Vera Cruz (admissões e desligamentos).

Movimentação desagregada	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Admissões	2844	2741	2628	2501	2416	2337	3631	2734
1º Emprego	190	238	227	236	257	243	251	201
Reemprego	2594	2277	2255	2153	2068	2055	3368	2530
Reintegração	1	0	0	0	1	0	0	0
Contr. Trab. Prazo Determ	59	226	146	112	90	39	12	3
Transferência Admi.	150	21	43	40				
Desligamentos	2664	2542	2376	2367	2201	2026	3228	2668
Dispens. sem Justa Causa	1050	951	906	760	834	758	546	752
Dispens. com Justa Causa	7	6	4	4	9	6	7	5
A Pedido	715	634	510	515	419	392	473	310
Término de Contrato	870	872	869	1033	895	822	2190	1587
Aposentadoria	0	1	0	0	1		1	1
Morte	4	8	4	2	6	6	4	1
Término Contr. Prazo Determ.	18	70	83	53	37	42	7	12
Transferência Deslig.	44	32	55	49				
Varição Absoluta	180	199	252	134	215	311	403	66

Fonte: Elaboração do autor , com dados do CAGED.

Referente à movimentação de empregos nos últimos anos , o número de admissões no município de Vera Cruz se mantém estável. No ano de 2008 houve um acréscimo com um total de 3.631 admissões. No decorrer do período de 2007 a 2014 a maioria das admissões é reemprego, sendo a maioria dos trabalhadores safristas e que trabalham nas indústrias de transformação e beneficiamento do tabaco. E o número maior de desligamentos é motivado por término de contratos e fechamento de empresas que se deslocaram suas atividades para outros municípios da região ou estado.

3.2 Um olhar sobre o deslocamento pendular no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul na perspectiva dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

As informações apresentadas no decorrer deste subcapítulo revelam o fenômeno da mobilidade pendular, sobretudo a partir dos movimentos cotidianos ou regulares efetuados por motivo de trabalho e/ou estudo nos sentidos Vera Cruz/ Santa Cruz e Santa Cruz/Vera Cruz. As informações características que enfatizam sobretudo, a intensidade, os fluxos e perfis sócio-demográficos da população que se desloca nesse arranjo populacional.

O município de Vera Cruz que está localizado no entorno do município sede, que é Santa Cruz do Sul, tem neste o principal destino dos movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo. Baeninger (1998) aponta que os deslocamentos pendulares fazem parte de um processo em que a cidade com maior população e economia interage com seu entorno,

criando sua área de influência e dependência. Nesse sentido são estabelecidos e mantidos vínculos por meio do setor de serviços, saúde, educação, insumos para as atividades econômicas, emprego e local de moradia e trabalho, entre outros.

A partir dos dados secundários buscamos destacar os movimentos pendulares realizados por motivo de trabalho ou estudo no período de 2000 a 2010 no arranjo populacional de Santa Cruz do Sul, bem como melhor caracterizar as dinâmicas sociais e econômicas recentes condizentes com esse arranjo populacional.

3.2.1 Os Censos Demográficos do IBGE e a variável pendularidade

A principal fonte que realiza o levantamento de dados sobre deslocamento pendular no Brasil são os censos demográficos. Os censos demográficos possuem abrangência territorial nacional, sendo realizados decenalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Existem também pesquisas de Origem – Destino (OD), que são realizadas principalmente por órgãos municipais de forma descentralizada, sendo que a aplicação se restringe basicamente a Regiões Metropolitanas do Brasil. As pesquisas de Origem – Destino (OD), levanta um número maior de variáveis, o que auxilia em uma análise mais completa dos fenômenos pendulares.

Entretanto, vale destacar que, embora o quesito censitário seja uma importante ferramenta de análise para entender os processos de mobilidade urbana, este apresenta uma limitação metodológica, pois identifica espacialmente apenas os deslocamentos quando o município de residência é distinto do município de trabalho. De toda forma, entende-se que as vantagens analíticas derivadas da cobertura nacional e da regularidade da pesquisa sobrepõem-se às suas limitações, uma vez que pesquisas específicas para a análise dos deslocamentos populacionais intraurbanos são restritas a poucas pesquisas origem-destino, empreendidas em algumas regiões metropolitanas e sem regularidade. (OJIMA ; MONTEIRO ; NASCIMENTO, 2015)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define nos Censos Demográficos o deslocamento pendular como o deslocamento realizado por uma pessoa entre o local de sua residência e o local de seu trabalho ou estudo, quando estes se localizam em diferentes municípios. (IBGE, 2001)

As pesquisas sobre movimento pendular - deslocamento diário das pessoas de suas residências para os respectivos locais de trabalho ou de estudo – constituem informação fundamental para as atividades de planejamento em nível local e regional, pois fornecem um indicador seguro sobre a integração funcional entre localidades. O conhecimento da intensidade destes fluxos, além de facilitar a racionalização dos sistemas de transporte, permite melhorar a qualidade de vida das populações, pela redução dos custos de transporte, do tempo gasto nos deslocamentos e da diminuição dos níveis de poluição, entre outros (IBGE, 2000, p.66).

No Brasil a pesquisa sobre deslocamento pendular foi introduzida no Censo Demográfico de 1970 (IBGE) e buscava identificar o deslocamento diário do município de residência para o município de trabalho ou estudo. Assim, iniciou-se a investigação de questões relacionadas ao deslocamento, com o quesito “município onde trabalha ou estuda”, porém os dados não foram divulgados nos resultados censitários. As informações levantadas serviram para tabulações especiais realizadas por solicitação de áreas do IBGE e de outras instituições de planejamento urbano (IBGE, 2000).

O Censo Demográfico de 1980 tinha como preocupação básica conhecer o processos de periferização das regiões metropolitanas brasileiras. O objetivo de levantamento da variável pendularidade segundo o IBGE (1980) era permitir estudar os movimentos populacionais intermunicipais voltados para trabalho ou estudo. Era questionado ao entrevistado o nome do Município em que trabalha ou estuda, não constando opções de resposta. No Censo de 1980 as regiões metropolitanas foram privilegiadas pela pesquisa, sendo que:

(...) o desenho amostral nas demais regiões do Interior somente contemplou as sedes regionais, sendo que nas RMs todos os municípios foram incluídos. Assim, dado que a predominância do movimento pendular ocorre da periferia para o núcleo, este movimento não foi totalmente captado, em suas múltiplas formas, nas regiões do interior. (BAENINGER, 1996, p.690).

O Censo Demográfico de 2000 voltou a trazer informações referentes a movimentos pendulares relacionados com o trabalho e estudo, presentes anteriormente somente no Censo Demográfico de 1980 e não constando como variável no Censo Demográfico de 1991.

No Censo Demográfico de 2000 a variável “pendularidade” retorna ao questionário do recenseamento do IBGE, apresentando um único quesito aos pesquisados a respeito de qual município e Unidade da Federação ou País Estrangeiro trabalhava ou estudava. As opções de resposta eram “neste município” ou “não trabalha, nem estuda”. Segundo o IBGE (2000), o objetivo do levantamento dessa variável para o censo de 2000 era permitir estudar os movimentos populacionais intermunicipais voltados para trabalho ou estudo, além de permitir a produção de dados separados em relação aos emigrantes e imigrantes.

A volta da variável pendularidade no Censo Demográfico de 2000 deve-se principalmente ao incentivo e pressão da comunidade de usuários e demandadas da área da geografia e planejamento urbano. Assim, foram reintroduzidas as variáveis relacionadas a trabalho e estudo, no qual o quesito era “em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro trabalho ou estuda?”. O quesito fazia menção a todos os moradores do domicílio, não importando a idade do sujeito.

Contudo, para uma análise de integração intermunicipal terá maior importância à faixa etária de pessoas economicamente ativas (IBGE, 2001). A população residente foi classificada no Censo Demográfico de 2000, em três grupos distintos:

Aqueles que não trabalhavam nem estudavam, os que trabalhavam ou estudavam no município de residência, e os que trabalhavam ou estudavam fora do município de residência para os quais foi indagado o município ou país estrangeiro onde realizavam estas atividades. Entretanto, deve ser considerado que, em função da formulação adotada no quesito, tanto os deslocamentos diários, como aqueles observados entre os municípios da periferia das grandes cidades, quanto os de maior duração, como exemplificado pelos estudantes de nível superior, que permanecem vários meses afastados de seus municípios de residência, são tratados da mesma forma. (IBGE, 2001, p. 67).

O Censo Demográfico de 2000 não entrava em detalhes sobre a frequência dos deslocamentos e também desconsiderava qual o meio de transporte utilizado para realizar o deslocamento, a distância percorrida no trajeto, o custo monetário desse deslocamento e o tempo da viagem no trajeto de deslocamento (IBGE, 2001). “Com base nos resultados do Censo de 2000 quanto aos deslocamentos entre municípios para estudo/trabalho, percebe-se a relevância da informação para qualificar tais fluxos e compreender os nexos que se estabelecem entre os municípios das aglomerações” (MOURA; BRANCO; FIRKOWSKI. 2005, P.125) .

Já no Censo Demográfico de 2010, há um desmembramento do quesito movimentos pendulares, em “para estudar” e “para trabalhar”. Segundo o IBGE (2010) o objetivo da variável pendularidade no censo desse período tinha como intuito analisar a questão da pendularidade para trabalho e estudo. E, segundo o Manual do Recenseador (2010) os deslocamentos de pessoas para trabalho devem atender os seguintes objetivos:

Identificar as ligações entre municípios que constituem aglomerações urbanas, permitindo o planejamento integrado das redes de transporte disponíveis para atender diferentes pontos das aglomerações urbanas. E dimensionar a oferta de transporte público adequado à flutuação de demanda. (Manual do Recenseador, 2010, p.278).

Como mencionado anteriormente no formulário do Censo Demográfico de 2010, houve dois quesitos relacionados ao deslocamento pendular, um sobre estudo, onde se questionava ao entrevistado em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro frequentava a escola (ou creche) e outro sobre trabalho. Tendo como opção de resposta “neste município”, “em outro município” ou “e país estrangeiro”(IBGE, 2010).

Assim, no quesito sobre trabalho, se questionava ao entrevistado em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro trabalhava. As opções de resposta apresentadas

eram: “no próprio domicílio”, “apenas neste município, mas não no próprio domicílio”, “em outro município” e “em país estrangeiro” (IBGE, 2010). Complementando a variável pendularidade se questionava também se o entrevistado retornava diariamente do trabalho para casa e qual o tempo habitualmente gasto de deslocamento de suas casa até o trabalho (IBGE, 2010).

Para realizar a análise das informações constantes no Censo Demográfico de 2000 e 2010, referente aos movimentos pendulares nos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, foram utilizados os dados censitários de pessoas que se deslocavam para estudo e trabalho, sendo o total, por sexo e por faixa etária, buscando, dessa forma, evidenciar os contornos dos movimentos pendulares nos municípios em questão.

Os dados sobre deslocamento pendular para trabalho e estudo entre municípios presentes no Censo Demográfico de 2010 são um dos critérios para a delimitação dos Arranjos Populacionais no Brasil. “A intensidade do movimento pendular é reveladora da extensão do fenômeno urbano no território, constituindo uma informação utilizada na delimitação de grandes áreas urbanas, especialmente por institutos de pesquisa estatística” (MOURA; BRANCO; FIRKOWSKI. 2005, P.124).

O volume e intensidade dos deslocamentos pendulares não apenas revelam diferentes momentos de integração e complementariedade dos municípios de origem e destino envolvidos na pendularidade, mas também níveis diferentes de interação entre eles. Para isso é importante conhecer as características da mobilidade pendular, conhecendo quem realiza e quais são os motivos de realizar esse deslocamento.

Neste contexto, com base nas informações de pendularidade para trabalho e estudo presentes no Censos Demográficos de 2000 e 2010, será feita a seguir uma análise dos dados possibilitando verificar qual o número de pessoas que se deslocam, o sexo, a idade, a cor, a renda, escolaridade e o tempo de deslocamento. Ao buscar caracterizar o perfil das pessoas que realizam pendularidade, a partir da dinâmica moradia, trabalho e/ou estudo é possível reconhecer novas configurações territoriais do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.

3.2.2 Análise do deslocamento pendular no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul a partir dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

A mobilidade pendular é tradicionalmente considerada em muitos estudos como sendo uma forma de deslocamento realizada principalmente por pessoas de baixa renda, que devido à especulação imobiliária e valorização do solo urbano, procuram estabelecer residência em lugares mais baratos. Mas também Ojima, Silva e Pereira (2008) em alguns trabalhos, consideram que pessoas com maior escolaridade, melhor renda, buscam igualmente residir em outro município procurando por qualidade de vida, melhores condições ambientais, entre outros.

Neste contexto, a análise dos dados secundários presentes nos dos dois últimos censos demográficos de 2000 e 2010 do IBGE, permite reconhecer quem são os pendulares que realizam deslocamento pendular para estudo e/ou trabalho nos municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul. Sendo que a informação censitária é muito relevante, pois permite relacionar informações de deslocamento pendular com as demais características da população recenseada, tais como escolaridade, renda, tipo de atividade exercida, entre outras. (INE, 2003).

Em 2000 a população do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul era de 128.932 habitantes, sendo que a maioria somente trabalhava, somando um total de 53.729 pessoas. O número total de pessoas que não trabalhavam e nem estudavam também era significativo, representando cerca de 38.313 pessoas nesse arranjo populacional.

Tabela 12 – População Total segundo o trabalho ou estudo – 2010

Unidade Territorial	População Total	Não Trabalha nem Estuda	Só Trabalha	Só Estuda	Trabalha e Estuda
Santa Cruz do Sul	107.632	31.888	44.584	23.950	7.210
Vera Cruz	21.300	6.425	9.144	4.343	1.388
Arranjo Populacional	128.932	38.313	53.729	28.292	8.598

Fonte: IBGE, 2000.

Santa Cruz do Sul em 2000, possuía uma população de 107.632 habitantes, desses 44.584 somente trabalhavam e 31.888 pessoas não trabalhavam e nem estudavam. No total da população para esse município 23.950 somente estudavam e 7.210 trabalhavam e estudavam. O município de Vera Cruz possuía no ano de 2000 um total de 21.300 habitantes, desses

9.144 somente trabalhavam, sendo que 6.425 habitantes não trabalhavam e nem estudavam, 4.343 habitantes somente estudavam e 1.388 habitantes trabalhavam e estudavam.

Ao analisar a relação entre o trabalho e os deslocamentos pendulares, Melchior (2008, p.07) afirma que:

A flexibilidade alcançada, atualmente, conduziu a novas práticas de contratação (subcontratação, terceirização) que avançaram num processo de aumento do desemprego e, principalmente, da precarização do trabalho. Para o trabalhador que necessita vender sua força de trabalho para assegurar a sua sobrevivência e a possibilidade de adquirir os produtos não resta muitas alternativas a não ser a busca de sua integração ao mercado de trabalho.

Tabela 13 – Deslocamento pendular segundo a saída para estudo, trabalho e estudo e trabalho – 2000.

MUNICÍPIOS	Não Trabalha nem Estuda	Só Trabalha	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Total
SANTA CRUZ DO SUL	-	1.056	408	315	1.779
VERA CRUZ	-	1.769	299	412	2.480

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE (2000).

Em 2000 no município de Santa Cruz do Sul 1.779 pessoas saíam diariamente para trabalhar, estudar ou para ambas as atividades. Desse total, 1.056 habitantes trabalhavam em outro município e 408 habitantes estudavam em outro município, sendo que 315 habitantes realizavam ambas as atividades.

Já em Vera Cruz para o período de 2000, dos 21.300 habitantes residentes, 2.480 pessoas se deslocavam até outro município diariamente para trabalhar, estudar ou pra exercer ambas as atividades. Desse total que se deslocava diariamente, 1.769 pessoas somente trabalhavam, 412 pessoas trabalhavam e estudavam e 299 pessoas somente estudavam em outro município.

Como mencionado anteriormente Santa Cruz do Sul, além de ser o núcleo do arranjo populacional é o polo regional da região do Vale do Rio Pardo, concentra o maior número de empresas, gerando maior número de vagas no mercado de trabalho. Também é referência regional na prestação de serviços, com destaque para educação e saúde. Possui a Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e a Faculdade Dom Alberto que oferecem diversos cursos de nível superior e atraem muitos estudantes da região que se deslocam pendularmente, dois grandes hospitais o

Santa Cruz e Ana Nery que oferecem variados serviços médicos, sendo referência na prestação de serviços de saúde na região.

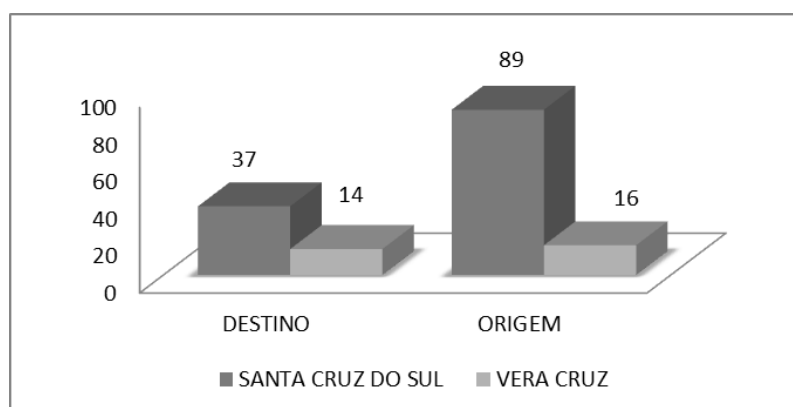
Tabela 14 – Deslocamento pendular segundo a entrada para estudo, trabalho e estudo e trabalho – 2000.

MUNICÍPIOS	Não Trabalha nem Estuda	Só Trabalha	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Total
SANTA CRUZ DO SUL	-	3.567	1.786	1.097	6.450
VERA CRUZ	-	311	-	62	373

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE (2000).

A entrada de pessoas que realizam deslocamento pendular em Santa Cruz do Sul para trabalho, estudo e ambas atividades é elevada se comparada à saída, segundo dados do IBGE de 2000. O município Santa Cruz do Sul recebeu 6.450 pessoas, desse total a maioria das pessoas chegava a trabalho, representando um total de 3.567 pessoas. O restante cerca de 1.786 pessoas se deslocavam para estudar e 1.097 para ambas as atividades. O município de Vera Cruz apresentou um pequeno número de pessoas que entraram nesse município para estudar, trabalhar ou para ambas atividades. Foram 373 pessoas, das quais 311 se dirigiam ao município para trabalhar e 62 trabalhavam e estudavam no município.

Figura 12 – Local de destino e origem das pessoas que realizaram deslocamento pendular - 2000



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE (2000).

Do total de pessoas que realizaram deslocamento pendular para trabalhar, estudar ou trabalhar e estudar 37 municípios tiveram como destino Santa Cruz do Sul e 14 municípios Vera Cruz. Enquanto a origem das pessoas que realizam deslocamento pendularmente para trabalhar em Santa Cruz do Sul, são originárias de 89 diferentes municípios, e de 16 diferentes municípios para Vera Cruz.

O Censo Demográfico de 2010 (IBGE) apresenta como mencionado anteriormente um desmembramento do quesito movimentos pendulares , em “para estudar” e “para trabalhar”. O intuito do desmembramento segundo o IBGE é aprofundar e especificar a questão da pendularidade para trabalho e estudo.

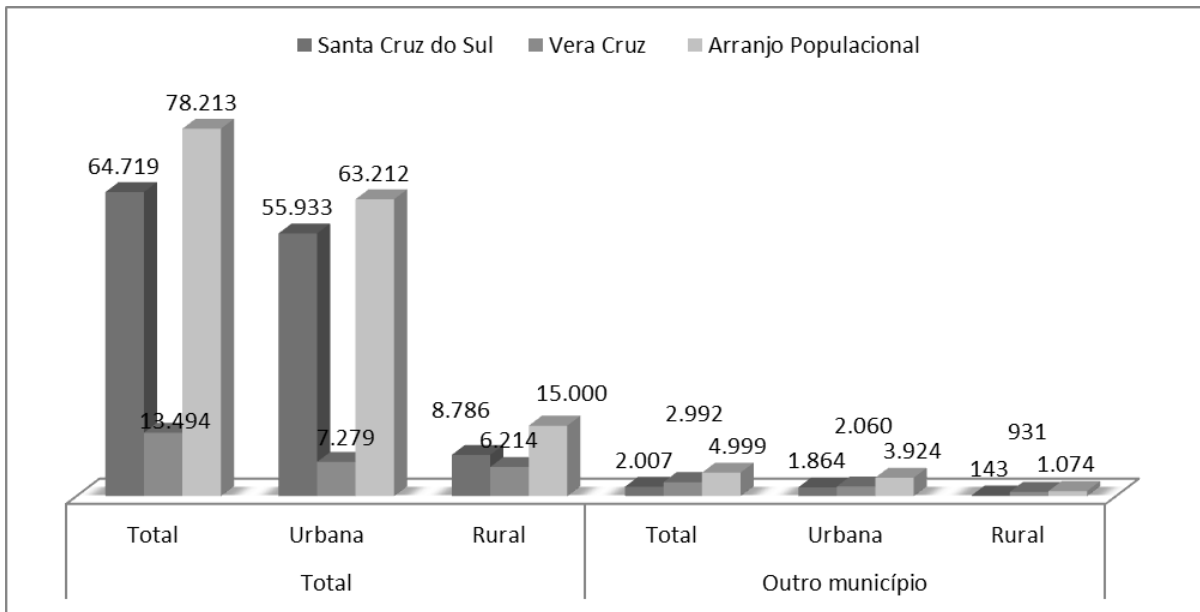
Tabela 15 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, frequência à escola e local da escola.

Município	Sexo	Total	% Total	Frequentava m escola	% Frequentavam escola	Frequentavam escola - em outro	% Frequentavam escola - em outro município
Santa Cruz do Sul	Total	104.602	100,00	23.033	22,02	981	0,94
	Homens	49.932	47,74	11.003	10,52	467	0,45
	Mulheres	54.670	52,26	12.029	11,50	515	0,49
Vera Cruz	Total	21.028	100,00	4.087	19,44	963	4,58
	Homens	10.271	48,84	1.951	9,28	353	1,68
	Mulheres	10.757	51,16	2.136	10,16	610	2,90

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE .

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE em 2010 o Arranjo populacional de Santa Cruz do Sul possuía cerca de 78.213 trabalhadores ocupados, desses 64.719 trabalhavam na zona urbana e 13. 494 na zona rural. Desse total de trabalhadores cerca de 6.3% realizava deslocamento pendular para trabalhar em outro município, somando um total de 4.999 pessoas que se deslocavam devido o trabalho.

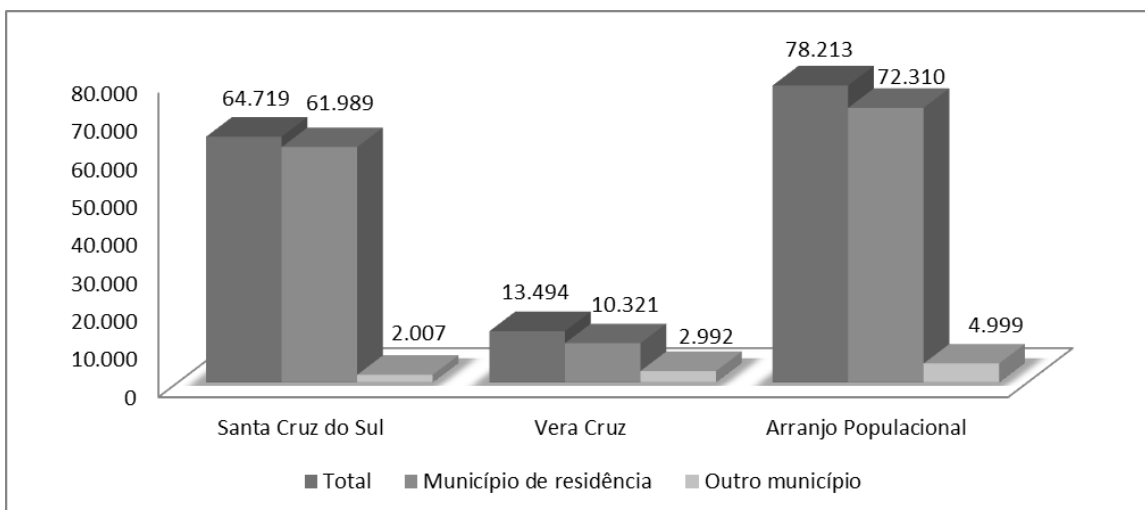
Figura 13 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho - 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE .

No município de Santa Cruz do Sul do total dos 64.719 trabalhadores, cerca de 3.1% trabalhavam em outro município, totalizando 2.007 pessoas. Das 13.494 pessoas ocupadas em Vera Cruz, cerca de 22.17% trabalham em outro município, totalizando 2.992 pessoas.

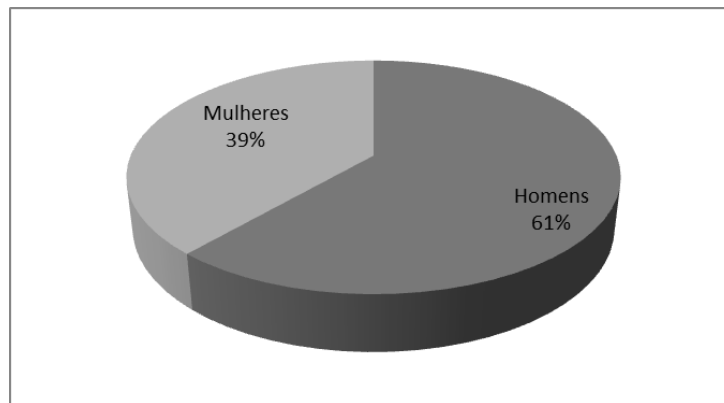
Figura 14 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho - 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE .

A maioria das pessoas ocupadas exercem seu trabalho no município de residência, sendo que em Santa Cruz do Sul dos 64.719 trabalhadores, mais de 95% trabalhava no município de residência. Já em Vera Cruz dos 13.494 trabalhadores, mais de 76% trabalhavam no município de residência.

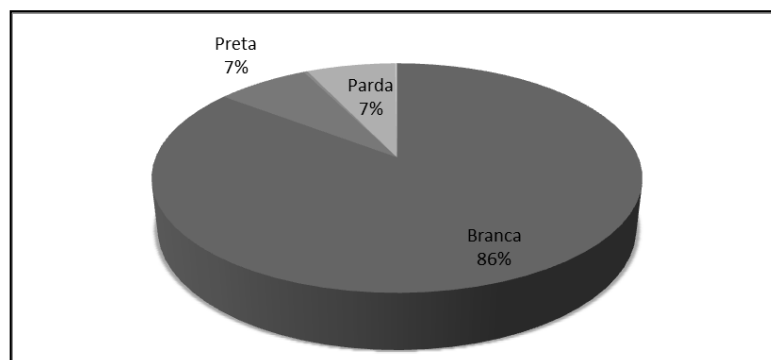
Figura 15 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal e sexo, no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE .

Em 2010 das pessoas que trabalhavam em outro município a maioria do Arranjo Populacional eram de homens, com um total de 61% . As mulheres representavam cerca de 39% das pessoas que se deslocavam a trabalho. Em Santa Cruz do Sul eram 1.344 homens que trabalhavam em outro município, contra 694 mulheres que deslocavam para trabalhar. Já no município de Vera Cruz a disparidade entre os sexos não é tão expressiva, são 1.749 homens que trabalham em outro município contra 1.243 mulheres.

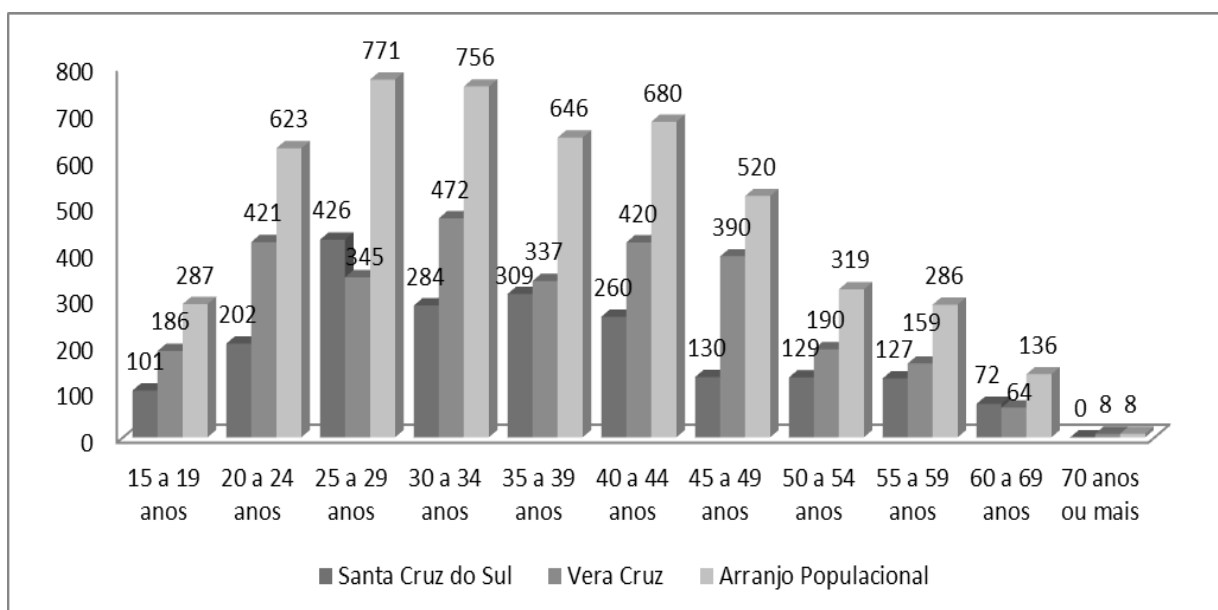
Figura 16 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por cor ou raça, no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul (2010).



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE .

Em relação à cor ou raça, no gráfico acima fica evidente que a grande maioria das pessoas que se deslocam para trabalho e estudo no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul é predominantemente declarada como branca, representando 86% de pessoas que efetuam deslocamento. Em seguida e que se declaram pardas somam 7% e as negras mais 7%, sendo que trabalhadores indígenas e amarelos não somam 1% do total dos pendulares. Cabe salientar que a declaração de cor ou raça apresenta comportamentos regionais distintos. O IBGE considera cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (nesta categoria entram as pessoa que se declararam de origem japonesa, chinesa, coreana, etc.), parda (incluindo nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia).

Figura 17 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal e por idades.

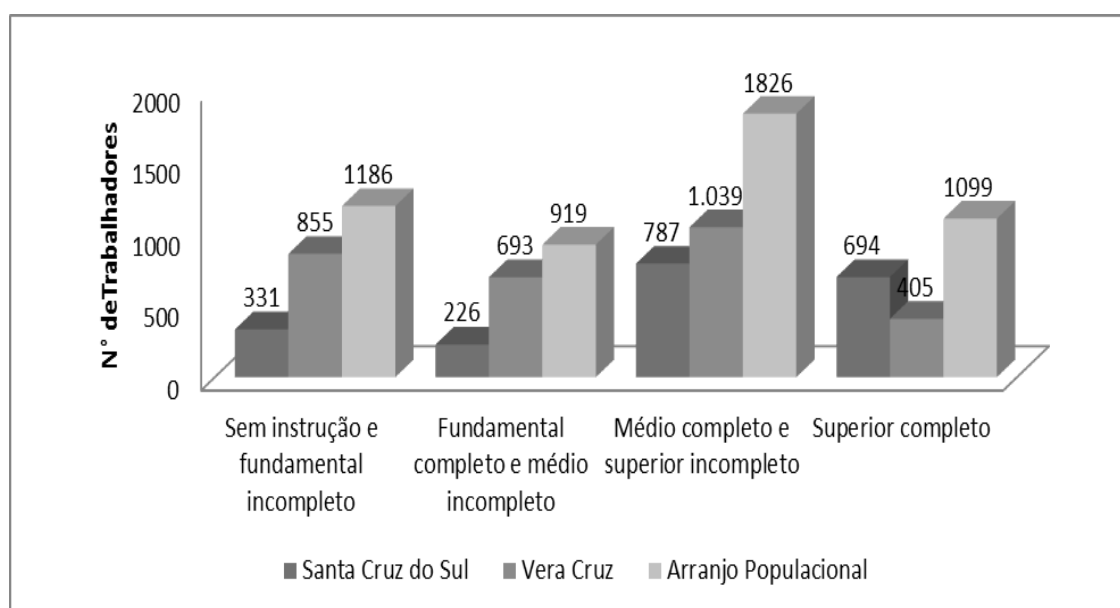


Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE .

Do total de trabalhadores do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul que realizam deslocamento para trabalharem em outro município, a maioria está entre as faixas etárias de 25 e 29 anos, evidenciando um total de 771 pessoas; Já na faixa etária de 30 e 34 anos, há um total de 756 pessoas. Santa Cruz do Sul apresenta trabalhadores mais jovens realizando deslocamento pendular, sendo que a faixa etária de trabalhadores entre 25 e 29 anos se sobressai, representando

426 trabalhadores nessa faixa etária no município. Em seguida vem os trabalhadores de 35 a 39 anos, somando 309 pessoas e em terceiro lugar a faixa etária de 30 a 34 anos de idade, com um total de 284 pessoas. No município de Vera Cruz os trabalhadores que realizam deslocamento pendular tem, em sua maioria, idade entre 30 e 34 anos, seguido pelas faixas etárias de 20 a 24 anos e 40 a 44 anos.

Figura 18 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal e escolaridade - 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE .

Das pessoas que se deslocam para outro município em busca de trabalho, a grande maioria no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul possui o ensino médio completo e superior incompleto, representando um total de 1.826 pessoas. Se analisarmos os dois municípios separadamente percebe-se as suas especificidades. No município de Vera Cruz os trabalhadores que realizam deslocamento pendular possuem na maioria ensino médio completo e superior incompleto, com um total de 1.039 pessoas. Em segundo lugar aparece o grupo sem instrução e com fundamental incompleto. Santa Cruz do Sul também possui majoritariamente pessoas com ensino médio completo e superior incompleto se deslocando para outro município a trabalho, com um total de 787 trabalhadores, em segundo lugar vem os trabalhadores com o ensino superior completo.

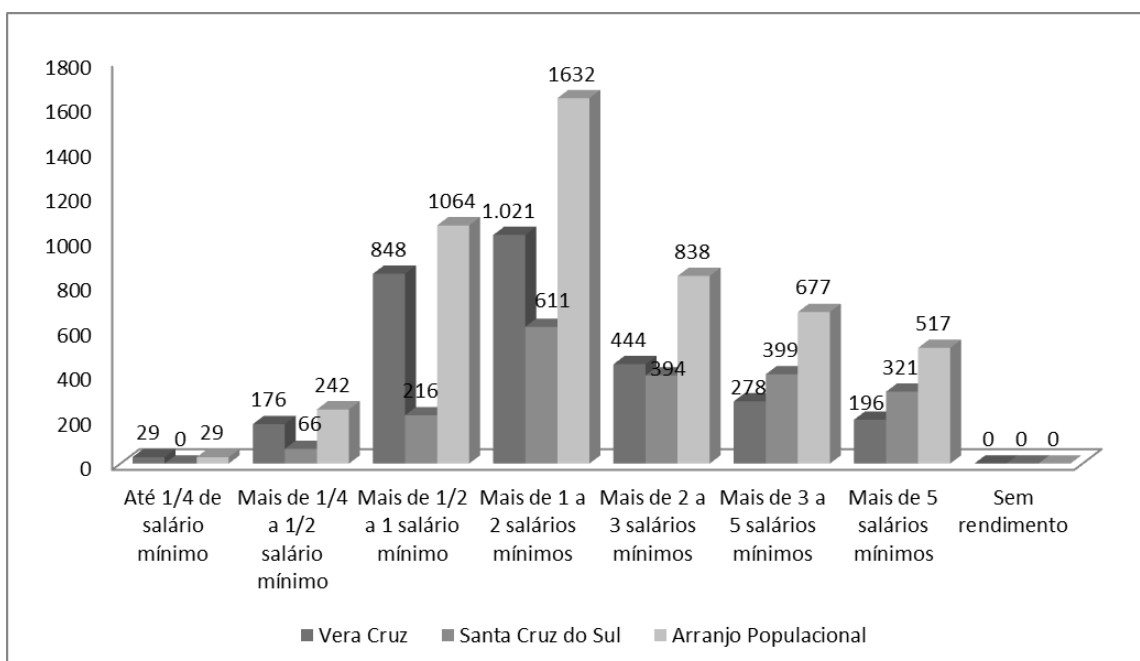
Assim podemos constatar uma diferença entre o perfil educacional dos trabalhadores de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz e que se deslocam para outro município para trabalharem. Os

trabalhadores de Santa Cruz do Sul que realizam deslocamento pendular possuem uma maior escolaridade, são mais qualificados, enquanto os trabalhadores que realizam deslocamento pendular de Vera Cruz, possuem uma escolaridade menor, representando menor qualificação.

A mobilidade pendular também faz parte do cotidiano de pessoas que possuem um nível de escolaridade considerável, que possuem rendimentos maiores e que preferem residir em locais mais distantes, ou em outro município, buscando melhores condições de vida (ambiental, habitacional, segurança, entre outras questões) (OJIMA, SILVA E PEREIRA, 2008).

Essa diferença na escolaridade irá refletir nos rendimentos dos trabalhadores que realizam deslocamento pendular. Ao analisar o gráfico abaixo vemos que no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul a maioria dos trabalhadores que realizam deslocamento pendular recebe entre um a dois salários mínimos e representam um total de 1632 trabalhadores. Os trabalhadores de Vera Cruz que trabalham em outro município recebem salários menores em comparação com os de Santa Cruz do Sul.

Figura 19 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita – 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE .

No município de Santa Cruz do Sul do total de pessoas que trabalham em outro município, a grande maioria recebe de um a dois salários mínimos, representando um total de 611 pessoas. Em

seguida aparecem os trabalhadores que recebem de três a cinco salários mínimos, com um total de 399 pessoas. E em terceiro estão os trabalhadores que recebem de dois a três salários mínimos. No município de Vera Cruz a maioria dos trabalhadores que se deslocam recebem de um a dois salários mínimos, sendo um total 1.021 pessoas. Em seguida estão os trabalhadores que recebem de meio a um salário mínimo, com 848 pessoas. E em terceiro lugar aparecem os trabalhadores que recebem de dois a três salários mínimos, somando um total e 444 pessoas.

De acordo com Cunha (2013), a mobilidade pendular está em grande parte vinculada com a parcela mais bem posicionada no mercado de trabalho, possivelmente pelos custos de residir e trabalhar ou estudar em localidades distintas. Analisando o perfil da pendularidade dos trabalhadores, Deschamps e Cintra (2008) observam que trabalhadores que se deslocam em função de uma oportunidade de trabalho, teriam renda e ocupação superior aos que trabalham no próprio município.

Quadro 04 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal e a seção de atividade do trabalho principal – 2010.

Seção de Atividade do Trabalho Principal	Santa Cruz do Sul	Vera Cruz	Arranjo Populacional
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	137	185	322
Indústrias extrativas	0	7	7
Indústrias de transformação	453	1.233	1686
Eletricidade e gás	18	13	31
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0	0	0
Construção	76	256	332
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	271	273	544
Transporte, armazenagem e correio	152	111	263
Alojamento e alimentação	55	49	104
Informação e comunicação	58	16	74
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	52	9	61
Atividades imobiliárias	14	23	37
Atividades profissionais, científicas e técnicas	73	53	126
Atividades administrativas e serviços complementares	30	52	82
Administração pública, defesa e seguridade social	230	306	536
Educação	254	153	407
Saúde humana e serviços sociais	84	99	183
Artes, cultura, esporte e recreação	41	19	60
Outras atividades de serviços	0	50	50
Serviços domésticos	13	54	67
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0
Atividades mal especificadas	27	28	55

Fonte: IBGE, 2010.

Os trabalhadores que realizam deslocamento pendular no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul, trabalham, em sua maioria, em indústrias de transformação, evidenciando um total de 1686 trabalhadores, seguido pela ocupação em atividades comerciais e administração pública. No município de Santa Cruz do Sul os trabalhadores que saem do município para exercerem suas atividades exercem, em sua maioria, atividades na indústria de transformação, seguida pelo comércio, educação e administração pública, defesa e seguridade social. No município de Vera Cruz majoritariamente os trabalhadores que se deslocam para outro município trabalham na indústria da transformação, com um total de 1233 pessoas ocupadas nessa área, seguida por atividades e administração pública, defesa e seguridade social, e em terceiro lugar aparece os trabalhadores que exercem atividades no comércio.

Em relação à população total dos municípios os maiores percentuais de deslocamento estão presentes no município de Vera Cruz. Em 2000 cerca de 11.64% da população se deslocava para outro município para estudar ou trabalhar, sendo que em 2010 ocorreu um aumento total desse percentual, totalizando 16.49% do total da população, o que corresponde a 3.955 pessoas .

Quadro 05 – População dos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz que se desloca para trabalho ou estudo (2000 – 2010).

População que se desloca para outro município para trabalho ou Estudo (2000 - 2010)				
Município	Anos	População Total	População que se desloca	% População que se desloca
Santa Cruz do Sul	2000	107.632	1.779	1.65%
	2010	118.374	3.019	2.55%
Vera Cruz	2000	21.300	2.480	11.64%
	2010	23.983	3.955	16.49%

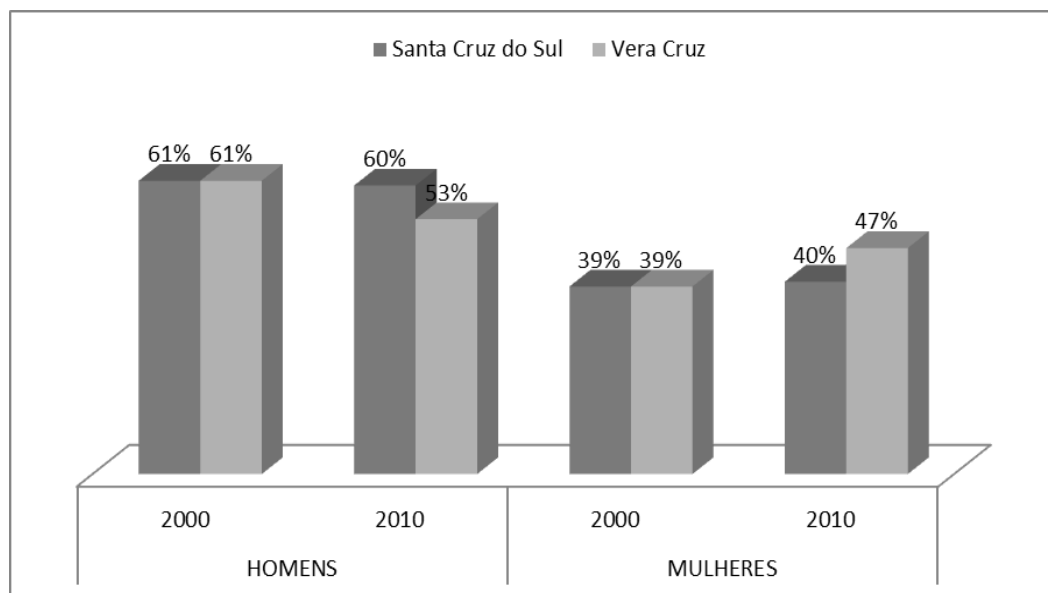
Fonte: Elaborado pelo autor, com dados dos censos demográficos do IBGE.

Já o município de Santa Cruz do Sul apresenta índices percentuais mais baixos de deslocamento para estudo e trabalho se comparados ao município de Vera Cruz, ao se levar em consideração a população total residente no município. Em 2000 o percentual era de 1.65% de habitantes que se deslocavam e em 2010 esse 2.55%. Isso se deve ao fato do município ser o principal destino regional de deslocamento para trabalho e principalmente para estudo, nas áreas de nível médio e superior.

Em 2000 a população que se deslocava para estudo ou trabalho nos municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul, segundo sexo, eram percentualmente as mesmas, totalizando

39% das mulheres e 61% dos homens que se deslocavam diariamente em função de trabalho e estudo.

Figura 03 – Percentual da população que se desloca para estudo ou trabalho, por sexo (2010).



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE .

Já o Censo Demográfico de 2010 apresenta um diferencial em relação ao percentual de homens e mulheres que se deslocam. Em Santa Cruz os percentuais quase não se alteraram no comparativo com 2000, sendo que para este município houve acréscimo de 1% no número de mulheres que se deslocam e decréscimo de 1% nos deslocamentos de homens.

O município de Vera Cruz teve um aumento percentual no número de mulheres que se deslocam no comparativo com 2000, sendo que houve um acréscimo de 8% para os períodos censitários analisados, totalizando, em 2010, 47% da população que se desloca. Os homens tiveram uma diminuição percentual em 2010 no comparativo com 2000 e passaram de 61% em 2000 para 53% em 2010.

Pesquisas de Ricardo Antunes (2006) concluem que o mundo do trabalho vem passando por mudanças decorrentes do avanço capitalista, sendo que as novas características geradas aumentam a expansão dos serviços, ocorre à incorporação de mulheres no mercado de trabalho, ocorre uma diminuição da participação da população empregada mais jovem e dos mais velhos, entre outras. Portanto Antunes (2006) compreende que tais tendências, criam um processo de heterogeneidade, de fragmentação e complexificação dos trabalhadores,

evidenciando-se assim a constituição de um outro perfil da classe trabalhista, o que de certo modo pode ser comprovado pelo aumento dos deslocamentos pendulares envolvendo o sexo feminino no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.

Tabela 16 – Percentual de habitantes que se desloca para estudo ou trabalho, por faixas etárias.

Município	Ano	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
Santa Cruz do Sul	2000	5.65	28.74	21.58	28.74	12.5	2.75
	2010	4.14	27.04	31.12	20.73	14.24	2.7
Vera Cruz	2000	2.05	29.07	36.37	22.05	9.71	0.72
	2010	0.75	28.61	28.61	20.79	19.4	1.81

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do Censo Demográfico do IBGE .

Ao analisar a faixa etária da população que se desloca do município de Santa Cruz do Sul durante os período dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, pode-se observar que a faixa etária de 15 a 44 anos concentra o grande percentual de pessoas que se desloca. Já as faixas etárias que tiveram uma diminuição em números percentuais de pessoas realizando deslocamento, em comparativo entre 2000 e 2010, foram os grupos etários de 0 a 14 anos, 15 a 24 anos e 35 a 44 anos. Os grupos que tiveram acréscimo foram os dos 25 a 34 anos , 45 a 59 anos e 60 anos ou mais. O município de Vera Cruz concentra o maior número de deslocamentos diários nos grupos de 15 a 59 anos, com destaque para o grupo etário de 25 a 34 anos, que apresentou os maiores números percentuais. Comparando os dados do Censo Demográfico de 2000 com os de 2010, pode-se constatar que somente as faixas etárias de 45 a 59 anos e 60 anos ou mais teve um aumento percentual, sendo que o restante das faixas etárias teve um decréscimo percentual.

Pode-se constatar que a população que se desloca para estudo no municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz tem um perfil etário semelhante, sendo que para Santa Cruz do Sul a população que se desloca em percentual maior é a do grupo etário dos de 25 a 34 anos, sendo que esse mesmo grupo etário que se desloca em Vera Cruz. Percebe-se igualmente, que ocorreu um aumento nas últimas décadas da população acima de 45 anos que se desloca para trabalho e estudo.

Tabela 17 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que, no trabalho principal, trabalhavam fora do domicílio e retornavam diariamente do trabalho para o domicílio, exclusive as pessoas que, no trabalho principal, trabalhavam em mais de um município ou país.

Município	Tempo habitual de deslocamento do domicílio para o trabalho principal					
	Total	Até cinco minutos	De seis minutos até meia hora	Mais de meia hora até uma hora	Mais de uma hora até duas horas	Mais de duas horas
Santa Cruz do Sul	46.975	6.671	34.536	5.060	491	216
Vera Cruz	8.661	1.042	5.975	1.458	170	16

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Os dados apresentados acima correspondem ao tempo de deslocamento das pessoas que trabalham fora do seu domicílio. Assim, os dados agregam o número de pessoas que trabalha no município, fora do município, em mais de um município ou país.

Assim em relação ao tempo gasto com deslocamento intramunicipal ou intermunicipal, a maioria das pessoas em Santa Cruz do Sul e Vera Cruz levam de 06 a 30 minutos para se deslocarem do domicílio ao trabalho. O segundo tempo habitual de deslocamento em Santa Cruz do Sul é de até cinco minutos, ou seja, são pessoas que residem bem próximas dos locais de trabalho no próprio município. Já em Vera Cruz o segundo tempo habitual de deslocamento é de até 01 hora, configurando um tempo de deslocamento maior, provavelmente para outro município.

Em relação ao tempo gasto no deslocamento, Oliveira (2008) destaca que essas informações são de fundamental importância para diagnosticar, avaliar e planejar o espaço urbano, levando em consideração a mobilidade diária, principalmente nas grandes e médias cidades. Também, irá permitir não só o dimensionamento da intensidade da pendularidade por motivo de trabalho em outras regiões além dos espaços metropolitanos, assim fornecendo informações valiosas para discussão teórica sobre os deslocamentos pendulares. Referente ao tempo de deslocamento para trabalho Ojima, Monteiro e Nascimento enfatizam que:

Quando analisamos o tempo de deslocamento casa-trabalho, associado à condição de pendularidade (trabalho em município diferente daquele em que reside) ou não dos indivíduos constata-se que para aqueles que precisam sair do seu município de residência para trabalhar, o tempo gasto no trajeto diário não muda muito conforme o tamanho do município, sobretudo nos maiores (OJIMA; MONTEIRO; NASCIMENTO, 2015, p. 145) .

Com base nos dados apresentados, os deslocamentos pendulares para estudo e para trabalho ocorrem majoritariamente no município de Vera Cruz, representando uma parcela maior da população que se desloca pendularmente. O deslocamento percentual maior é para estudo, caracterizando assim uma maior integração do município de Vera Cruz com o polo regional (Santa Cruz do Sul) e os demais municípios que compõem o Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.

No capítulo a seguir será analisada a percepção dos pendulares com os municípios de origem e de destino, buscando elucidar como se constrói a percepção dos pendulares que se deslocam no sentido Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul e Santa Cruz do Sul/Vera Cruz na perspectiva do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.

4 TERRITÓRIOS DO COTIDIANO: ANÁLISE SOBRE MOBILIDADE PENDULAR E TERRITORIALIDADES URBANAS NO ARRANJO POPULACIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL - RS

O objetivo do presente capítulo é apresentar os resultados da pesquisa sobre o deslocamento pendular de estudantes e trabalhadores entre os municípios de Santa Cruz do Sul e de Vera Cruz. Para conhecer o perfil das pessoas que realizam o deslocamento pendular, é necessário reconhecer seus trajetos socioespaciais regulares e/ou cotidianos, visando uma compreensão de como se constroem as relações cotidianas, afetivas, sociais e econômicas entre o local de origem e de destino. (MELCHIOR, 2008).

Para realização da pesquisa partiu-se do pressuposto que um estudante ou trabalhador que realiza o deslocamento passa por um processo de socialização específica, que acaba sendo constituindo por territorialidades específicas entre esses sujeitos e os locais de destino e de origem. No seu local de origem, por exemplo, o sujeito possui o contato com uma realidade conhecida, vivenciada através do seu meio de vida, como habitação, relações comunitárias e de convívio familiar. Já no seu local de destino, suas relações são, em grande medida, mediatizadas pelo capital, sendo que essas são oriundas por meio de atividades como o trabalho e ou o estudo, e por meio dessas vai adquirindo um caráter social (MARTINS,1986).

Assim, busca-se, no presente capítulo caracterizar o perfil dos entrevistados que realizam movimentos cotidianos e ou regulares no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul, considerando os municípios de Vera Cruz e de Santa Cruz do Sul como sendo os locais de origem e destino para trabalho e/ou estudo. Nesse sentido, foram observados diferentes modos de interação entre os entrevistados e os municípios que formam o Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul, buscando, sobretudo, reconhecer como as especificidades geradas por essa interação acabam por constituir as territorialidades presentes nesse processo. A análise dos dados coletados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas evidenciam percepções sobre a mobilidade pendular na perspectiva dos entrevistados, além de melhor avaliar, a partir de um recorte qualitativo, como ocorrem os processos de interação e complementaridade socioespacial que se desenvolve entre esses dois municípios na perspectiva do deslocamento diário ou regular. Nessa perspectiva, além de realizar um estudo focado nesse fenômeno social, a análise qualitativa da mobilidade pendular nesse arranjo populacional nos mostra as relações de contiguidade ou complementaridade existentes entre esses dois municípios, evidenciando elementos que, posteriormente, podem ser levados em

conta para realização de um planejamento regional que considere as especificidades da população que se desloca entre esses dois municípios.

Através dos relatos dos entrevistados é possível averiguar se essa pendularidade é seletiva e quais as relações entre esses municípios, a partir de um olhar dos entrevistados que enfatize a estrutura econômica e social desse arranjo populacional. Através de relatos os entrevistados enfatizam suas condições de habitação, de infraestrutura urbana, bem como as relações sociais e econômicas que estabelecem entre a origem e o destino. A análise apresentada no decorrer do presente capítulo será igualmente atrelada a considerações discutidas no capítulo anterior e que dizem respeito à dinâmica demográfica e expansão territorial dos municípios analisados e que compõem o arranjo populacional de Santa Cruz do Sul.

A mobilidade pendular nesse arranjo populacional também parece refletir determinadas mudanças nas formas de uso e ocupação do solo urbano, sendo caracterizada a partir de movimentos demográficos, mas também econômicos. Esses movimentos decorrem de ações privadas (reestruturação do mercado imobiliário), mas também de intervenção pública (legislação e intervenções pública para uso e ocupação do solo urbano nos municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul).

Assim, o desenvolvimento da infraestrutura urbana, a saber transportes, comunicações, comércio e serviços, são, igualmente, elementos importantes e que são levados em conta no relato dos entrevistados para a compreensão dos movimentos pendulares e das dinâmicas que se estabelecem entre esses dois municípios nesse arranjo populacional.

4.1 Procedimentos metodológicos , técnicas e interpretação do dados.

Para a realização da pesquisa foram aplicados formulários e entrevistas semiestruturadas com pessoas que realizam deslocamento pendular motivadas por trabalho ou estudo, sendo a unidade de análise os municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul e que constituem o arranjo populacional de Santa Cruz do Sul. Assim, na escala geográfica de análise , selecionou-se o Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul, a partir de critérios de integração e funcionalidade que compreendem os municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz.

A necessidade de conhecer e reconhecer a realidade da territorialidade urbana entre esses dois municípios na perspectiva da dinâmica populacional e que, *a priori*, considere a

experiência do deslocamento diário ou regular, fez com que se optasse pela abordagem qualitativa. Nesse sentido Haguette (2001, p. 63) observa que “os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”.

De acordo com Chizzotti (1991) a pesquisa qualitativa busca ressaltar as significações que estão presentes nos atos e práticas dos sujeitos, sendo a finalidade da sua realização gerar o esclarecimento de determinada situação para uma tomada de consciência dos próprios pesquisados a respeito da sua realidade.

Os dados foram coletados a partir de uma amostra não probabilística, que foi definida por conveniência. Segundo Malhotra (2001) a amostragem por conveniência pode ser entendida como uma técnica não probabilística que procura obter uma amostra de elementos convenientes, sendo que a seleção da amostra é deixada a cargo do pesquisador.

Para identificação e seleção dos participantes da pesquisa foram definidos critérios de acordo com a temática e os objetivos do estudo. Portanto, os participantes atenderam os seguintes requisitos estabelecidos: residir em Vera Cruz ou Santa Cruz do Sul e realizar deslocamento pendular (diário ou regular) para trabalho ou estudo entre esses dois municípios.

Em um primeiro momento foi elaborado um formulário e um roteiro de entrevista semiestruturado preliminar, com o intuito de realizar a aplicação de um teste piloto. Nesse sentido o pré-teste de aplicação do formulário e da entrevista semiestruturada serviu para verificação da clareza e coerência das questões formuladas e para, posteriormente, realizar eventuais ajustes necessários. Esse pré-teste foi realizado com duas pessoas, uma que se deslocava no sentido Santa Cruz do Sul/Vera Cruz para trabalho e a outra no sentido Vera Cruz/Santa Cruz do Sul para estudo.

A realização do pré-teste de aplicação do formulário e da entrevista semiestruturada viabilizou a adequação dos mesmos. Assim, surgiram novos quesitos, para abranger em sua totalidade as pessoas que realizavam deslocamento para trabalho e estudo, ocasionando um reordenamento das questões propostas. Após alguns ajustes na reformulação do questionário e do roteiro de entrevista semiestruturado, ambos foram aplicados.

O formulário contou com 22 questões (ANEXO A) e o roteiro de entrevista semiestruturado com 4 eixos temáticos (ANEXO B). O objetivo da aplicação do formulário, foi o de traçar o perfil do grupo de entrevistados. Nas 22 questões propostas os entrevistados foram questionados sobre o local de moradia, a idade, a escolaridade, a renda,

o tempo moradia no município, bem como para onde se deslocava e o tempo que trabalha ou estuda em outro município. Os entrevistados foram questionados sobre o deslocamento e também sobre a migração. As seguintes questões foram feitas: motivo de trabalhar e/ou estudar em outro município, tempo de deslocamento para ir trabalhar ou estudar, qual o meio de transporte utilizado no deslocamento, no que trabalha ou estuda, quanto gasta em dinheiro no município que trabalha e/ou estuda, em que municípios já residiu, se tem algo que desagrada ao efetuar o deslocamento, se tem vontade de se mudar para o município em que trabalha ou estuda e para aqueles que não tem interesse em mudar de local de residência, os motivos para não se mudar.

Em relação à utilização do formulário, Marconi e Lakatos (2003, p. 212) o definem como “o contato face a face entre pesquisador e informante, sendo o roteiro de perguntas preenchido pelo pesquisador no momento da entrevista”. Segundo Gil (2002) o formulário, como instrumento de pesquisa, encontra-se entre o questionário e a entrevista.

Marconi e Lakatos (2003) apontam as vantagens e as limitações em relação ao uso do formulário. As vantagens seriam poder utilizar o formulário em todos os segmentos da população. Uma outra vantagem é a de o pesquisador realizar as perguntas, pois favorece o entendimento de possíveis dúvidas, podendo essas ser ajustadas de acordo com as necessidades da situação, sendo que sua utilização facilita a obtenção de um número representativo de participantes, entre outros. Como limitação está o menor grau de liberdade nas respostas, pois o pesquisador está presente no momento de sua realização. O formulário pode ainda ser distorcido por parte dos entrevistadores e há a questão da limitação de tempo para responder e pensar na resposta no momento de sua aplicação. (MARCONI E LAKATOS, 2003).

Já o roteiro de entrevista semiestruturado abrangeu questões tanto para o município de origem como para o de destino. A entrevista tem como finalidade a construção de informações pertinentes ao objetivo da pesquisa, bem como a abordagem de temáticas relacionadas aos objetivos de pesquisa (MINAYO, 2006).

Entrevista, tomada no sentido de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador (MINAYO, 2006, p 61).

No caso da presente pesquisa, conforme mencionado anteriormente, a entrevista teve seu roteiro elaborado de forma semiestruturada, a qual Mynaio (2006) caracteriza como sendo aquela que tem a combinação entre perguntas fechadas e abertas, possibilitando ao entrevistado discorrer sobre as temáticas em questão, e dessa forma respondendo as questões elaboradas pelo pesquisador.

Portanto, em um primeiro momento, o entrevistado informava como o município de Vera Cruz era representado por ele, em relação ao quadro de vida, condições materiais, laços familiares e participação na vida local. Posteriormente, nessa mesma sequência, o entrevistado informava essas quatro questões norteadoras referentes ao município de Santa Cruz do Sul. Na sequência os entrevistados foram questionados sobre a percepção em relação aos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, propondo uma avaliação entre os dois municípios na condição dos entrevistados relatarem suas percepções em relação aos municípios de origem e destino. Para finalizar a entrevista semiestruturada foi abordado o projeto de vida e visão de futuro dos entrevistados em relação à Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, sendo que estes buscaram relatar seus planos num futuro próximo em relação à residência, trabalho e estudo.

Após a seleção dos entrevistados e a explicação dos objetivos da pesquisa, bem como da importância da sua contribuição, foram aplicados os formulários e na sequência foram realizadas as entrevistas. Ambos foram aplicados somente por um pesquisador, no tempo médio de aproximadamente 25 minutos. As entrevistas foram gravadas através de áudio com auxílio de um smartphone em formato Mp3, com o consentimento dos entrevistados. Posteriormente as entrevistas em áudio foram transcritas para a realização da análise. Todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO C) para utilização das informações pelo pesquisador.

A abordagem dos participantes da pesquisa ocorreu em suas residências, no trabalho ou no local de estudo. Algumas entrevistas foram agendadas com antecedência, porém a grande maioria das entrevistas foi realizada logo após a abordagem dos participantes, tanto nos municípios de Vera Cruz quanto de Santa Cruz do Sul . A pesquisa de campo foi realizada no período de 14 de setembro a 15 de outubro de 2015, em Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, totalizando 22 pessoas entrevistadas.

Os dados empíricos levantados foram categorizados e analisados de acordo com a análise de conteúdo. Sobre a perspectiva da análise de conteúdo, Minayo (2006) discorre:

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequência das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda(p. 307)

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas, sendo que os conteúdos podem ser analisados de várias formas, destacando-se : a análise de expressão, a análise de enunciação, a análise de avaliação e a análise temática. No caso dessa pesquisa se utilizou da análise temática. Essa forma de análise comporta variadas relações, podendo ser representada por uma palavra, frase ou resumo (BARDIN, 1979). Com a análise de conteúdo o “tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia a leitura” (BARDIN, 1979, p. 105).

Para realização da Análise de conteúdo temática, foram definidas as seguintes etapas, de acordo com Minayo (2006):

- I. Leitura do material, buscando evidenciar particularidades, elaborar pressupostos iniciais, escolher formas de classificação e determinar conceitos teóricos que orientarão a análise.
- II. Exploração do material, através do esquema de classificação, buscando distribuir trechos, frases ou fragmentos de cada texto. Fazer uma leitura dialogando com esses trechos, evidenciar o núcleo de sentido desses trechos, reagrupar parte dos trechos por temas e elaborar uma redação por tema.
- III. Elaborar uma síntese interpretativa por meio de uma redação que possa dialogar os temas com os objetivos da pesquisa.

Visando a interpretação dos dados levantados através dos formulários e entrevistas, foram delimitadas categorias de análise que proporcionassem abrangência e aprofundamento na discussão da temática. Para realização da análise de conteúdo dos dados, seguiu-se a seguinte categorização:

- **Quadro de vida:** habitação, infraestrutura, atividades, lazer, meio ambiente, segurança;
- **Laços sociais:** família, amigos, outras pessoas significativas;
- **Condições materiais :** emprego, serviços, estudo;
- **Mobilidade urbana:** meios de locomoção, vias de acesso, custos, trajetos, trânsito, deslocamento.
- **Participação na vida local:** eventos, clubes, igrejas, grupos específicos;

- **Projeto de vida e Visão de Futuro:** de residência, trabalho e estudo.

De acordo com Gil (2008) os procedimentos lógicos que direcionam uma investigação científica provém da escolha do método de abordagem científica. Cada método de abordagem compartilha diferentes abstrações, o que possibilita ao pesquisador vislumbrar o alcance dos seus estudos, de regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações.

Nesta perspectiva, optou-se pelo pressuposto teórico-metodológico do materialismo histórico dialético. Triviños (1987) menciona que o embasamento e a finalidade do conhecimento que provém da abordagem do materialismo dialético auxilia a designar às práticas cotidianas da atividade humana, levando em consideração o contexto histórico e suas contradições. Na perspectiva de Gil:

quando um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico dialético, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (política, jurídica, etc.) é que ele procede à interpretação dos fenômenos observados. (GIL, 2008, p. 22-23)

O materialismo histórico-dialético oferece elementos para compreender o cenário atual e, de acordo com Milton Santos:

Que a dialética seja o meio de chegar à reconstrução da gênese e, desse modo, apontar para o futuro; que seja o contexto, e não as relações de causa e efeito, o guia na reconstituição da geração dos fenômenos; que tempo e espaço não apareçam como categorias isoladas, nem se separe a essência do processo, da função e da forma (SANTOS, 1996, p. 135).

Assim, o materialismo histórico dialético pressupõem que para intervir na realidade a ser pesquisada é necessário conhecê-la, associando à teoria a prática. Sendo que através da compreensão e intervenção do real, gera-se contribuições práticas ao campo a ser estudado (MARX, 1989).

Para refletir e analisar os aspectos sobre o real, suas conexões e relações, o materialismo histórico dialético baseia-se em categorias integrantes de contradição, totalidade, mediação, historicidade, hegemonia, entre outras. Essas categorias são instrumentos que permitem compreender a realidade social devem ser pensadas de acordo com cada tempo e lugar. (CURY, 2000). Para Cury, elas:

[...] não são formas puras que dão conta de toda e qualquer realidade para todo o sempre. Elas são relativas, ao mesmo tempo, ao real e ao pensamento, ou seja, a todo o movimento no real e no pensamento. Daí o fato de tanto pertencerem ao campo do conhecimento, quanto indicarem os aspectos objetivos do fenômeno. As categorias, pois, só se dão como tais no movimento e a partir de um movimento. Consideramos isoladamente, tornam-se abstratas. Presentes em todo fenômeno, isolá-las do movimento

significa torná-las objetos de contemplação e negá-las como um ponto nodal que tenta expressar, pelo movimento do pensamento, o movimento do real. (1985, p.22).

Para construção de conhecimentos sobre o estudo dos deslocamentos pendulares para trabalho e estudo no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul, optou-se por uma abordagem a partir da categoria da contradição. A categoria da contradição é a base conceitual explicativa da dialética, entendida como a lei da dialética. A contradição somente ocorre quando há movimento, sendo assim, ela é o próprio eixo desse desenvolvimento. Dessa maneira, o materialismo histórico dialético permite a compreensão das contradições presentes na sociedade capitalista (CURY, 1985).

O materialismo histórico dialético, enquanto pressuposto teórico-metodológico, possibilita a construção do conhecimento mediante a transversalidade. Para realização da presente pesquisa a escolha do materialismo histórico dialético tornou-se uma importante opção metodológica, com o intuito de caracterizar o fenômeno do deslocamento pendular e suas implicações e contradições no território.

4.2 Perfil dos pendulares entrevistados no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.

A pesquisa empírica, como mencionada anteriormente, foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa ocorreu aplicação do formulário e logo após a realização de entrevistas semiestruturadas. Por ser uma amostra não probabilística a escolha dos entrevistados ocorreu por conveniência, nos municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul, sendo necessário que o entrevistado, no momento da realização da pesquisa, residisse, trabalhasse e/ou estudasse em um desses municípios, realizando deslocamento pendular³.

Foram aplicados 22 formulários e realizadas 22 entrevistas, sendo 11 aplicados para pessoas que realizavam o deslocamento pendular no sentido de Santa Cruz do Sul – Vera Cruz e outros 11 para pessoas que realizavam o deslocamento pendular no sentido de Vera Cruz – Santa Cruz do Sul.

³ Será utilizado neste estudo a definição de deslocamento pendular utilizada na principal fonte de dados existentes atualmente, que é o Censo Demográfico Brasileiro do IBGE. Sendo assim será considerada deslocado pendular, aquela pessoa que ao trabalhar ou estudar com frequência diária ou regular em num município diferente do seu município de residência.

Quadro 06 – Perfil dos Entrevistados que realizam Deslocamento Pendular entre os municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz (2015)

Identificação do Entrevistado	Sentido do deslocamento	Escolaridade	Ocupação	Motivo do deslocamento	Meio de deslocamento	Tempo de deslocamento	Quantos anos trabalha ou estuda em outro município
DP - 01 (Mulher, 52 anos)	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	Ens. Superior Completo	Funcionária Pública	Trabalho	Carro	30 min.	13 anos
DP - 02 (Homem, 31 anos)	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	Ens. Superior Completo	Funcionário Público	Trabalho	Carro	20 min.	06 anos
DP - 03 (Mulher, 24 anos)	Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul	Ens. Médio Completo	Secretária	Trabalho	Ônibus de Linha	40 min.	01 ano
DP - 04 (Homem, 44 anos)	Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul	Ens. Médio Completo	Funcionário na Construção Civil	Trabalho	Ônibus de Linha	30 min.	05 anos
DP - 05 (Homem, 53 anos)	Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul	Ensino Fundamental Incompleto	Safrista	Trabalho	ônibus da Empresa	20 min.	20 anos
DP - 06 (Mulher, 24 anos)	Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul	Ens. Fundamental Incompleto	Safrista	Trabalho	ônibus da Empresa	20 min.	06 anos
DP - 07 (Homem, 48 anos)	Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul	Ens. Fundamental Completo	Safrista	Trabalho	ônibus da Empresa	20 min.	17 anos
DP - 08 (Homem, 28 anos)	Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul	Ens. Médio Completo	Safrista	Trabalho	ônibus da Empresa	20 min.	7 anos
DP - 09 (Mulher, 43 anos)	Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul	Ens. Fundamental Completo	Empregada Doméstica	Trabalho	Ônibus de Linha	15 min.	3 anos
DP - 10 (Mulher, 24 anos)	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	Ens. Médio Completo	Secretária	Trabalho	Ônibus de Linha	25 min.	3 anos
DP - 11 (Mulher, 47 anos)	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	Ens. Médio Completo	Autônoma	Trabalho	Ônibus de Linha	15 min.	22 anos
DP - 12 (Mulher, 63 anos)	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	Ensino Fundamental Incompleto	Autônoma	Trabalho	Ônibus de Linha	25 min.	11 anos
DP - 13 (Mulher, 35 anos)	Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul	Superior Completo	Autônoma	Estudo e Trabalho	Carro	15 min.	15 anos
DP - 14 (Homem, 56 anos)	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	Ens. Médio Completo	Garçom	Trabalho	Carro	10 min	5 anos
DP - 15 (Mulher, 56 anos)	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	Superior Completo	Funcionária Pública	Trabalho	Carro	20 min.	13 anos
DP - 16 (Homem, 46 anos)	Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul	Superior Incompleto	Pensionista	Estudo	Ônibus de Linha	45 min.	03 anos
DP - 17 (Mulher, 29 anos)	Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul	Superior Incompleto	Estudante	Estudo	Carro	15 min.	10 anos
DP - 18 (Homem, 33 anos)	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	Ens. Fundamental Completo	Funcionário na Construção Civil	Trabalho	Carro	30 min.	5 anos
DP - 19 (Mulher, 19 anos)	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	Ens. Médio Completo	Vendedora	Trabalho	Ônibus de Linha	20 min.	2 anos
DP - 20 (Mulher, 46 anos)	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	Superior Completo	Funcionária Pública	Trabalho	Carro	30 min.	15 anos
DP - 21 (Homem, 17 anos)	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	Ensino Médio Incompleto.	Estudante	Estudo	Ônibus de Linha	20 min.	5 anos
DP - 22 (Homem, 23 anos)	Vera Cruz/ Santa Cruz do Sul	Superior Incompleto	Estudante	Estudo	Carro	15 min.	4 anos

Fonte: Levantamento do autor, 2015.

Conforme informações apresentadas no quadro acima, percebe-se que de um total de 11 entrevistados que realizam deslocamento pendular no sentido de Santa Cruz do Sul/Vera Cruz, 07 pessoas são mulheres e 04 são homens. A maioria realiza o deslocamento em função do trabalho (total de 10 pessoas), sendo identificada uma pessoa que realiza o deslocamento motivada por estudo. As ocupações dos entrevistados no município de destino são as seguintes: 04 Funcionários Públicos, 02 autônomos, 01 secretária, 01 funcionário da construção civil, 01 vendedora, 01 garçom e 01 estudante do ensino médio. Referente à escolaridade dos entrevistados, a maioria possui ensino médio ou superior, sendo assim identificados: Ensino Fundamental Incompleto (01 pessoa), Ensino Fundamental Completo (01 pessoa), Ensino Médio Incompleto (01 pessoa), Ensino Médio Completo (04 pessoas) e Ensino Superior (04 pessoas).

Em relação ao meio de deslocamento utilizado pelos entrevistados com destino a Vera Cruz, o automóvel foi mencionado por 06 pessoas e a utilização de ônibus de linha para 05 pessoas, sendo que o tempo de deslocamento do município de Santa Cruz do Sul até Vera Cruz varia de 10 a 30 minutos. Dos entrevistados que residem em Santa Cruz do Sul o tempo de estudo ou trabalho em Vera Cruz varia de acordo com o informado e vai de 02 anos até 22 anos.

A média salarial dos entrevistados que se deslocam para Vera Cruz é de 1,5 salários mínimos. Em relação aos gastos no município de destino, estes giram em média a 5% dos rendimentos mensais, sendo a maior parte utilizada para alimentação e abastecimento com combustível.

Ao observar o sentido do deslocamento de Vera Cruz para Santa Cruz do Sul, observa-se que dos 11 entrevistados que realizam deslocamento pendular nesse sentido, 06 são mulheres e 5 são homens. Desse total, 07 realizam deslocamento motivados pelo trabalho, 04 pelo estudo e 01 por trabalho e estudo. A escolaridade dos 11 entrevistados apresenta-se da seguinte forma: Ensino Fundamental Incompleto (02 pessoas), Ensino Fundamental Completo (02 pessoas), Ensino Médio Completo (03 pessoas), Ensino Superior (01 pessoa) e Ensino Superior Incompleto (03 pessoas).

O meio de deslocamento das pessoas com destino a Santa Cruz do Sul é na maioria o ônibus, sendo que 04 pessoas se deslocam com ônibus de linha e 04 com ônibus da empresa. O restante dos entrevistados (3 pessoas) se deslocam de carro. O tempo de deslocamento varia

entre 15 a 45 minutos, de acordo com o meio de transporte, o trajeto e a localização da residência e o local de trabalho ou estudo.

Dos entrevistados que residem em Vera Cruz o tempo de estudo ou trabalho em Santa Cruz do Sul vai de 01 ano até 20 anos e a média salarial é de 01 salário mínimo. Em relação aos gastos no município de destino estes giram em torno de 10% dos rendimentos mensais, sendo a maior parte utilizada com alimentação, lazer e compras no setor de comércio e de serviços.

A pendularidade para Santa Cruz do Sul não se restringe somente para o trabalho e estudo, a maioria dos entrevistados relatou a ida ao município para visitar familiares e amigos que lá residem, e também se deslocam em busca de atividades de lazer, serviços, bem como para realizar compras, entre outros.

Cabe evidenciar que, de acordo com os pendulares entrevistados de Vera Cruz, a principal motivação para eles irem trabalhar em Santa Cruz do Sul se deve a falta de opções de trabalho no município em que residem. Assim, esses se deslocam pelas oportunidades de trabalho no município vizinho. Em relação ao estudo o deslocamento ocorre principalmente pra cursar o ensino superior.

Ao evidenciar as problemáticas nos trajetos de deslocamento tanto para os pendulares de Vera Cruz como para os de Santa Cruz do Sul as observações foram semelhantes., Primeiramente foram apontadas dificuldades em relação ao trânsito em determinados horários na rodovia que liga as áreas centrais de ambos municípios. Em segundo lugar aparece a problemática ligada aos custos com o deslocamento, principalmente para os que se deslocam em automóveis. Em terceiro aparece à vulnerabilidade no trajeto, seja pela violência em locais do trecho percorrido ou mesmo pela suscetibilidade em sofrer acidentes de trânsito.

Segundo os entrevistados de Santa Cruz do Sul a principal motivação para não se mudarem para o local de trabalho e/ou estudo é por gostarem da cidade onde moram e possuírem familiares residindo na mesma. Já os habitantes de Vera Cruz consideram os custos de moradia mais elevados em Santa Cruz do Sul e optam pelo deslocamento, pois a distancia percorrida não é grande, não gastando muito tempo nos trajetos efetuados.

Através do levantamento cronológico do histórico de residência dos pendulares entrevistados , constatou-se que cerca de 80% dos 22 entrevistados já residiram em outros municípios da região do Vale do Rio Pardo ou do estado do Rio Grande do Sul. A busca por

melhores condições de trabalho, estudo e moradia motivou quase a totalidade dessas migrações.

4.3 Mobilidade e territorialidades no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul: um olhar entre os fatores contextuais e individuais na experiência da pendularidade.

Através da análise do quadro de vida, laços sociais, condições materiais, participação na vida local, mobilidade urbana, projeto de vida e visão de futuro dos pendulares entrevistados nos sentidos Vera Cruz – Santa Cruz do Sul e Santa Cruz do Sul – Vera Cruz, busca-se entender as relações estabelecidas com o território no município de residência e no município de destino para trabalho e/ou estudo. Essas relações propiciam diferentes formas de organização social que se materializam no território, sendo o território entendido como um:

(...) lugar de relações sociais, de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para habitar, viver e produzir (SAQUET, 2007, p. 118).

Nesse contexto Aranha (2005) evidencia que as trajetórias de entradas e saídas nos municípios, geradas pela pendularidade, podem ser realizadas por grupos sociais distintos, sendo que esses grupos podem ainda ocupar postos distintos no mercado de trabalho, o que caracteriza a seletividade dos deslocamentos pendulares.

Nessa perspectiva surgem determinados questionamentos para as análises que seguem na presente dissertação: Qual é o papel dos municípios de Vera Cruz e de Santa Cruz do Sul na vida dos pendulares? Qual a participação dos pendulares na vida local e quais são os laços sociais que estes estabelecem em ambos municípios? O deslocamento é realizado apenas para trabalho e estudo, ou os pendulares realizam outras atividades? Essas entre outras questões surgem ao se questionar sobre os vínculos existentes no território de origem e quais são criados com o território de destino.

Portanto, a essência desses questionamentos permite identificar os grupos sociais que, por meio da mobilidade, estabelecem relações com o espaço vivido e constituem os territórios a partir de características que proporcionam algum tipo de pertencimento e familiaridade, gerando territorialidades. De acordo com Santos (1996) é no cotidiano que o espaço banal⁴ pode ser identificado em sua totalidade e captar as relações do homem com o território, através da corporeidade, individualidade e sociabilidade.

⁴ Espaço banal é o espaço geográfico que, segundo Santos (1996, p.172) “reúne numa mesma logica interna todos os elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas”.

O território do cotidiano, segundo Raffestin (2003), corresponde à territorialização de nossas ações diárias, propiciando suprir nossas necessidades vitais, evidenciando a relação entre pessoas e lugares. “O território do cotidiano é, ao mesmo tempo, aquele da tensão e da distensão, aquele de uma territorialidade imediata, banal e original, previsível e imprevisível. “(...) O cotidiano é vivido simultânea, territorial e linguisticamente. É o habitar por excelência, riqueza e pobreza, banalidade e originalidade, potência e impotência, ao mesmo tempo” (RAFFESTIN, 2003, p.6-7).

Em relação aos deslocamentos pendulares e o cotidiano, Melchior (2008) define que as articulações sociais constituídas no tempo e espaço são identificadas através do cotidiano e os pendulares, através do seu reconhecimento, delimitam seu território e evidenciam traços da sua vida social. Portanto, estudos realizados na área da mobilidade pendular implicam na compreensão da análise da vida social dos pendulares.

Nesse sentido, compreende-se que a cidade apresenta diferentes construções e apropriações territoriais, sendo os pendulares também responsáveis por estas, pois a identificação de um grupo social estabelecido no movimento da pendularidade, possibilitará a identificação e o ordenamento na cidade de novos arranjos espaciais. Haesbaert (2004) afirma que podemos identificar o território no movimento ou pelo movimento. Segundo o autor, estabelecer o controle do espaço não é mais delimitar fronteiras e dominar áreas, mas sim a capacidade de viver em redes, pois através da mobilidade as pessoas também constroem suas identidades e referências espaço-simbólicas. Bonnemaïson (2002) compartilha dessa concepção e, segundo o autor, é no movimento, nas relações e apropriações de diferentes grupos sociais que se desenvolvem territorialidades e se delimitam os territórios.

As novas formas de organização do espaço urbano impulsionam a pendularidade. Há uma generalização do estilo de vida baseado na mobilidade, estando o movimento, enraizado no modo de vida urbano (OJIMA; MARANDOLA JÚNIOR, 2012).

Para Santos (2006, p.222) atualmente, “a mobilidade se tornou praticamente uma regra”, e com a mobilidade pendular as pessoas estão cada vez mais condicionadas a se deslocarem para estudo, lazer, serviços ou trabalho. Segundo Frey e Dota:

A localização diferenciada da população e dos empregos culmina, cada vez mais, no aumento dos deslocamentos diários, tanto para trabalho quanto para atividades básicas, como compras e lazer ou a busca por serviços de saúde. Essa movimentação constante, possível a partir do desenvolvimento dos sistemas de comunicação e transportes, torna-se cada vez mais abrangente, principalmente pela posse de automóveis não ser mais exclusiva das classes

mais abastadas. Cria-se, desta forma, uma sociedade assentada na fluidez, onde a mobilidade antes esporádica passa a se constituir cotidiana (FREY; DOTA. 2013, p. 327)

Na perspectiva de Correa (2006) os deslocamentos podem ser percebidos como parte integrante do processo de transformação social nos territórios e não como um simples deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação. Nesse sentido as relações vividas nos locais de origem e de destino permite uma análise que priorize a compreensão dessas relações, com intuito de explicitar como se estrutura a dinâmica populacional nesse arranjo, o que leva a uma necessária articulação entre áreas e municípios, no caso Santa Cruz do Sul e Vera Cruz.

Nesse contexto os deslocamentos contínuos e com frequência diária (comutação) podem ser observados no arranjo populacional de Santa Cruz do Sul, sendo que os movimentos pendulares tem uma grande importância na dinâmica populacional desse arranjo. A problemática a ser considerada é regional, embora a mesma esteja assentada no recorte ou na escala territorial entre dois municípios que formam o Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul. Esse recorte nos induz a uma abordagem qualitativa de questionamentos. Cabe ainda mencionar que os deslocamentos pendulares realizados entre esses dois municípios devem ser compreendidos à luz de seus contextos históricos (divisão territorial do trabalho, expansão do mercado imobiliário, etc.). Nesse sentido os estudos sobre os movimentos pendulares contribuem para compreender os processos de urbanização e de suas especificidades, mas também nos permitem melhor compreender as características que marcam a sociedade urbana.

A partir das informações levantadas e analisadas via pesquisa de campo, observa-se a interação e o relacionamento dos pendulares entre esses dois municípios que compõem o Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul, evidenciando que há particularidades em como os pendulares percebem os locais de origem e de destino. Assim, nos subcapítulos que seguiremos apresentaremos os resultados das entrevistas realizadas com os atores dos deslocamentos pendulares, ou seja, os trabalhadores e estudantes que se deslocam diariamente ou regularmente.

4.3.1 Relação dos pendulares com o município de residência (Origem)⁵

Os pendulares entrevistados que residem em Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, relataram suas percepções e vivências no território de origem. As entrevistas realizadas evidenciam as particularidades na relação com o território, sendo, em um primeiro momento, apresentados aspectos como afinidades, benefícios, reclamações e reivindicações em relação ao município de origem. Nesse sentido, a “pendulariedade é motivada pela construção de relações sociais no âmbito da família e com os vizinhos, estabelecidas na cidade de origem” (STAMM ; STADUTO, 2008, p. 143).

Segundo dados coletados na pesquisa de campo, a afinidade dos pendulares é estabelecida principalmente com o município de origem. Assim, dos 22 entrevistados, sendo 11 em Vera Cruz e 11 em Santa Cruz do Sul, 95 % dos pendulares de Santa Cruz do Sul afirmam ter afinidade com o município de residência, comparado a 90% dos entrevistados que residem em Vera Cruz.

Na relação com o município de origem, de acordo com Melchior (2013), é que os pendulares estabelecem relações de afinidade, apropriação, de territorialidade e assim reivindicam que sejam realizadas melhorias em seu território, beneficiando sua vivência. Portanto o município de residência não é somente utilizado como dormitório pelos pendulares, mas como um espaço constituído de familiaridade, que possui uma identificação onde está fixada sua base (OLIVEIRA, 2013).

Já em relação às reclamações ou reivindicações, os entrevistados residentes de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul se referiram a estas especialmente quando questionados sobre seu quadro de vida nos municípios. Nessa perspectiva foram apontadas questões como a falta de emprego, altos valores na aquisição de imóveis, faltas de opções de lazer, necessidade de melhoria na infraestrutura urbana e segurança.

Sobre os residentes de Vera Cruz estes relatam a pouca opção de lazer, a falta de opções de bares, restaurantes e festas. O município tem uma população relativamente menor se comparada a de Santa Cruz do Sul e como está próximo a este município não possui uma grande demanda por serviços e não atrai investimentos. A entrevistada abaixo relata o seguinte:

A cidade não tem nada de lazer e as pessoas não se preocupam, ou melhor os órgãos públicos não se preocupam com isso. Acho Vera Cruz uma cidade

⁵ Na pesquisa os termos destino e origem variam de acordo com a localizam de residência e trabalho e/ou estudo dos pendulares.

conhecida como uma cidade moradia, e as pessoas já tem em mente que se tentar abrir algum estabelecimento comercial, um bom restaurante ou um bar para divertimento não vai dar certo. Aqui não funciona, então já tem esse pensamento! (DP-13/Mulher, 35 anos).

Conforme observado na fala de DP-13 o município de Vera Cruz possui poucas opções de estabelecimentos comerciais, como bares e restaurante.. Conforme apresentado anteriormente no trabalho, Santa Cruz do Sul desempenha uma centralidade na região, existindo nesse município uma oferta maior de serviços especializados (como bares, restaurantes, festas). Nesse sentido, muitas pessoas de Vera Cruz durante a semana ou finais de semana se deslocam para Santa Cruz do Sul, para desfrutarem de serviços mais variados e especializados.

Ainda em relação ao município de Vera Cruz alguns dos entrevistados observaram que este não possui um parque público adequado para prática de esportes, sendo que os locais públicos, como as praças, não possuem manutenção e equipamentos adequados para sua utilização. Assim, os residentes muitas vezes ficam restritos ao espaço do seu domicílio e do convívio dos seus familiares, conforme evidencia DP-04:

Não tem muita opção de lazer aqui em Vera Cruz, faz falta um parque público com estrutura pra prática esportiva em que a família possa ir aos finais de tarde e finais de semana, ou até mesmo uma praça com melhor estrutura aqui no bairro” (DP-04/Homem, 44 anos).

Aqui em Vera Cruz falta lazer, opções, falta cultura, os restaurantes são pouquíssimos. À noite então, eu procuro somente em Santa Cruz do Sul, por aqui não tem opção! (DP – 13 / Mulher, 35 anos).

Atividade de lazer aqui no bairro quase não tem, tem uma praça mas ela é só um campo aberto, não tem campinho, brinquedos para crianças e nem equipamentos de ginástica. E quando pretendemos fazer algo de lazer procuramos Santa Cruz do Sul (DP – 03 / Mulher, 24 anos).

Os espaços públicos de lazer possuem grande importância na vida em sociedade nas pequenas, médias e grandes cidades. O que transforma um simples espaço em um espaço público são as ações que um grupo de pessoas desenvolvem nele. O poder público poderá e necessita ofertar a população locais que possam ser utilizados como espaços públicos, mas esses espaços de uso comum, são muito raros nas cidades, são os parques, as praças, locais para a realização de eventos culturais, entre outros (RAITZ ; SANTOS, 2009).

Estes espaços são fundamentais para construção da vida social, ainda mais para os pendulares que estão fora de seu município grande parte do temp. Nesse sentido, a apropriação dos espaços públicos pelos pendulares possibilita através do uso comum à troca de experiências e vivências, expressando suas territorialidades.

Para melhor entendermos a importância dos espaços públicos e de lazer em pequenas e médias cidades Marcelino (1996, p.03) define lazer como:

1. Cultura vivenciada no “tempo disponível” das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinado os aspectos tempo e atitude; 2. Fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente; 3. Um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem para mudanças de ordem moral e cultural; 4. portador de um duplo aspecto educativo – veículo e objeto da educação. O lazer é entendido como a cultura vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. É fundamental como traço definidor, o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa.” (MARCELINO, 1996, p. 3)

O acesso ao lazer possibilita diretamente a melhora da qualidade de vida, assim é de fundamental importância que os gestores municipais deem mais atenção ao lazer. Os pendulares residentes de Vera Cruz já realizam o deslocamento regularmente para trabalho e/ou estudo, portanto o deslocamento em busca de lazer no município de Santa Cruz do Sul implica em custos e gasto de tempo adicionais.

Muitos relatos em relação à Vera Cruz evidenciaram a pouca opção de lazer, que poderia então favorecer a melhor qualidade de vida no município, sendo evidenciado que isso se deve muito a falta de um planejamento urbano municipal . Assim, a reivindicação pela melhoria na infraestrutura dos bairros de Vera Cruz aparece de forma frequente na fala dos entrevistados. Muitas ruas dos bairros da cidade e próximo ao centro não possuem calçamento, iluminação e espaço público para lazer adequados.

O ponto negativo é a violência que está aumentando o trânsito é complicado, principalmente no trecho Vera Cruz até Santa Cruz do Sul, acho que tanto pra nós como para eles que vem.

Olha, em Vera Cruz é bem mais em conta o preço dos terrenos. Nós compramos aqui esse terreno e construímos a casa, porém as ruas do bairro não estão muito boas, e a iluminação também. Não tem praça aqui próximo, faz falta, só um ginásio para prática esportiva na escola. (DP – 04 / Homem, 44 anos).

Eu moro com minha mãe em Vera Cruz em terrenos que foram loteados há poucos anos, as condições de habitação são boas e não pagamos aluguel. Agora a infraestrutura do nosso bairro está meio precária, pois falta iluminação pública e a rua não tem asfalto e espaços públicos. (DP – 03 / Mulher, 24 anos).

De acordo com DP-3 a infraestrutura urbana de alguns loteamentos nos bairros do município de Vera Cruz não estão adequados para suas vivências diárias, implicando em problemas para a qualidade de vida no município de residência.

Para Oliveira e Benaduce (2011) a expansão física das cidades, é resultado do crescimento demográfico e econômico, gerando assim a expansão da área urbanizada com a criação de novos loteamentos, conjuntos habitacionais, áreas indústrias ou como resultado dos adensamentos que se processam nas áreas já urbanizadas e construídas. Dessa forma o espaço urbano não é constituído somente pela combinação das áreas edificadas e áreas livres, interligadas por vias de acesso, mas sim, outros sistemas são desenvolvidos objetivando melhorar o desempenho dos espaços urbanos.

Vera Cruz na década de 1990 aos anos 2000 teve uma significativa expansão demográfica, com a ocupação irregular de áreas urbanas periféricas, ocasionando na ausência de planejamento para receber esta expansão.

Para Barcellos (2002) a infraestrutura urbana deve ser planejada pelos gestores, sendo questões relacionadas a ela amparadas por políticas municipais que determinam o desenvolvimento urbano, visando verificar se ainda haverá crescimento físico ou não de uma área urbana para determinar as ocupações e seus usos. Assim a infraestrutura urbana visa promover adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança, possibilitando a gerência e desenvolvimento da cidade.

Por outro lado o preço dos imóveis e habitação é mais acessível no município se comparado a Santa Cruz do Sul. Outro aspecto que ficou evidenciado no relato de alguns entrevistados foi à falta de segurança, o aumento da violência com a prática de assaltos e os furtos a residências nos últimos anos.

Os entrevistados cuja origem é o município de Santa Cruz observaram questões relacionadas a segurança, valor elevado de imóveis e infraestrutura. Também evidenciaram alguns benefícios em residir no município, como melhores oportunidades de trabalho, lazer, ensino e demais serviços.

Segundo Villaça (1993), a escolha do local de residência está vinculado aos seguintes fatores: primeiramente ao preço, que deve se encaixar no orçamento, em segundo lugar a localização, que deve permitir a continuidade com o vínculo empregatício e, por fim, as condições de infraestrutura. Esses fatores podem explicar a localização espacial da população.

Praticamente todos os municípios da Região do Vale do Rio Pardo, entre eles Vera Cruz, utilizam-se das estruturas de transportes, comunicações, universidades, centros de pesquisas e de formação de mão de obra e serviços de saúde localizadas em Santa Cruz do

Sul, com exceção de alguns serviços mais complexos e especializados, disponíveis apenas na Região Metropolitana de Porto Alegre e entorno (BERTÊ. et al 2016).

Devido a essa centralidade muitas pessoas migraram ou se deslocaram pendularmente para Santa Cruz do Sul nos últimos anos, em busca de melhores condições de vida e acesso a serviços diversificados que não existem ou não são satisfatórios em seus municípios.

No entanto, o aumento da violência no município de Santa Cruz do Sul foi relatado pelos entrevistados, principalmente o aumento dos roubos e furtos a pedestres, motoristas e residências, sendo estes efetuados tanto na área central e nos bairros. Um dos entrevistados relata que “em Santa Cruz do Sul moro no bairro Bom Jesus, não gosto muito de morar lá, mas já me acostumei agora, mas a violência é bem maior comparado a Vera Cruz. Tem que ter cuidado ao sair na rua e em casa mesmo” (DP – 21 / Homem, 17 anos).

Cabe ao Estado à gestão sobre a cidade, que conforme ressalta Rodrigues (2003. p.20)

Dentre os agentes que produzem o espaço urbano, destaca-se o Estado, que tem presença marcante na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivo necessários à vida nas cidades. Entre os consumos coletivos mais importantes no atual contexto histórico, destacam-se: abastecimento de água, luz, telefone e a instalação de redes correspondentes; sistema viário e transporte coletivo; espaços de lazer e esportes, equipamentos e serviços de saúde, educação e habitação para as chamadas classes populares.

Atualmente ocorre a necessidade de pensarmos as políticas do espaço urbano transcendendo a mera logística da disposição dos objetos e serviços na área urbana e levar em maior consideração os espaços do habitar , espaços do conviver, interagir e se locomover que objetivem uma melhor qualidade de vida (LEFEBVRE, 2008).

O habitar possui as características elementares da vida urbana: a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos e dos modelos culturais. Dessa forma o habitar deve ser pensado como funcionalidade essencial do modo de vida urbano (LEFEBVRE, 2008).

Em relação aos valores de imóveis, seja para compra ou aluguel em Santa Cruz do Sul, os pesquisados relatam que a área central e bairros do entorno da cidade e proximidades da UNISC são mais valorizados. A opção, para grande parte dos entrevistados, é comprar ou alugar uma residência em bairros periféricos da cidade, que possuem menor valor.

Nos bairros a falta de espaços de lazer, como praças e ciclovias também foram apontadas pelos residentes de Santa Cruz do Sul, como relata o entrevistado abaixo que reside no bairro Vila Nova:

O bairro aqui está melhorando, é afastado do centro de Santa Cruz, mas tem ônibus seguido. No bairro tem uma praça que esta abandonada, é um campo,

que os moradores precisam limpar, passa as torres de energia da AESUL. Aqui também, se não é os moradores limparem fica tudo jogado, o mato cresce. De lazer no bairro está complicado, tem o distrito industrial, que tem uma ciclovia e calçada, o pessoal costuma caminhar lá (DP-18/Homem, 33 anos).

Melchior (2008) ressalva que os deslocamentos que se desencadeiam em determinadas aglomerações urbanas necessitam ser dimensionados, pois acarretam na incidência e oscilação de demandas por serviços, equipamentos e políticas públicas, colocando populações e administrações municipais em grau de maior vulnerabilidade.

Os pendulares entrevistados que residem em Vera Cruz e os de Santa Cruz do Sul, apresentam uma visão diferenciada dos seus municípios de origem, porém os seus vínculos com o território são destacados.

Vera Cruz é um município pequeno, a população é bem menor que Santa Cruz, por isso é mais tranquilo morar aqui, a gente conhece melhor as pessoas, e tudo é mais próximo, não perde tempo no trânsito. O problema é não ter uma oferta maior de serviços e diferentes lugares de lazer, não tem muita opção de restaurante, bares e festas, acabamos indo para Santa Cruz (DP – 22 / Homem, 23 anos).

As condições materiais do município de Vera Cruz, sobretudo ligadas à questão da empregabilidade, obtiveram destaque na fala dos residentes, principalmente a falta de emprego, mas também a pouca diversidade de serviços e estabelecimentos de ensino que propiciem maior qualificação. Em relação ao emprego, Vera Cruz tem poucas oportunidades de trabalho e isso se deve a poucos estabelecimentos principalmente industriais no município “ *emprego está complicado em Vera Cruz, existe muito pouco lugar pra trabalhar, são poucas fábricas aqui no município*” (DP – 05 / Homem, 53 anos).

Segundo relatos dos próprios entrevistados muitos postos de trabalho foram fechados devido à saída de empresas do município nos últimos anos. Segundo o relato da entrevistada DP-17 “*em Vera Cruz tem poucas fábricas são 2 ou 3. Nos últimos anos muitas saíram do município, e os empregos que tem na cidade são para quem tem pouca qualificação, se tem graduação ou mestrado vai ter mais oportunidades em Santa Cruz do Sul*” (DP – 17 / Mulher, 29 anos).

A diminuição da oferta de trabalho é preocupante no município, pois Vera Cruz concentra os ramos de couro e calçados, vestuário e acessórios e informática. Justamente importantes estabelecimentos que trabalhavam com couro e calçados fecharam em 2015, desempregando centenas de pessoas (BERTÊ. et al 2016)

No relato que segue a fala de um outro entrevistado evidencia o fechamento recente de fábricas no município: *“as condições de emprego não estão muito boas, a maioria procura trabalho em Santa Cruz do Sul. Nos últimos meses fábricas aqui na cidade fecharam”* (DP – 04 / Homem, 44 anos) . Ainda, segundo a entrevistada:

(...) Santa Cruz do Sul posso dizer que tem mais acesso a serviços, porém os custos de vida são maiores e a cidade é mais agitada,. Sobretudo na questão do trânsito e circulação de pessoas, vem gente de toda a região em busca de serviços (DP – 01 / Mulher, 52 anos) .

As oportunidades de seguir estudando e de cursar, por exemplo, o ensino superior em Santa Cruz do Sul também foram questões ressaltadas pelos entrevistados:

(...)acredito que a cidade possibilita uma acessibilidade maior aos estudos, por ter uma universidade e faculdades, assim facilita quem mora em Santa Cruz do Sul ter uma formação que proporcione uma maior remuneração no futuro (DP – 01 / Mulher, 52 anos) .

Os municípios com maior concentração de empregados na Indústria de Transformação gerando maior percentual de empregos, estão localizados na região central do Vale do Rio Pardo, e apresentam maior diversificação nos segmentos do setor (BERTÊ. et al 2016). Santa Cruz do Sul, por exemplo, concentra principalmente os ramos de fabricação de produtos do fumo, de borracha e material plástico, de produtos alimentícios e de produtos de metal. As diferentes oportunidades de trabalho para os que possuem pouca qualificação e para os mais qualificados é outro fator que atrai muitos trabalhadores para Santa Cruz do Sul (BERTÊ. et al 2016).

O município de Vera Cruz, segundo os entrevistados, apresenta apenas serviços básicos de educação e saúde a população. Segundo relato da entrevistada DP-03 a *“busca por serviços acontece em Vera Cruz mesmo, tem posto de saúde no bairro, quando precisa de um médico ou dentista. Tem uma creche no bairro onde deixo o meu filho e a escola é próxima também”* (DP – 03 / Mulher, 24 anos) .

Referente à mobilidade urbana nos municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul, houve relatos distintos dos residentes. O município de Santa Cruz do Sul, por concentrar grande parte da população regional, apresenta igualmente maiores problemas nessa área, sendo que o deslocamento na cidade foi evidenciado como uma problemática urbana que merece atenção. Segundo Sanson (1986) com o crescimento das cidades, crescem também rapidamente as pressões para o fortalecimento de serviços públicos, tais como: água, luz, escolas, saúde pública, saneamento (esgotos, coleta de lixo), facilidades públicas de lazer,

assistência social, serviços públicos de apoio à produção (infra-estrutura de transporte para trabalhadores e cargas, combate à poluição etc.).

Assim, o planejamento viário foi levantado como fator a ser repensado pelos gestores do município. O aumento do trânsito principalmente de carros no município, implica em mais áreas para estacionamento, em vias com maior fluidez e segurança para transitar. A entrevistada DP-14 informa o seguinte:

(...) gosto muito de Santa Cruz do Sul, a única coisa que eu acho que é um problema, que muitos estão se queixando do trânsito, são muitos carros nas ruas, tu não encontra estacionamentos, se perde muito tempo às vezes” (DP-13/Mulher, 35 anos).

O trânsito na cidade de Santa Cruz do Sul, na área central, proximidades como o bairro Universitário e Arroio Grande também foram mencionadas pelos entrevistados. Na área central a falta de estacionamentos e os congestionamentos frequentes em determinados horários foram observados pelos entrevistados. Outra reclamação foi a dificuldade e o aumento de tempo gasto no deslocamento dos bairros da zona sul do município, como o bairro Arroio Grande, onde o trânsito é intenso nos horários de saída para trabalhar e estudar e no retorno para residência. A entrevistada que reside na Zona Sul da cidade informa:

vou trabalhar de carro em Vera Cruz, levo cerca de 30 minutos se deslocando, o que me desagrada no deslocamento é o trânsito, principalmente na saída de casa,. Eu moro no bairro Esmeralda e me desloco pelo Arroio Grande, procuro sair mais cedo, pois o congestionamento é grande nessa região (DP – 20 / Mulher, 46 anos).

O trajeto nos deslocamentos de casa e trabalho estão cada vez ficando maiores e com vulnerabilidades, pois os desafios de deslocamento que anteriormente eram basicamente restritos aos contextos metropolitanos, atualmente tendem a se expandir para realidades não metropolitanas, como é caso do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul. Esses desafios da pendularidade são oriundos das mudanças na produção e consumo do espaço urbano, que cada vez mais esta condicionado por uma sociedade caracterizada pela mobilidade (URRY, 2007).

Na pesquisa o acesso a UNISC pela Avenida Independência, também foi alvo de observações pelos entrevistados que se deslocam nesse trajeto, sobretudo pela grande intensidade do trânsito que acarreta em dificuldades no deslocamento de tempo da residência até a Universidade.

Já o município de Vera Cruz, por apresentar uma população menor, tem um fluxo de veículos menor na cidade, assim quase não surgiram relatos por parte dos residentes do município quanto às dificuldades de deslocamento.

No que se refere aos laços sociais, os entrevistados residentes em Santa Cruz do Sul possuem familiares, amigos e outras pessoas significativas no seu convívio social e que residem no município, o que reflete que existe um vínculo maior com o território de origem. A entrevistada evidencia: *“gosto muito de Santa Cruz do Sul, pois é uma cidade que conheço desde pequena, tenho amigos e familiares na cidade”* (DP – 01 / Mulher, 52 anos).

Já os pendulares entrevistados em Vera Cruz também possuem familiares, amigos e outras pessoas significativas no município, sendo que os laços sociais ficaram mais evidentes na fala dos pesquisados. Conforme a entrevistada DP-03 *“minha família é de Vera Cruz, moro com minha mãe e tenho irmãos aqui, meus amigos também são maioria daqui”* (DP – 03 / Mulher, 23 anos). Outro entrevistado relata o seguinte: *“meus familiares são daqui de Vera Cruz a maioria, tenho muitos conhecidos aqui no bairro também, conheço e converso com os vizinhos, a comunidade é bem unida”* DP – 07 / Homem, 47 anos).

Portanto há um vínculo com o território de origem na percepção desses pendulares, sendo que em Vera Cruz, de acordo com os dados coletados, ficou mais evidente nos relatos, devido à proximidade, e convivência maior entre familiares, amigos e vizinhos.

Os entrevistados conseguem caracterizar em linhas gerais o seu município de residência e o município de destino para trabalho ou estudo, demonstrando relações específicas que se constroem entre Vera Cruz e Santa Cruz do Sul. Assim, questões como trabalho, qualidade de vida, custo de vida, trânsito foram recorrentes para especificar as características que imprimem olhares diferenciados sobre os dois municípios.

Os residentes pendulares de Santa Cruz do Sul, caracterizam os municípios de residência e destino como:

(...) a integração comunitária maior em Vera Cruz, existe um clima de cidade interiorana, os vizinhos se cumprimentam, se conhecem. Tem a gincana do município que demonstra essa integração comunitária da cidade. E Santa Cruz do Sul posso dizer que tem mais acesso a serviços, porém os custos de vida são maiores e a cidade é mais agitada, na questão de trânsito e circulação de pessoas.(DP – 01 / Mulher, 52 anos).

Gosto de morar em Santa Cruz é mais agitado! Tem mais opção pra sair à noite e no final de semana. Acho que Vera Cruz é bem parado, não tem tanto movimento e faltam opções (DP – 19 / Mulher, 19 anos).

Gosto de morar em Santa Cruz do Sul pois tem mais opção no geral, comparado a outros municípios da região. Também tenho filhas que querem continuar estudando, e aqui tem opção de cursos superior, sendo melhor viver aqui, pela questão de proximidade (DP – 20 / Mulher, 46 anos).

Portanto, os entrevistados pendulares de Santa Cruz do Sul reconhecem no município maiores oportunidades de trabalho, mais acesso a serviços como o ensino superior e mais opções de lazer, como bares, restaurantes e festas.

A questão econômica chama a atenção, é o que vejo de maior diferença. Considero Santa Cruz do Sul com uma dinâmica econômica maior, maior número de indústrias e serviços. E justamente devido a isso os processos de segregação e exclusão social são mais evidentes na cidade, a pobreza é mais visível na cidade de Santa Cruz. Vera Cruz já é uma cidade menor aparenta melhor qualidade de vida, e por ser próxima a Santa Cruz quem mora lá pode usufruir dos serviços dessa cidade (DP – 02 / Homem, 31 anos).

Contudo, esses residentes também reconhecem no município problemáticas relacionadas à pobreza e ao custo de vida elevado, sobretudo pela presença de imóveis com valores mais altos. Em relação aos tamanhos das cidades e custo de vida, Fava (1984, p. 172) pondera que:

(...) tudo indica que viver em cidades maiores, além de implicar maiores necessidades de certos bens e serviços significa também ter que pagar preços mais elevados por eles. Isto equivale a dizer que famílias que residem em áreas rurais ou em áreas urbanas de diferentes tamanhos e que têm rendas nominais iguais têm poder aquisitivo distinto, que varia inversamente com o tamanho urbano.

Os residentes pendulares de Vera Cruz reconhecem no município de residência benefícios, quando mencionam a tranquilidade do município em relação ao trânsito, que é menos intenso, e ainda ao fato de poderem desfrutar a possibilidade de uma vida em um ritmo mais lento de modo geral. Outro aspecto evidenciado foi a menor incidência de criminalidade no município. Porém, os entrevistados reconhecem que encontram no município de destino mais oportunidades de trabalho, estudo e lazer:

Gosto muito de Vera Cruz por ser uma cidade menor e mais calma, mais tranquila, não tem muito movimento, tudo é mais próximo, pertinho, não perde tempo se deslocando pela cidade ((DP – 13 / Mulher, 35 anos).

A diferença que vejo nessas cidades é que Santa Cruz do Sul tem mais emprego, aqui em Vera Cruz não tem muitas oportunidades, e muitas empresas estão fechando aqui em Vera Cruz, em Santa Cruz do Sul não está assim. Essa diferença que acho que é maior! (DP – 09 / Mulher, 43 anos).

Vera Cruz é um local calmo para viver, para morar, residir com a família, mas o problema é emprego que não tem! Enquanto Santa Cruz do Sul é uma cidade bem maior, com mais estrutura e tem mais oportunidades de trabalho e estudo também (DP – 07 / Homem, 48 anos).

Vera Cruz é calmo, bom pra viver com a família, criar os filhos, é bem próxima da cidade de Santa Cruz, só que não tem tanta opção de lazer. Já Santa Cruz, é maior, mais pessoas, tem mais serviços, comércio, mais oportunidades de trabalho (DP – 16 / Homem, 46 anos).

Portanto os pendulares entrevistados que residem em Vera Cruz reconhecem que residir no município apresenta também benefícios, como tranquilidade, qualidade de vida e essas questões proporcionam um ambiente social mais agradável, comunitário e familiar. A problemática central do município no momento gira em torno da questão do trabalho. Assim, esses pendulares percebem no município de Santa Cruz do Sul a oportunidade de sanar essa problemática específica verificada no seu município de residência. O número de deslocamentos pendulares no sentido Vera Cruz/Santa Cruz do Sul tem aumentado de forma significativa nos últimos anos, mostrando que a população residente em Vera Cruz tem se deslocando de forma intensa para trabalhar e estudar, mas também em busca de serviços especializados e de lazer.

4.3.2 Relação dos pendulares com o município de trabalho e/ou estudo (Destino)

A relação nos Arranjos Populacionais condiciona e é condicionada pela integração e interdependência entre municípios, sendo que os direcionamentos de seus fluxos se limitam a áreas onde a fluidez a partir da mobilidade pendular possibilita o acesso diário ao trabalho ou outra atividade que não necessariamente ocorra próximo ao local de moradia (FREY ; DOTA, 2013).

A relação dos pendulares entrevistados de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz com o município de destino ocorre de maneiras distintas, apresentando intensidade diferenciada quanto ao fluxo e nas interações com esse arranjo populacional em particular. Assim os pendulares se apropriam do território de formas diferenciadas e estabelecem relações de proximidade com o município de origem e de destino. Referente à ação dos pendulares sobre o território, Oliveira (2013, p08) destaca que os pendulares estão:

(...)se movimentando diariamente, não como uma máquina, mas como um ser que age sob o espaço vivido, assim é impossível não expressar essas relações. Um exemplo, é que no próprio meio de transporte que utiliza, ele consegue interagir socialmente, não é um simples ir e vir de todos os dias, mas uma forma que encontrou para expressar sua identidade.

Segundo Marandola Jr. (2008), no contexto de concentrações urbanas, as pessoas deslocam-se em trajetos regionais, isso implica efetivamente na diminuição dos mecanismos de proteção existencial, por sair do seu território de origem dos vínculos com a sua residência, família e comunidade.

Referente à avaliação do quadro de vida no município de Vera Cruz, os entrevistados pendulares que se deslocam para este município reconhecem em Vera Cruz um lugar com

uma qualidade de vida melhor, devido ao município possuir uma população menor, ter áreas arborizadas, fluidez no trânsito, entre outros.

Já residi em Vera Cruz, considero a cidade mais calma, pois é menor em número de habitantes. Acho mais organizada, existe uma integração social maior, na comunidade, conhecia meus vizinhos e conversava com frequência com a maioria. Pelo que sei a moradia tem um custo menor em Vera Cruz, quando morava lá em vera cruz consegui comprar um terreno em área melhor e maior para construir minha casa, se fosse construir em Santa Cruz teria que ser em um bairro mais afastado do centro (DP – 01 / Mulher, 52 anos).

Na concepção de Stutzer e Frey (2008), a mobilidade pendular pode ser uma experiência desgastante para muitas pessoas, pois é realizada cinco vezes por semana ou com certa regularidade durante os dias úteis da semana. Para outras pessoas pode ser cômoda, garantindo um bom local de trabalho e residência. O trajeto de casa para o trabalho e o retorno, é um aspecto importante a ser considerado nas vivências dos pendulares, pois acaba direta e indiretamente afetando o bem estar daqueles que se deslocam.

Os pendulares entrevistados que se deslocam para Vera Cruz relatam elucidam possíveis qualidades atrativas em se residir no município, como por exemplo: “*a parte de viver a vida com o verde e menos poluição é melhor em Vera Cruz, a água de Santa Cruz é ruim, muito cloro, não da pra tomar, pois é muito forte*” (DP – 15 / Mulher, 56 anos).

O entrevistado DP – 02, faz menção à qualidade de vida presente no município:

Trabalho em Vera Cruz e estudo e resido com os meus pais em Santa Cruz do Sul. Eu gosto da cidade de Vera Cruz, da organização da cidade, sei que os custos de moradia na cidade são menores, e acho que a cidade deve ter uma qualidade de vida melhor! Como falei anteriormente, trabalho em Vera Cruz, pois passei no concurso lá. (DP – 02 / Homem, 31 anos).

Ao mesmo tempo em que menciona a qualidade de vida o entrevistado parece reconhecer as dificuldades em relação ao mercado de trabalho no município e deixa explícito em sua fala que trabalha lá, pois passou num concurso nesse município, e, devido à estabilidade, realiza o deslocamento pendular para trabalho.

Além de questões referentes ao deslocamento para trabalho e estudo surgiram ainda relatos no que concerne a questão da mobilidade urbana. Assim, no tocante a mobilidade urbana o município de Santa Cruz do Sul o pesquisado abaixo observa que :

Vera Cruz tem uma tranquilidade, as pessoas a maioria se conhecem, Santa Cruz do Sul é mais agitada, o trânsito é maior, ainda mais eu que moro pro lado do Arroio Grande, tem horários que é complicado, muito movimentado, perco muito tempo me deslocando dentro da cidade de Santa Cruz do Sul (DP – 14 / Homem, 56 anos).

O entrevistado discorre que *“em Santa Cruz do Sul está tudo mais caro, o aluguel, terreno ou casa tem valor maior. Lá em Santa Cruz do Sul tu compra um imóvel em um bairro enquanto aqui em Vera Cruz tu compraria no centro(...)”* (DP – 11 / Mulher, 47 anos).

Referente aos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz a análise das entrevistas quanto ao local de destino para trabalho ou estudo apontou uma percepção dos pendulares de melhores condições de trabalho em Santa Cruz do Sul se comparada a Vera Cruz. Uma maior oferta de empregos no município de Santa Cruz do Sul foi ressaltada por muitos pendulares, *“(...) para trabalhar é melhor Santa Cruz, acho melhor lá, olha por exemplo eu, eu saio da firma de fumo da safra e já começo na metalúrgica Mor, sempre tem trabalho. Saio de uma, fico uma semana parado e já consigo na outra”* (DP – 05 /Homem, 53 anos). Na percepção dessa outra entrevista novamente a falta de trabalho foi evidenciada no seu relato *(...) Santa Cruz do Sul tem mais emprego, aqui em Vera Cruz não tem muitas oportunidades, e muitas empresas estão fechando aqui em Vera Cruz, em Santa Cruz do Sul não está assim!* (DP – 09 / Mulher, 43 anos).

A totalidade dos pendulares entrevistados que saem de Vera Cruz para Santa Cruz do Sul se deslocam devido ao estudo, sendo que todos cursam o ensino superior. Cabe salientar que além dos gastos com o serviço de educação, esses pendulares possuem outros gastos na cidade de destino, como alimentação, material escolar, fotocópia, transporte e lazer, entre outros.

Partindo do pressuposto de Martins (1986) que as relações com o município de destino são mediatizadas pelo capital, o deslocamento possibilita que ocorram novas oportunidades e melhorias relacionadas ao mercado de trabalho. Assim, esses pendulares são atraídos para Santa Cruz do Sul, que tem potencialmente um número maior de postos de trabalho.

A relação dos pendulares santa-cruzenses com o município de Vera Cruz, na maioria dos casos, está ligado às questões de trabalho. A ida ao município é para realização da jornada de trabalho, sendo que esta varia de 20 a 40 horas semanais.

A maioria dos pendulares entrevistados se deslocam de ônibus de linha ou da empresa em que trabalha. O trajeto de ônibus pode ser considerado um espaço de socialização em que pessoas, com motivações semelhantes de estudar e trabalhar, convivem e de certo modo interagem.

No entanto, o deslocamento entre a origem e o destino pode igualmente ocorrer sem estabelecer se estabelecer contato ou vínculos sociais ao longo do trajeto. Nesse deslocamento

específico as pessoas por vezes ficam vulneráveis, pois não gozam dos mecanismos de proteção ligados ao lugar e à comunidade. (MARANDOLA JR., 2008).

Além disso, para Junqueira Filho (2002) passa-se muito tempo no carro ou no transporte coletivo e, devido à distância ou por causa da trafegabilidade do trânsito, ocorre um aumento nos custos de deslocamento e na mesma proporção aumentam as necessidades de melhorias na infraestrutura. Os problemas decorrentes do trânsito, infraestrutura viária e os sistemas de transportes públicos, necessitam de um planejamento e gestão compartilhada para se resolver numa região funcional integrada.

Para os pendulares entrevistados que se deslocam entre Santa Cruz do Sul e Vera Cruz pela RS412, a grande problemática pela maioria relatada é a insegurança em se deslocar por esse trajeto, principalmente a noite. A entrevistada que reside em Vera Cruz e vai para Santa Cruz do Sul, relata a insegurança de se deslocar para o município de destino:

(...) a questão de segurança é outro ponto negativo em Santa Cruz do Sul, me desloco pela BR 287 acho mais seguro, pela RS 412 além do trânsito ter uma intensidade maior, tenho medo de passar pela trevo do bairro Bom Jesus, principalmente à noite, no local existem pontos de tráfico de drogas e tem uma incidência de roubos (DP-13/Mulher, 35 anos).

Conforme o entrevistado que reside em Vera Cruz e estuda em Santa Cruz do Sul na UNISC, *“o problema de ir estudar em Santa Cruz é o trânsito, costumo ir pela BR 287 chego antes, é mais rápido, mas daí depende do horário tem o engarrafamento na entrada da UNISC”* (DP – 22 / Homem, 23 anos).

Referente aos laços sociais dos pendulares entrevistados de Santa Cruz do Sul ao se deslocarem para Vera Cruz as relações sociais são basicamente decorrentes do trabalho, vínculos criados com colegas, conhecidos e amigos, sendo que a grande maioria dos entrevistados não possuem familiares residentes no município vizinho.

Os pendulares entrevistados em Vera Cruz possuem em Santa Cruz do Sul familiares, amigos e outras pessoas significativas. Assim, além do deslocamento que realizam, para trabalho e estudo, frequentam a cidade a passeio e a lazer com frequência. Portanto o vínculo com o território ocorre de forma intensa e constante também com o destino. Em Vera Cruz pela população ser menor as pessoas na rua e em bairros tem uma proximidade maior. A entrevistada residente em Santa Cruz do Sul destaca que *“a integração comunitária é maior em Vera Cruz, existe um clima de cidade interiorana, os vizinhos se cumprimentam, se conhecem (...)”* (DP – 01 / Mulher, 52 anos).

Alguns entrevistados cogitavam a possibilidade de mudar de Santa Cruz do Sul para Vera Cruz. Na percepção da entrevistada e devido aos laços sociais estabelecidos “eu gostaria de morar em Vera Cruz, pois trabalho há anos na cidade, conheço as pessoas e tenho mais amizades na cidade, mas não me mudo porque o meu marido trabalha em Santa Cruz e nunca quis se mudar” (DP – 11 / Mulher, 47 anos).

Referente ao projeto de vida e visão de futuro, estes relacionados a trabalho, estudo e residência, a maioria dos pesquisados quer ficar residindo na cidade que se encontra atualmente. A escolha se deve ao fato de possuírem um trabalho estabilizado, familiares e amigos residentes nas proximidades, também por possuírem residência fixa e gostarem do município que residem. Assim dos 22 entrevistados, apenas 3 planejam com convicção futuramente deixar Vera Cruz e/ou Santa Cruz do Sul, motivados pela busca de melhores oportunidades de trabalho, estudo e de residência em outra região.

Das pessoas que residem em Santa Cruz do Sul e deslocam para Vera Cruz, algumas buscam futuramente não realizar mais esse deslocamento, devido às vulnerabilidades decorrentes deste trajeto.

Pretendo sair de Vera Cruz e trabalhar somente em Santa Cruz do Sul, no meu caso perco muito tempo se deslocando até Vera Cruz, tem o trânsito, acho perigoso e a violência aumentou também. Para ficar mais cômodo, e eu ter um ganho de tempo para outras atividades rotineiras, quero ficar por Santa Cruz do Sul trabalhando e ter uma rotina mais tranquila (DP – 20 / Mulher, 46 anos).

Segundo Oliveira (2013) a dura realidade do mercado de trabalho não dá aos trabalhadores outra opção a não ser se submeter às condições impostas, devido a isso, pode-se entender o deslocamento pendular como uma das facetas da precarização do trabalho, imposta pelo atual mercado. Assim os pendulares, muitas vezes, sofrem com precárias condições de trabalho, e o deslocamento diário se torna desgastante.

Das pessoas entrevistadas que residem em Vera Cruz e se deslocam para Santa Cruz do Sul, todas exaltam condições favoráveis de residir em Vera Cruz. Não há, no momento, algum tipo de descontentamento que motive migrar do município.

Pretendo ficar onde estou morando atualmente, em Vera Cruz . Morar aqui até o fim da vida, trabalhando aqui no município ou em algum município vizinho. Já tenho residência própria aqui há anos, e é um local bom de viver, criei minha filha com tranquilidade, é no centro de Vera Cruz e bem próximo de Santa Cruz do Sul (DP – 16 / Homem, 46 anos).

Por enquanto pretendo continuar morando em Santa Cruz do Sul, não quero deixar minha rotina. Mas se eu for procurar algo na minha área de formação vou procurar em Santa Cruz do Sul. Pretendo ficar por aqui, na região, talvez outra cidade” (DP – 10 / Mulher, 22 anos).

Conforme Marandola (2008) com um mercado de trabalho mais flexível e incerto, mudanças permanentes de residência como a migração para outra região ampliam a insegurança, portanto, manter-se no seu porto seguro e deslocar-se diariamente para trabalhar em outros municípios parece se tornar o melhor mecanismo de adaptação. Devido a esse fato, a pendularidade torna mais flexível e de certo modo mais seguro o deslocamento, ficando de acordo com os pendulares a possibilidade de realizar escolhas adequadas a suas realidades concretas.

Nesse sentido a continuidade em um posto de trabalho está condicionada ora por perspectivas positivas ora por perspectivas negativas, gerando incertezas quanto a uma possível demissão. Esta condicionante contribui para que os trabalhadores pendulares tenham cautela na decisão de migrar e se estabelecer próximo do município de trabalho (STAMM ; STADUTO, 2008)

Portanto a mobilidade pendular de acordo com Marandola (2008) se diferencia da migração, na medida em que não ocorre o processo de desenraizamento. O movimento de migrar implica em partir, muitas vezes, para o desconhecido, em lugares de pouca ou nenhuma familiaridade, o que gera incertezas e inseguranças .

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade pendular pode ser o indicativo de integração, interação e complementaridade de atividades em determinados territórios, como é o caso do Arranjo populacional de Santa Cruz do Sul, especialmente entre os municípios analisados de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul. Estudar esse arranjo populacional possibilitou dessa forma, conhecer as características territoriais da população decorrentes da pendularidade, pois as relações sociais dos pendulares que ocorrem cotidianamente ou regularmente e a utilização dos espaços por estes acabam por identificar as especificidades do território em movimento.

Este trabalho analisou a mobilidade pendular no Arranjo populacional de Santa Cruz do Sul e as relações que os pendulares estabelecem com o território. Como objetivos específicos buscou-se caracterizar os processos evolutivos urbanos e populacional dos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, avaliar qual o perfil da população que realiza o deslocamento para estudo e trabalho através de dados estatísticos secundários, identificar os processos seletivos de uso e apropriação do território a partir do deslocamento pendular. Por fim, estabelecer com base nos dados empíricos, as principais características do município de origem e o município de destino, bem como identificar as dinâmicas territoriais que se estabelecem em função da mobilidade pendular.

Os dados estatísticos secundários possibilitaram (re)conhecer o perfil das pessoas que realizam o deslocamento pendular. Ao analisar os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, pode-se concluir que os indicadores de pendularidade são muito significativos nos últimos dez anos, principalmente para o município de Vera Cruz. O município de Santa Cruz do Sul se caracteriza por ser o destino dos pendulares de Vera Cruz e de demais municípios da região do Vale do Pardo que se deslocam principalmente para trabalho e estudo. De modo geral, houve um aumento da mobilidade pendular no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul, associada ao trabalho e motivada pela crescente demanda por níveis mais elevados de ensino, como o nível técnico e superior, sinalizando a mobilidade pendular como uma via relevante para o acesso ao ensino (qualificação) e ao trabalho.

Através dos dados secundários, também se constata que as atividades realizadas pelos pendulares são atividades principalmente na indústria de transformação, e com a realização da pesquisa empírica essa constatação foi reafirmada na medida em que muitos trabalham nas indústrias de compra e beneficiamento do tabaco.

No presente estudo, a realização das entrevistas possibilitaram perceber que os pendulares passam grande parte do seu dia no local de trabalho e/ou estudo, assim existe um

curto tempo diário para a criação de vínculos com a cidade de destino. Através das falas dos pendulares entrevistados de Santa Cruz do Sul que se deslocam para Vera Cruz, constatou-se que estes não participam efetivamente da construção do espaço da cidade, pois realizam suas atividades, principalmente de trabalho, e retornam para seus domicílios no município de origem, não realizando outras atividades com frequência significativa no município. Já os pendulares que se deslocam para Santa Cruz do Sul oriundos de Vera Cruz, além de trabalharem e estudarem, também realizavam com maior frequência outras atividades durante a semana que incluem utilidades, pois efetuam compras e pagam contas, aproveitam os seus horários livres, como o do almoço para se integrar com a cidade de destino, passeando por lugares públicos. Aos finais de semana apesar dos deslocamentos efetuados durante os dias da semana, também se deslocam para Santa Cruz do Sul para realização de compras e principalmente para desfrutar de atividades de lazer, pois frequentam parques, shoppings centers, cinema, bares, restaurantes, festas e participam de eventos no município.

Outra constatação na presente pesquisa é de que os pendulares que se deslocam somente para estudo no município de Santa Cruz do Sul, apresentam um tempo maior de relação com a cidade de origem e destino, pois possuem tempo hábil para se relacionar socialmente, usufruir e utilizar os serviços e espaços do município de destino.

Verificou-se que o deslocamento pendular no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul apresenta uma realidade diferente da apresentada em estudos nas regiões metropolitanas, pois os deslocamentos não são realizados em longas distâncias devido à proximidade dos municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul. Dessa forma o tempo de deslocamento é menor, tendo em vista que esses pendulares não utilizam normalmente mais de um transporte público para chegarem ao trabalho e/ou estudo. Outro aspecto que não foi enfatizado na fala dos entrevistados são reclamações referentes à precarização dos meios de transportes públicos, nem aos gastos gerados no deslocamento com este transporte.

Na caracterização de Santa Cruz do Sul verificou-se que o município possui uma diversificada infraestrutura nos serviços de saúde e exerce uma significativa centralidade regional, assim muitas pessoas buscam na cidade esses serviços de saúde básicos ou de alta complexidade, pois nos seus municípios esses serviços não existem ou são insuficientes. Sendo o acesso ao serviço de saúde básico ou especializado também um impulsionador no deslocamento.

Constatou-se que a cidade de Santa Cruz do Sul, a partir de sua centralidade regional, possui um grande poder de atração da população dos municípios do entorno, principalmente

do município de Vera Cruz, por apresentar em parâmetros regionais uma elevada oferta de trabalho, lazer, mercadorias, serviços, entre outros. Devido a essas ofertas muitas pessoas gostariam de residir no município, pelas aparentes facilidades ofertadas, porém o custo de vida elevado no município, como preços altos nos imóveis e aluguéis impede que muitos migrem por questões financeiras.

Sendo assim, as pessoas ou famílias optam por se deslocar pendularmente, pois à primeira vista, ter acesso a uma moradia mais barata, em um lugar mais tranquilo e exclusivo, em um município diferente do que trabalha e/ou estuda, vai implicar em um deslocamento diário, apresentando custos, gasto de tempo e possíveis riscos decorrentes da mobilidade cotidiana. Os deslocamentos pendulares possuem assim um importante papel na dinâmica socioespacial dos arranjos populacionais, pois são capazes de evitar e minimizar a necessidade de deslocamento permanentes, como a migração.

Percebe-se que apesar da forte integração no Arranjo populacional de Santa Cruz do Sul, gerada pela funcionalidade estabelecida entre Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, as diferenças são reconhecidas pelos pendulares no seu município de origem e destino. Portanto com o reconhecimento dessas diferenças, define-se territorialidades diversificadas, resultantes da interação socioespacial ocasionadas pelos residentes dessas áreas e suas participações na constituição do Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul.

. Os pendulares vivem e atuam diariamente no território, seja no de origem ou de destino. Com isso a territorialidade é compreendida através das informações referentes às relações mantidas pelos pendulares com os diferentes usos dos territórios. (OLIVEIRA, 2013).

Verificou-se no Arranjo Populacional de Santa Cruz do Sul que o deslocamento pendular realizado para trabalho e/ou estudo não foi simplesmente uma ação de ir e vir dos pendulares se deslocando diariamente, mas decorrer das diversas relações vividas no município de destino e no de origem, sendo que esses vínculos acabaram por criar e recriar distintas territorialidades.

Na presente pesquisa a pendularidade evidencia que, de certa forma, os fluxos de capital e de trabalho permanecem centralizados em Santa Cruz do Sul, mesmo com a dispersão espacial da população para os municípios vizinhos. A reflexão sobre os deslocamentos pendulares entre os municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul nos remete a um olhar com vistas a repensar as causas e efeitos da dispersão espacial social da população e refletir sobre práticas de cooperação intermunicipal com o intuito de promover e efetivar possibilidades concretas de desenvolvimento na região.

Essa pesquisa demonstrou que os problemas específicos dos municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul, resultam da estruturação em nível regional, no caso do Arranjo Populacional, portanto pensar em soluções regionais pode ser uma das formas de apresentar resultados mais eficazes para ambos municípios, contribuindo para identificação de deficiências e potencialidades, o que irá auxiliar no desenvolvimento local e regional. Dota e Camargo (2015) evidenciam que para a discussão das relações entre mobilidade pendular e a produção do espaço urbano nos arranjos populacionais, deve-se considerar alguns fatores. Nessa perspectiva o planejamento em nível regional, devido aos municípios possuírem uma dinâmica socioespacial marcada por integração, é relevante para a solução dos problemas que são compartilhados entre os municípios.

Ressalta-se que atualmente existem poucos estudos sobre o deslocamento pendular em pequenas e médias cidades no Brasil ou em Arranjos Populacionais de médias concentrações urbanas. Dessa forma, considera-se que a realização de estudos futuros que complementem o reconhecimento das características territoriais do Arranjo populacional de Santa Cruz do Sul com enfoques diferenciados irão auxiliar na elaboração de políticas públicas para gestão intermunicipal dos municípios de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul. Nesse sentido iniciativas de incremento no transporte público, habitação, planejamento de vias de deslocamento e mobilidade urbana estão entre as questões centrais a ser discutidas com vistas a promover o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, L. X. *(Des)caminhos da migração pendular na metrópole do rio de Janeiro: uma perspectiva a partir dos eixos de transporte*. In: *Revista Travessia*, São Paulo, Ano XXII, nº 64, Maio-Agosto/2009.
- ALVES, A. M. *O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade*. *Revista de Psicologia da UNESP*, São Paulo, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/74/214>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2015.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro, IPEA 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 05/07/2015.
- ANTICO, C. “*Deslocamentos pendulares nos espaços sub-regionais da Região Metropolitana de São Paulo*”. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu. *Anais...* ABEP: Campinas, 2004.
- ARANHA, V. “*Mobilidade pendular na metrópole paulista*”. *São Paulo em Perspectiva*, v.19, n.4, p.96-109, out./dez.2005.
- BASTOS, R. L. A. (Coord.). *A retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI*. Porto Alegre: FEE, 2013.
- BAENINGER, R. *Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais*. In: *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo / José Marcos Pinto da Cunha (Org.)*. - Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; 2011. 184p.
- BAENINGER, R. *Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes - Brasil, 1980-1996*. 1999. 243f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BAENINGER, Rosana; GONÇALVES, Renata Franco de Paula. *Novas espacialidades no processo de urbanização: a região metropolitana de Campinas*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2000.
- BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia da população*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- BRITO, F. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. In: Taller CELADE de Migracion Interna, Brasília, 2007: Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números.
- CAMPOS, H.A.; SILVEIRA, R. L. L. (Coord.). *Valorização do Solo e Reestruturação Urbana: os novos produtos imobiliários na Região dos Vales-RS*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.
- CUNHA, Jorge L. *Os Colonos Alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul 1848-1881*. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

CUNHA, J.M.P.; BAENINGER, R. *Cenários da migração no Brasil nos anos 90*. Caderno do CRH, Salvador, v. 18 n. 43, 2005.

CUNHA, José Marcos Pinto. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da região metropolitana de São Paulo*. 1994. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.

CUNHA, José Marcos Pinto (Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2011.

CARVALHO, E. A produção dialética do conhecimento. São Paulo: Xamã, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

DOTA, E. M. ; CAMARGO, D. M. Regionalização, mobilidade pendular e os desafios metropolitanos: o caso da RM de Campinas. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, janeiro/junho 2015, p. 127 a 148.

DUARTE, J.C.S. *Territórios de identidade e multiterritorialidade, paradigmas para a formulação de uma nova regionalização da Bahia*. In: V ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, Salvador, 2009. Anais. Salvador: UFBA, 2009.

DE LA ROCA, J; PUGA, D. Learning by working in big cities. Centre for Economic Policy Research, 2012.

DESCHAMPS, M. CINTRA, A. Análise dos movimentos pendulares nos municípios da região metropolitana de Curitiba. In: V Encontro Nacional sobre Migrações. GT: Migração/ABEP, NEPO/UNICAMP, 2007. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/mes_a_04_ana_mov_pen.pdf. 2007. Acesso em: outubro de 2015.

DEEKE, A.G. Centralidade e configuração urbana no processo de formação e desenvolvimento da área central de Santa Cruz do Sul/RS (1922 – 2010). Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional, UNISC, 2012.

ETGES, V. E. Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma. *Revista REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, set./dez. 2005.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento Regional: a diversidade regional como potencialidade. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 85-94, out. 2013. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3649>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2015.

FERRARI, C. *Curso de planejamento municipal integrado*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

FAVA, Vera L. Urbanização, Custo de Vida e Pobreza no Brasil. São Paulo: IPE/USP, 1984. (Ensaio Econômico, 37).

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização a Mutiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do Território. In: RIBAS, A. D.;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000 e 2010. (SIDRA). Disponível: www.ibge.gov.br. Acesso em: março de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Análise sobre os deslocamentos populacionais no Brasil OLIVEIRA, Luiz Antônio P. e OLIVEIRA, Antônio Tadeu R., (orgs). Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Movimentos pendulares e organização do território metropolitano: área metropolitana de Lisboa e área metropolitana do Porto: 1991/2001 / Instituto Nacional de Estatística - Lisboa: I.N.E., 2003

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Arranjos Populacionais e concentrações urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível: www.ibge.gov.br. Acesso em: março de 2015.

JARDIM, Maria de Lourdes; BARCELLOS, Tanya M. de. *Análise das diferenças sociais nos fluxos populacionais para a metrópole de Porto Alegre*. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., Caxambú-MG, 2006.

JARDIM, A. P. *Reflexões sobre a mobilidade pendular*. In: Luiz Antonio Pinto de Oliveira; Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira. (Org.). Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2011, v. 01, p. 61- 73.

LEFEBVRE, H. Espaço e política. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LAMEIRA, V. C.. *Mobilidade pendular para trabalho e diferenciais de rendimentos nas aglomerações urbanas brasileiras: um estudo a partir do censo 2010*. In: Anais do XLII Encontro Nacional de Economia, 2014, Salvador.

MATOS, Ralfo (Org). Espacialidades em Rede; População, Urbanização e Migração no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: C/ e Arte. 2005.

MATOS, Ralfo e BRAGA, Fernando. Rede Urbana e redistribuição espacial da população brasileira. *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Ouro Preto: ABEP, 2002.

MALHOTRA, N. *Pesquisa de Marketing - Uma Orientação Aplicada*. 2001.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1984.

MARSHALL, A. Princípios de economia: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1890.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINE, G. *As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica*. In: FUNDAÇÃO SEADE. *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Seade, 1990

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARCELINO, N. C. de (org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores associados, 1996. 133p.

MARTIN, Hardy E. Santa Cruz do Sul: da colônia a freguesia 1849-1859. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

_____. *Recortes do Passado de Santa Cruz*. Organizado e atualizado por Olgário P. Vogt, Ana Carla Wünsch. Santa Cruz do Sul: EUNISC, 1999.

MARIANI, M.A.P; ARRUDA ,D. D.O. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS . In: 48º Congresso Sober, *Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. , Campo Grande, 2010. Anais. Campo Grande: UFMS, 2010.

MELCHIOR, Lirian. *Redes Sociais e migrações Laborais: múltiplas territorialidades. A Constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão*. 225 f. (doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006

OJIMA, R. A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 18 a 22 de setembro de 2006, Caxambú, MG: ABEP, 2006.

OJIMA, R. *Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.24, p. 277-300, 2007b.

OJIMA, R. *Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental*. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

OJIMA, R. *Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras*. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo: ABEP, v.24, n.2, p.277-300, jul./dez. 2007.

OJIMA, R. et al. (2010) *O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil*. Cadernos Metrôpole, São Paulo: EDUC, v.12, n.24, p.395-415, jul./dez. 2010.

OJIMA, R.; SILVA, R. B.; PEREIRA, Rafael H. M.. *A Mobilidade Pendular na Definição das Cidades-Dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira*. In:...V Encontro Nacional sobre Migrações. 15-17 de outubro de 2007, Campinas, Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2007.

OLIVEIRA, T.D.; BENADUCE, G.M.C. *Reflexões sobre a infraestrutura e a influência destas na qualidade de vida da população urbana de Tupanciretã/RS*. XVI. Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, Unicruz, 2011. Disponível em: <http://www.unicruz.edu.br/seminario/artigos/sociais>, acessado em 16 de dezembro de 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. 10 ed. São Paulo: Contexto. 2003. p.72.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *CIDADE, CORPORAÇÃO E PERIFERIA*

URBANA: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 242 p. ISBN 85-7578-021-2

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. In: __Migrações internas: considerações teóricas sobre o estudo. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 29-60.

STAMM, C. *O fenômeno dos movimentos pendulares dos trabalhadores intermunicipais entre cidades de porte médio: o caso de Cascavel e Toledo (PR)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Toledo-PR, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/ Campus de Toledo, 2005

STAMM, C., STADUTO, J. A. R. *Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná*. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol25_n1_2008/vol25_n1_2008_9artigo_p131a149.pdf. Acessado em: agosto de 2015..

SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão:Unioeste, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2006.

SPÓSITO, M. E. B. *O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano*. IN: Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. S ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010. São Paulo: Contexto, 2003.

STUTZER, A.; FREY, B. S. Stress that Doesn't Pay: The Commuting Paradox*. The Scandinavian Journal of Economics, v. 110, n. 2, p. 339-366, 2008.

RAITZ, S.C. ; SANTOS, M.A. *Infraestrutura urbana de pequenas cidades catarinenses: o caso de Erval Velho*. Disponível em: observatoriogeograficoamericalatina.org.mx, acessado em 12 de dezembro de 2015.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 1993.

VASCONCELLOS, E. A. *Transporte urbano, espaço e equidade – Análise das políticas públicas*. São Paulo: Editora Annablume, 2001.

ANEXO A – Roteiro de Entrevista Semi – estruturado.**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO****1- DESCREVA COMO O MUNICÍPIO DE VERA CRUZ É REPRESENTADO POR VOCÊ:**

- A) Em relação ao seu quadro de vida (habitação, infraestrutura, atividades, lazer);
- B) Em relação as suas condições materiais (emprego, serviços, estudo);
- C) Em relação as suas laços sociais (família, amigos, outras pessoas significativas);
- D) Em relação a participação na vida local (clubes, igrejas, grupos específicos)

2- DESCREVA COMO O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ É REPRESENTADO PARA VOCÊ:

- A) Em relação ao seu quadro de vida (habitação, infraestrutura, atividades, lazer);
- B) Em relação as suas condições materiais (emprego, serviços, estudo);
- C) Em relação as suas laços sociais (família, amigos, outras pessoas significativas);
- D) Em relação a participação na vida local (clubes, igrejas, grupos específicos)

3- SE PUDESSE FAZER UMA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO ENTRE VERA CRUZ E SANTA CRUZ DO SUL O QUE DIRIA?**4- QUAL O SEU PROJETO DE VIDA E VISÃO DE FUTURO EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DE VERA CRUZ E SANTA CRUZ DO SUL? (DE RESIDÊNCIA, TRABALHO, ESTUDO)**

ANEXO B – Modelo do Questionário



DESLOCAMENTOS PENDULARES E TERRITORIALIDADES URBANAS NO ARRANJO POPULACIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL (RS)

Questionário

1. Sexo : () Masculino () Feminino
2. Qual é seu estado civil? () Casado () desquitado/separado () divorciado () solteiro () outro. Qual? _____
3. Qual sua idade? _____
4. Escolaridade?

() Não sabe ler / escrever	() Ens. Fundamental Incompleto
() Ens. Fundamental Incompleto	() Ens. Médio Incompleto
() E.M. completo	() Superior Incompleto
() Superior Completo	() Pós, Mestrado, Doutorado
5. Mora em residência:

() Própria	() Alugada	() Cedida pelo empregador	() Com os pais	() Com familiares	() outros
-------------	-------------	----------------------------	-----------------	--------------------	------------
6. Em qual cidade reside?

() Vera Cruz	() Santa Cruz do Sul	() outra. Qual? _____
---------------	-----------------------	------------------------
7. Referente a sua ocupação, você:

() só trabalha	() só estuda	() trabalha e estuda	() não trabalha nem estuda
-----------------	---------------	-----------------------	-----------------------------
8. Tempo de residência no município atual? _____
9. Em qual cidade você trabalha ?

() Vera Cruz	() Santa Cruz do Sul	() outra. Qual? _____
---------------	-----------------------	------------------------
10. Em qual cidade você estuda?

() Vera Cruz	() Santa Cruz do Sul	() outra. Qual? _____
---------------	-----------------------	------------------------
11. Tempo que trabalha e/ou estuda em outro município? _____
12. Qual o tempo gasto de deslocamento de casa para o trabalho e/ou estudo em outro município ?

13. Qual o principal motivo que levou a você trabalhar ou estudar em outro município?

() salário	() Apareceu a oportunidade
() Foi transferido	() O trabalho é temporário
() Concursado	() Facilidade de Transporte
() Pouca oferta de trabalho na cidade que reside	() Outra. Qual? _____
() A sede da empresa mudou	
14. Trabalha com carteira assinada? () Sim () Não
15. Qual sua renda? (salários mínimos) _____
16. Qual meio de transporte você utiliza para ir trabalhar e/ou estudar normalmente no outro município?

() carro	() ônibus da empresa
() ônibus privado	() Carona
() bicicleta	() À pé
() motocicleta	() Outros. Quais? _____
17. Cidade (s) que já residiu(em ordem cronológica) e período :



DESLOCAMENTOS PENDULARES E TERRITORIALIDADES URBANAS NO ARRANJO POPULACIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL (RS)

1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		

18. Tem algum outro motivo para ir para a cidade onde trabalha e/ou estuda?

- Visitar familiares / amigos Turismo / passeio
 Saúde não existe outro motivo
 Compras
 Outro. Qual? _____

19. Quantos % do seu salário você gasta na cidade onde trabalha e/ou estuda? (alimentação, restaurante, compras, combustível, saúde, teatro, cinema) :

- nada até 10% até 15% até 20% até 30% mais de 30% não sabe informar

20. Você gostaria de morar na cidade onde trabalha e/ou estuda? Sim Não Por quê?

21. Existe algo que te desagrade de fazer o deslocamento de casa para o trabalho e/ou estudo, diariamente?

- Tempo de viagem Lotação do ônibus
 Distância Cansaço
 Trânsito Gastos com deslocamento (ônibus ou gasolina)
 Condições da estrada nada
 Outro. Qual? _____

22. Por que você não muda para a cidade onde trabalha ou estuda?

- Gosto da cidade onde moro Outros motivos familiares
 trânsito muito caótico Custo da moradia muito elevado
 Marido / esposa trabalha na cidade onde resido O deslocamento é rápido e curto
 Estudo na cidade onde resido O transporte público é satisfatório
 Custo de vida muito elevado O transporte que a empresa oferece é satisfatório
 Outro. Qual? _____

ANEXO C– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente a dissertação intitulada “Deslocamentos pendulares e territorialidades urbanas no arranjo populacional de Santa Cruz do Sul (RS)”, desenvolvida pelo mestrando Adriano Emmel no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela profa. Dra. Grazielle Brandt. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Qualquer dúvida ou esclarecimento que julgar necessário poderei contatar o pesquisador através do e-mail: misteremme@hotmail.com

Estou ciente que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada, sendo que o acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e o orientador. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Santa Cruz do Sul, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____